

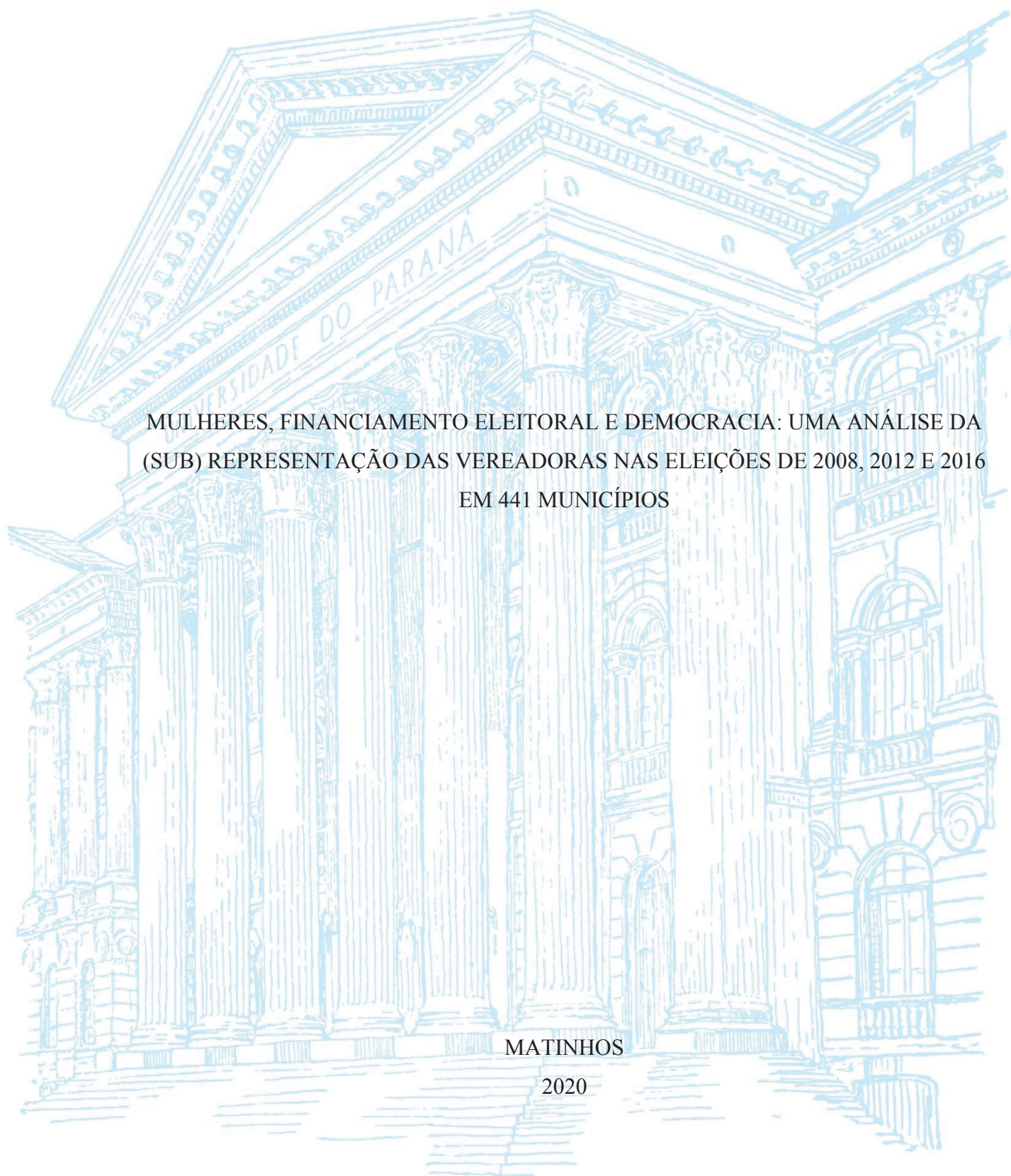
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANA AUREA MOTA BUENO

MULHERES, FINANCIAMENTO ELEITORAL E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA
(SUB) REPRESENTAÇÃO DAS VEREADORAS NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016
EM 441 MUNICÍPIOS

MATINHOS

2020



ADRIANA AUREA MOTA BUENO

MULHERES, FINANCIAMENTO ELEITORAL E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA
(SUB) REPRESENTAÇÃO DAS VEREADORAS NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016
EM 441 MUNICÍPIOS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes

MATINHOS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

- B928 Bueno, Adriana Aurea Mota
Mulheres, financiamento eleitoral e democracia: uma análise da
(sub) representação das vereadoras nas eleições de 2008, 2012 e 2016 em 441
municípios / Adriana Aurea Mota Bueno ; orientador Ivan Jairo Junckes. – 2020.
126 f.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
Matinhos/PR, 2020.
1. Mulheres – política. 2. Financiamento eleitoral. 3. Eleições – vereadora. I.
Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial
Sustentável. II. Título.

CDD – 305.4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ADRIANA AUREA MOTA BUENO** intitulada: **MULHERES, FINANCIAMENTO ELEITORAL E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA (SUB) REPRESENTAÇÃO DAS VEREADORAS NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012, e 2016 EM 441 MUNICÍPIOS BRASILEIROS**, sob orientação do Prof. Dr. IVAN JAIRO JUNCKES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 29 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica
29/04/2020 16:06:24.0
IVAN JAIRO JUNCKES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
29/04/2020 19:06:33.0
LUCIANA PANKE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
01/05/2020 10:35:47.0
RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
30/04/2020 09:42:47.0
AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

A desigualdade de gênero afeta diretamente a vida das mulheres, historicamente as mulheres têm sido marginalizadas em vários campos da vida na sociedade, sendo um deles os espaços de poder decisório. Mesmo passados mais de 80 anos desde a conquista do sufrágio feminino no Brasil, elas continuam sub-representadas, sendo um problema que afeta diretamente a qualidade da democracia e o desenvolvimento do país. O presente estudo analisou os fatores explicativos para a sub-representação das mulheres na política brasileira, tendo o financiamento eleitoral como um dos principais fatores. Destaca-se a inediticidade do estudo por sua abrangência territorial e temporal. A pesquisa foi realizada nas eleições municipais para vereadores nos anos de 2008, 2012 e 2016, em 441 municípios com mais de 50.000 eleitores. Os dados utilizados têm origem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e para o tratamento, análise dos dados e alcance dos resultados, utilizou-se de análises estatísticas com o auxílio do software Jamovi e planilhas eletrônicas. Os resultados da pesquisa confirmam o financiamento de campanha como principal fator para o desempenho e o sucesso eleitoral das mulheres. A participação relativa delas é maior que os homens entre as candidatas tornadas inaptas e muito maior nos quartis de menor receita em todos os ciclos eleitorais. Como os candidatos que possuem as maiores receitas apresentam 184 vezes mais chances de serem eleitos, o fato de ser mulher diminuiu as chances em todos os ciclos eleitorais estudados em mais de 40% comparada aos homens. O presente estudo colabora assim com os (poucos) estudos existentes sobre a dinâmica político-eleitoral nos municípios brasileiros e proporciona maior aprimoramento às pesquisas que já vem sendo realizadas em outros níveis federativos, contribuindo especialmente com as discussões para o enfrentamento da marginalização da mulher na política.

Palavras-chave: Eleições. Mulheres. Política. Vereadores. Financiamento Eleitoral.

ABSTRACT

Gender inequality directly affects women's lives, historically women have been marginalized in various fields of life in society, one of them being the spaces of decision-making power. Even after more than 80 years since the conquest of women's suffrage in Brazil, they remain underrepresented, being a problem that directly affects the quality of democracy and the country's development. The present study analyzed the explanatory factors for the under-representation of women in Brazilian politics, electoral financing being one of the main factors. The originality of the study stands out for its territorial and temporal scope. The research was carried out in municipal elections for councillors in 2008, 2012 and 2016, in 441 municipalities with more than 50,000 voters. The data used comes from the Superior Electoral Court (TSE). For the treatment, analysis of the data and the achievement of the results, statistical analyzes were used with the aid of the Jamovi software and spreadsheets. The survey results confirm the campaign's funding as the main factor for women's electoral performance and success. Their relative participation is greater than that of men among candidates who are made unfit and much larger in the lowest-income quartiles in all electoral cycles. As the candidates with the highest incomes are 184 times more likely to be elected, the fact that women are reduced by more than 40% in all electoral cycles studied compared to men. The present study collaborates with (few) existing studies on the political-electoral in Brazilian municipalities and provides further improvement and research that has already been carried out at other federal levels, contributing especially to discussions to face the marginalization of women in politics.

Keywords: Elections. Women. Politics. Development. Electoral Financing.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CORRELAÇÃO ENTRE RECEITA E VOTO ANO DE 2008	55
GRÁFICO 2 - CORRELAÇÃO ENTRE RECEITA E VOTO ANO DE 2012	56
GRÁFICO 3 - CORRELAÇÃO ENTRE RECEITA E VOTO ANO DE 2016	56
GRÁFICO 4 – MÉDIA DE RECEITA (R\$) DE CAMPANHA POR SEXO	61
GRÁFICO 5 - MÉDIA DE VOTOS DE CAMPANHA POR SEXO.....	61
GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO POR GÊNERO NOS QUARTIS DE RECEITA DE CAMPANHA 2008, 2012 E 2016.....	68
GRÁFICO 7 – IDADE DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS APTAS NAS ELEIÇÕES DE 2008	73
GRÁFICO 8 - IDADE DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS APTAS NAS ELEIÇÕES DE 2012	73
GRÁFICO 9 - IDADE DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS APTAS NAS ELEIÇÕES DE 2016	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DO ESTUDO DAS CANDIDATURAS APTAS NAS ELEIÇÕES 2008, 2012 E 2016 COM MUNICÍPIOS ACIMA DE 50.000 ELEITORES	42
TABELA 2 - QUANTITATIVO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016	47
TABELA 3 - SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016	48
TABELA 4 - GRAU DE INSTRUÇÃO DAS CANDIDATAS A VEREADORA NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%).....	50
Tabela 5 - OCUPAÇÃO DAS CANDIDATAS A VEREADORA NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%)	51
TABELA 6 - DESCRITIVO DE RECEITAS DAS CANDIDATAS APTAS/ INAPTAS	51
TABELA 7 – CANDIDATAS DESAFIANTES OU INCUMBENTES COM CANDIDATURAS NÃO APTAS NAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50.000 ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%).....	52
TABELA 8 – CANDIDATAS COM CARREIRA POLÍTICA OU NÃO COM CANDIDATURAS NÃO APTAS NAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50.000 ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%).....	53
TABELA 9 – CANDIDATURAS APTAS E RECEITAS DE CAMPANHA, PARA O CARGO DE VEREADOR, NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL ELEITORES, POR ELEIÇÃO	55
TABELA 10: ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS POR ANO ELEITORAL (VALORES ABSOLUTOS).....	56
TABELA 11 – ANÁLISE DE CORRELAÇÃO VOTOS E RECEITAS POR ANO ELEITORAL (VALORES RELATIVOS)	57
TABELA 12 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS POR ANO ELEITORAL COM EXCLUSÃO DE UM CANDIDATO EM 2016 (VALORES ABSOLUTOS).....	58

TABELA 13 - ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS X RECEITAS POR ANO (VALORES ABSOLUTOS)	58
TABELA 14: ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS X RECEITAS POR ANO (VALORES RELATIVOS)	58
TABELA 15 - RECEITA MÉDIA DE CAMPANHA E VOTOS POR SEXO (DISTRIBUIÇÃO DAS MEDIDAS CENTRAIS)	62
TABELA 16 – 1º E 4º QUARTIS DE RECEITAS E VOTOS DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016.....	63
TABELA 17 - COMPARAÇÃO DE MÉDIAS DE RECEITAS (R\$) ENTRE ELEITOS(AS) E NÃO ELEITOS	64
TABELA 18 - SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS POR SEXO	65
TABELA 19 - QUARTIL SUPERIOR RECEITAS CANDIDATOS E CANDIDATAS ELEITOS (AS) NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016	67
TABELA 20 - ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS COM A RECEITA DE CAMPANHA 2008.....	96
TABELA 21 – ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS COM A RECEITA DE CAMPANHA 2012.....	97
TABELA 22 - ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS COM A RECEITA DE CAMPANHA 2016.....	98
TABELA 23 – ASSOCIAÇÃO ENTRE RESULTADO DA ELEIÇÃO E VARIÁVEIS QUALITATIVAS 2008.....	99
TABELA 24 – ASSOCIAÇÃO ENTRE RESULTADO DA ELEIÇÃO E VARIÁVEIS QUALITATIVAS 2012.....	100
TABELA 25 – ASSOCIAÇÃO ENTRE RESULTADO DA ELEIÇÃO E VARIÁVEIS QUALITATIVAS 2016.....	101
TABELA 26 – DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NA RECEITA DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2008 (VALORES RELATIVOS)	102
TABELA 27 - DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NA RECEITA DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2012 (VALORES RELATIVOS)	103
TABELA 28 - DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NA RECEITA DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2012 (VALORES RELATIVOS)	104

TABELA 29 - DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NOS VOTOS DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2008 (VALORES RELATIVOS)	105
TABELA 30 - DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NOS VOTOS DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2012 (VALORES RELATIVOS)	106
TABELA 31 - DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NOS VOTOS DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2016 (VALORES RELATIVOS)	107
TABELA 32 – GRAU DE INSTRUÇÃO ELEITOS (AS) QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS	108
TABELA 33 – OCUPAÇÃO AGREGADA ELEITOS (AS) QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS	109
TABELA 34 – DESCRIÇÃO CARREIRA POLÍTICA ELEITOS (AS) QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS	110
TABELA 35 – DESCRIÇÃO DESAFIANTES X INCUMBENTES ELEITOS QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS	111
TABELA 36– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA UNIVARIADA DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2008	112
TABELA 37– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA UNIVARIADA DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2012	113
TABELA 38– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA UNIVARIADA DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2016	114
TABELA 39– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA AJUSTADO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2008	115
TABELA 40– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA AJUSTADO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2012	116
TABELA 41– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA AJUSTADO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2016	117
TABELA 42 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS DOS CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2008.....	118
TABELA 43 - ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS DOS CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2012.....	119
TABELA 44- ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS DOS CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2016.....	120
TABELA 45– ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA AS RECEITAS DOS CANDIDATOS 2008.....	121

TABELA 46– ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA AS RECEITAS DOS CANDIDATOS 2012.....	122
TABELA 47 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA AS RECEITAS DOS CANDIDATOS 2016.....	123
TABELA 48– MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLO PARA A RECEITA DOS CANDIDATOS ELEIÇÕES 2008	124
TABELA 49– MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLO PARA A RECEITA DOS CANDIDATOS 2012	125
TABELA 50 – MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLO PARA A RECEITA DOS CANDIDATOS 2016.....	126

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A DEMOCRACIA E A MULHER COMO SUJEITO POLÍTICO: DILEMAS DO DIREITO AO VOTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	18
2.1	DEMOCRACIA: IGUAIS CONDIÇÕES DE ALGUNS	18
2.2	DIREITOS POLÍTICOS FEMININOS NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	22
2.3	PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	26
2.4	A SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA	30
3	MATERIAIS E MÉTODOS	39
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
4.1	AS CANDIDATURAS TORNADAS INAPTAS: OS DILEMAS ENTRE O REGISTRO FORMAL DAS CANDIDATURAS E A APTIDÃO PARA EFETIVAMENTE PARTICIPAR DA DISPUTA NAS URNAS	46
4.2	DINHEIRO E DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES: UMA RELAÇÃO NADA FAVORÁVEL	54
4.3	SUCESSO ELEITORAL DE HOMENS E MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016: ATRIBUTOS E VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	64
4.3.1	Atributos e arrecadação de recursos financeiros de homens e mulheres com candidaturas a vereador nos municípios com mais de 50 mil eleitores nas eleições de 2008, 2012 e 2016.....	68
4.3.2	Análise de regressão linear e logística com as variáveis receita, voto e atributos	75
	CONCLUSÃO	80
	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	87
	APÊNDICES.....	96

1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa sobre financiamento eleitoral e participação política das mulheres visando contribuir com as discussões acerca da (sub)representação desta metade da população brasileira na produção de políticas públicas e desenvolvimento do país.

Uma das grandes transformações do século XX foi o reconhecimento da mulher como sujeito político, com direito a participação em vários espaços. No entanto, a construção social dividida sexualmente entre os papéis ainda estabelece espaços que privilegiam o homem e marginalizam a mulher. A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a VI Conferência da Mulher na China, organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995, recomendaram que ações afirmativas fossem adotadas para que se tenha maior presença de mulheres em processos políticos eleitorais, todavia a sub-representação feminina na política se mantém como um grande entrave ao aprimoramento da democracia no mundo.

A representação feminina no Brasil destaca-se negativamente no quadro mundial¹. Em estudo sobre a participação das mulheres em diferentes países, desenvolvido anualmente pela União Interparlamentar (UIP), o Brasil ocupava a 167ª posição entre 186 países no ranking mundial de participação das mulheres no executivo em 2017. Em relação as cadeiras no parlamento ocuparam a 154ª posição no mundo com 10,7% de mulheres na câmara dos deputados. Já em 2019, houve uma melhora, passou-se para 134ª posição no parlamento, porém, está longe de ser considerado um modelo de (ou com) representatividade feminina. Mesmo o eleitorado feminino sendo maioria (52%), nas eleições de 2016 apenas 13,5% das mulheres foram eleitas².

As pesquisas que se debruçam sobre o tema da participação de gênero na política têm apontado para uma persistente marginalização das mulheres nas eleições e várias hipóteses têm sido levantadas, sejam elas sociais, econômicas, culturais ou institucionais. Os estudos convergem para a constatação de que a desigualdade da participação de gênero é um problema para a democracia.

¹ UNION-IPU, INTER-PARLAMENTARY. Women in National Parliaments. 2017. IPU.

² Dados disponibilizados no site do Tribunal Superior Eleitoral sobre as eleições de 2016, referentes ao cargo de vereador.

A sub-representação das mulheres no cenário político não ocorre simplesmente por elas não se identificarem com a vida pública marcadamente dominada por homens, mas sim por haver uma exclusão que é estrutural, dado as condições históricas não favoráveis à participação feminina. A partir de 1970 o movimento feminista começa a desmistificar esse “não gostar de política” e baliza a marginalização estrutural apresentando teorias para explicar tal fenômeno, abordando o caráter patriarcal inerente às instituições liberais, bem como aponta os padrões culturais que reforçam a ideia do espaço político como pertencente ao masculino e, ainda, os constrangimentos estruturais que dificultam a participação política das mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Pesquisas (PERISSINOTO et al., 2007; MIGUEL e QUEIROZ, 2006; AVELAR, 2001) vêm demonstrando que a política é ocupada por quem apresenta certas características, como: cor, sexo e posição social, ou seja, o grupo de governantes é formado por brancos, de sexo masculino, ricos e muito mais instruídos do que o conjunto da população.

Tentando minimizar a desigualdade historicamente acumulada, foram criadas políticas afirmativas como a Lei nº 9.504/97 (Lei que trata das cotas) que no artigo 10º, parágrafo 3º destaca que o mínimo de 30% e o máximo de 70% devem ser destinados a candidatos de cada sexo. No entanto, a maioria dos partidos tem se utilizado das candidaturas apenas para cumprir o mínimo estabelecido por lei (30%) sem um interesse efetivo nas candidaturas femininas, ocasionando, entre as mulheres um elevado percentual de candidaturas inaptas por renúncias e indeferimentos (SILVA et al., 2017; JUNCES et al., 2015). Embora se tenha alguns esforços garantidos por lei para que haja maior participação da mulher, estes não tem sido suficiente para garantir uma democracia paritária (BOLOGNESI, 2012; SACCHET, 2018; MIGUEL, 2000; ARAÚJO; ALVES 2007).

Mesmo com as legislações de estímulo e relativa proteção, não houve uma mudança significativa na participação relativa das mulheres entre os eleitos. Sacchet et al. (2012) destacam que a sub-representação das mulheres na política não pode ser relacionado apenas a uma questão de oferta e pontua que ainda que o número de candidatas seja relativamente pequeno o número de eleitas é ainda menor. Entre as candidaturas consideradas aptas e a condição de eleitos nos municípios acima de 50.000 eleitores as mulheres, na eleição de 2008 foram 23,5% de candidaturas aptas para 10,4% de eleitas, em 2012 foram 30,4% elegendo os mesmos 10,4% e em 2016 31,2% para 11%.

A viabilidade de candidaturas e o sucesso eleitoral apresentam relação direta com a quantidade de recursos financeiros investidos em campanha, ou seja, dinheiro, voto e sucesso eleitoral são “íntimos”. Quanto mais o candidato mobiliza investimentos, mais chances têm de

viabilizar sua candidatura e de se eleger, sendo que o inverso também ocorre: quanto menos recursos, as chances diminuem significativamente (CARLOMAGNO; CODATO, 2018; JUNCKES et al., 2019).

Segundo Mancuso (2015), em 2014 o financiamento concentrava-se em poucas empresas que financiavam quase que a totalidade dos candidatos, tal concentração econômica ocorre especialmente em candidaturas masculinas (SILVA et al., 2017). Todavia, não se pode apontar apenas como explicação das desigualdades do financiamento eleitoral as empresas doadoras, pois a forma com que os partidos gerenciam a divisão dos recursos aparece de forma desequilibrada e são apontados como aqueles que distribuem os recursos de forma mais desigual (SILVA, 2016).

A partir de 2015, as regras para o financiamento eleitoral sofreram uma grande modificação com a proibição das doações de empresas. A partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Supremo Tribunal Federal tornou inconstitucional o financiamento empresarial, considerando legais apenas as doações de pessoas físicas, recursos dos próprios candidatos e dos fundos partidários ou eleitorais. O julgamento da ADI teve como momento chave o voto do ministro-relator Luiz Fux, que atendia integralmente aos argumentos para tornar a disputa política menos desigual, considerando que o sucesso eleitoral estava fortemente relacionado a campanhas caras, tornando a política dependente do valor econômico (MANCUSO e SPECK, 2014).

Speck (2016) levanta várias questões sobre as “soluções” que os partidos encontrariam para viabilizar as campanhas sem os recursos empresariais. As discussões indicavam saídas via a ampliação das doações empresariais ilegais, a luta pelo controle da distribuição dos recursos no interior das direções partidárias e a exploração legal das fontes de fortunas pessoais por meio de doações de pessoas físicas ou de recursos próprios dos candidatos. Em todas essas vias, as mulheres pareciam não encontrar grande alento para ampliar a sua presença entre legisladores e mandatários do executivo no país.

O tema traz consigo uma inquietação em razão da desigualdade na participação política, que por si só pode ser considerada um grande prejuízo para a qualidade das democracias, pois a baixa representatividade limita o sistema eleitoral e impacta negativamente a produção de políticas (públicas) que regem a vida das pessoas, principalmente das mulheres.

Para o autor Sen (2010) a não participação das mulheres seria uma das formas de privação de liberdade, prejudicando e encerrando prematuramente a vida de milhares de mulheres. A sub-representação das mulheres cumpre uma função limitadora para o desenvolvimento sustentável.

Carlomagno e Codato (2018) pontuam que as pesquisas no Brasil e na América Latina tendem a focar mais no Parlamento Nacional e na Câmara dos Deputados, dessa forma, o foco na política subnacional ganharia profundidade, visto as diferenças regionais de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Sampaio e Filho (2019) realizaram uma revisão sistemática sobre a produção de pesquisas que abordem a influência do dinheiro em eleições municipais e destacam que a maioria das literaturas produzidas acabam por focar suas pesquisas em um único pleito.

Visando contribuir com os desafios e discussões sobre a participação das mulheres na política no Brasil, tencionou-se investigar a seguinte problemática: qual a influência dos recursos financeiros sobre a sub-representação das mulheres nos municípios com mais de 50.000 eleitores nas eleições de 2008, 2012 e 2016 no Brasil e quais os impactos da proibição das doações corporativas nas eleições de 2016? O objetivo geral do presente estudo foi analisar os fatores explicativos para a sub-representação feminina na política brasileira.

Dessa forma, para o estudo foram selecionados os candidatos e candidatas ao cargo de vereador nas eleições de 2008, 2012 e 2016 nos 441 municípios com mais de 50.000 eleitores.

Os dados têm origem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foram tratados e analisados com recursos de planilha de dados e softwares como Jamovi, especialmente para as análises de correlação e regressão linear ou logística para verificar a correlação entre recursos arrecadados e votação, sucesso eleitoral e demais atributos dos candidatos. A pesquisa foi realizada no período de dois anos no curso de mestrado PPGDTS (2018 – 2020) e os resultados permitem contribuir para os estudos existentes, evidenciando as desigualdades que envolvem a questão de gênero e sinalizando para ampliação das condições de participação das mulheres na política e o desenvolvimento do país.

Conforme apontado por Miguel e Biroli (2014), na construção de uma pesquisa que ressalta a desigualdade de gênero, têm-se um problema do uso dos gêneros masculino e feminino, em que há o entendimento de que a língua contribui para naturalizar o masculino como genérico, sendo ainda mais trabalhoso tentar encontrar alternativas neutras na língua portuguesa. Diante disso, seguindo a linha dos autores mencionados, nesta pesquisa, optou-se por seguir a regra gramatical padrão para evitar maior artificialidade no texto e confusão na leitura, infelizmente em razão da não familiaridade com o uso do gênero feminino como padrão.

O texto que segue está dividido em três partes além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, aborda-se os limites da democracia liberal e o contexto histórico das conquistas das mulheres como sujeito político, além de abordar possíveis explicações para a sub-representação das mulheres na política e o impacto para o

desenvolvimento sustentável. No segundo capítulo, detalha-se a apresentação da metodologia para o alcance dos resultados. Finalmente no terceiro capítulo, apresenta-se os resultados da pesquisa, seguido das considerações finais.

2 A DEMOCRACIA E A MULHER COMO SUJEITO POLÍTICO: DILEMAS DO DIREITO AO VOTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A entrada na arena política com o direito ao voto e a participação, não foram suficientes para colocarem as mulheres em pé de igualdade com os homens, visto que não houve transformações no âmbito privado. Neste capítulo problematizou-se os ideários liberais de igualdade e universalidade, além de resgatar brevemente o contexto histórico da mulher como sujeito político na sociedade brasileira. Discute-se a legitimação de lugares determinados para cada sexo e como isso desencadeou uma permanente exclusão para as mulheres.

2.1 DEMOCRACIA: IGUAIS CONDIÇÕES DE ALGUNS

Avelar (2001) sinaliza que conceber a ideia de democracia nos remete a compreensão de que todos têm acesso aos direitos de cidadania, e não pode ficar exclusiva à apenas um grupo, sem discriminações, sejam elas de cor, gênero, socioeconômica ou territorial. Tais direitos foram inaugurados a partir das revoluções burguesas e que difere em vários países.

Os instrumentos potenciais para a igualdade política, por exemplo, não se difundiram de modo semelhante nos diferentes países do mundo, os grupos da elite do poder sempre sabendo como trabalhar as novas forças políticas de modo que não abalassem nem seu poder, nem sua legitimidade. Os arranjos ocorreram das mais diversas formas, desde alianças da elite com os segmentos em ascensão até a ampliação do sufrágio oferecida e tutelada pelos governos conservadores (AVELAR, 2001, p. 12).

Partindo do sentido literal da palavra democracia, entende-se que um sistema considerado democrático deve apresentar o poder, que supostamente “emana do povo”, em condições de igualdade e universalidade. Sartori (2017) afirma que definir democracia é algo muito complexo, se for apenas partir da explicação do vocábulo, a palavra vem do grego, e significa poder (*kratos*) do povo (*demos*).

O autor destaca que é importante a definição da democracia, pois estabelece o que esperar dela, mas com o cuidado de não cair numa definição irreal que não possibilita encontrar a realidade democrática, “aquilo que a democracia é, não pode ser separado daquilo que *deveria ser*”. (SARTORI, 2017, p. 17, grifos do autor).

A democracia tem uma definição normativa, o que não significa que aquilo que está prescrito como democracia seja a democracia, da mesma forma o ideal democrático não define

a realidade democrática. Encontra-se diferenciações nas aplicações, além de indicar uma entidade política, também se fala em democracia social e econômica. As democracias social e econômica, completam a democracia política e tendem a ser mais autênticas quando identificadas. A democracia política tem como base a igualdade jurídico-política, a democracia social a igualdade de status e a democracia econômica, a igualdade econômica (SARTORI, 2017).

Nota-se as diferenciações entre uma democracia que seria ideal *versus* uma democracia real, Dahl (2001) destaca como exemplo, as afirmações de igualdade entre homens (e mulheres) contidas na Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776). Essas afirmações de igualdade foram acusadas de “simples retórica e vazia” pelos críticos. Os autores da Declaração deixavam de fora várias pessoas excluídas de seus direitos “naturais”.

O autor destaca que uma grande maioria foi privada não só dos direitos políticos, mas de inúmeros outros direitos. Dessa forma, o “todos” não é “todos” visto que há os “excetos”: exceto os negros, exceto os menores de 16 anos, exceto as mulheres etc. As mulheres faziam parte do grupo que não tinha acesso aos direitos políticos bem como outros direitos “essenciais à vida”, com os escravos, negros libertos e povos nativos. Os escravos eram propriedade de seus senhores e as mulheres propriedade de seus maridos, sendo a propriedade um direito inalienável (DAHL, 2001).

Miguel (2017) chama a atenção para a obra Reivindicação dos direitos da mulher, escrita por Mary Wollstonecraft e publicada em 1792, como expressão de um movimento por inclusão política. A reivindicação era pela inclusão das mulheres aos direitos que o pensamento liberal dedicava aos homens e que a Revolução Francesa prometia conceder a todos. Wollstonecraft fazia uma vinculação entre exclusão das mulheres da esfera pública e a opressão no espaço privado, introduzindo a crítica à distinção público/privado. O eixo das reivindicações não estava apenas em ocupar a esfera pública, mas acessar os direitos que possibilitava ocupar esse espaço, como os direitos à educação e à propriedade privada.

Para Touraine (1998), as hegemônicas ideias francesa e americana estavam mais interessadas no *homo oeconomicus* do que no *homo politicus*, no qual a sociedade moderna foi hierarquizada em função da riqueza ao mesmo tempo que afirmavam a igualdade dos direitos civis. A gestão da sociedade permaneceu nas mãos dos cidadãos com “melhor preparo” e foram combinados os direitos civis com as desigualdades sociais, legitimando a dominação e a escravização, e uma dominação sobre as mulheres, privando-as por muito tempo dos direitos civis.

Em 1869, no livro “A Sujeição das Mulheres”, Stuart Mill já apontava que a subordinação de um sexo a outro era um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano. Destacando que a “justificativa” para tal subordinação se encontrava na inferioridade da força muscular das mulheres, e, portanto, estavam em condição de escravidão em relação a algum homem. Para o autor, a aceitação deste sistema desigual nunca foi o resultado de deliberação.

A autoridade dos homens sobre as mulheres não resulta de algum tipo de comparação consciente que leve em conta os diferentes modos de constituição de governo da sociedade e diferentes modos de organização social, como por exemplo, um possível governo de mulheres sobre homens. Muito menos leva em conta a forma com que as mulheres estão totalmente sujeitas aos homens, sem acesso à participação em assuntos públicos, obrigadas que eram à obediência aos homens. O que prevaleceu para a desigualdade de direitos entre homens e mulheres foi a lei dos mais fortes.

Pateman (2013) problematiza que uma das consequências da conquista do direito ao voto, foi o fortalecimento da separação do público e do privado. No sentido de que ao conquistar o direito de votar e participar, não houve um questionamento para uma mudança na esfera privada, pelo contrário, as sufragistas reivindicavam que o voto seria um meio para a proteção e fortalecimento da esfera especial das mulheres.

Ao sinalizarem que não haveria alterações na esfera privada, a ideia de lugar de submissão das mulheres foi reforçada, a igualdade civil das mulheres foi combinada com a sujeição social, principalmente a familiar, tornando-se um problema político alinhado aos preceitos liberais na separação de público e privado (Pateman, 2013).

Citando a contribuição da obra de Mill (1869), Pateman (2013) destaca que apenas acrescentar um status político individual às mulheres sem que a esfera privada fosse modificada, ou até mesmo fortalecendo-a, é insustentável. Para a autora, Mill mostra na teoria o que o movimento feminista contemporâneo tem mostrado na prática, que as duas esferas são intrínsecas e que a participação plena e igual das mulheres na vida pública, depende de uma mudança na esfera doméstica.

Phillips (2011) sinaliza que argumentos que desprezam a relevância política da esfera privada contribuem para deixar as coisas como estão, a tirania doméstica deve ser considerada contraditória aos preceitos de cidadania, pois, mesmo com o discurso dos direitos iguais ao voto e à participação, não houve mudança na esfera doméstica e ela segue como antes das lutas por esses direitos e suas conquistas.

Para a autora, a manutenção das desigualdades da divisão do trabalho, sob condições aparentemente mais iguais, condenam as mulheres um papel político menor. Excluídas ou pela falta de tempo ou de confiança, elas não têm o mesmo peso que os homens. A autora destaca que a obsessão liberal com a divisão do público e do privado legitima uma desigualdade de pesos ainda mais prejudicial. Quando na defesa de uma igualdade formal dissimula a importância dos direitos iguais ao voto, sem trazer a discussão as limitações impostas às mulheres por sua posição na esfera doméstica.

Igualmente, Araújo (2012) pontua que esse discurso da diferença e os espaços apropriados para cada sexo foi fundamental na construção da ordem moderna e da aceitação da não cidadania das mulheres. Sem excluí-las da sua condição humana, a saída para incluí-las foi vinculá-las a esfera privada, destinada aos sujeitos passivos desprovidos de certos requisitos para interferir na coisa pública. Segundo autora, as mulheres sofrem dupla desvantagem: a exclusão formal inicial da cidadania e a exclusão atual, denominada de exclusão estendida, pois muitos dos seus efeitos se originam da exclusão de base na democracia representativa.

Tratando da democracia real, Dahl (2001) defende-a como uma das melhores alternativas viáveis. Segundo o autor, a democracia apresenta consequências desejáveis; evita a tirania, proporciona formalmente alguns direitos essenciais como liberdade geral, autodeterminação, autonomia moral, desenvolvimento humano, proteção dos interesses pessoais essenciais e igualdade política, além da busca pela paz e a prosperidade (esses dois últimos nas democracias modernas).

O autor explicita também que a democracia não é apenas um processo de governar, mas ela está ligada a um sistema de direitos, incluindo o direito de participar efetivamente. Dentro de um modelo democrático estes direitos devem ser realmente cumpridos, estando à disposição dos cidadãos. A participação envolve a escolha, escolha essa que envolve preferências particulares, e que certamente difere dos outros. Segundo Dahl (2001), não há como garantir que todos os direitos sejam fielmente cumpridos com a participação, mas a exclusão garante que os interesses serão gravemente feridos.

A participação não está diretamente ligada a presença das pessoas num espaço para defrontar e falar diretamente. Young (2000) destaca que em uma sociedade complexa com milhões de pessoas haverá opiniões divergentes, com diferentes situações de tempo e espaço. A autora sinaliza o caráter excludente das normas representativas gerais, sendo que as pessoas não se sentem representadas nos organismos influentes de discussões e tomadas de decisão.

Segundo a autora por essas razões são originadas propostas de maior representação de grupos sub-representados, no caso específico das mulheres, legislaturas ocupadas

majoritariamente por homens não representam corretamente as mulheres. “A representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante” (YOUNG, 2000, p. 148).

Avelar (2011) destaca que o sufrágio universal, um instrumento para a conquista de outros direitos, trazia em si a potencialidade igualitária e se vislumbrava a possibilidade de se corrigir por meios políticos a estrutura desigual das sociedades. Mas para isso, os segmentos de menor poder teriam de desenvolver os instrumentos da organização política e de associação, sendo os partidos políticos os instrumentos especializados para articular e agregar as demandas de variados segmentos sociais.

Vale ressaltar a diferenciação entre os partidos de quadros internos à política e os partidos de massa, o primeiro refletia os interesses dos que possuíam posições privilegiadas e utilizando-se de uma linguagem universal, ofereciam a população uma imagem de uma sociedade sem classes, cujos interesses deveriam ser defendidos por aqueles que eram políticos notáveis, já o segundo, refletia a ampliação da participação política na sociedade, congregando indivíduos e segmentos que por não estarem em posições privilegiadas, só conseguiriam reivindicar seus interesses por meio da organização política, evidenciando que a conquista da igualdade formal seria diferente da igualdade real (AVELAR, 2011).

Os instrumentos que potencializariam a igualdade política não se difundiram de igual maneira nos diferentes países do mundo e os grupos da elite do poder sempre se organizam de uma forma que nem seu poder e nem sua legitimidade sejam abalados. Essa organização ocorre de várias maneiras, desde alianças entre elites “até a ampliação do sufrágio oferecida e tutelada por governos conservadores” (AVELAR, 2011, p. 12).

A partir das informações de como o acesso aos direitos se deu de forma diferenciada para os vários segmentos da sociedade, no tópico seguinte apresenta-se a conquista dos direitos políticos femininos no contexto brasileiro.

2.2 DIREITOS POLÍTICOS FEMININOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, o voto feminino só foi regulamentado para todo o território nacional em 1932, considerando que a primeira eleição que se tem notícia ocorreu em 1532 para escolher ocupantes dos cargos da Câmara Municipal (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2015), a

participação da mulher é algo muito recente, pois foram 400 anos para que pudessem acessar esse direito.

Nesse período tinha-se no território brasileiro as mulheres indígenas, as mulheres escravizadas e as poucas mulheres que se arriscavam na longa travessia do Atlântico acompanhando seus maridos no processo de colonização. Era comum que os portugueses mantivessem concubinas entre as mulheres escravas, o que foi objeto de reprovação por parte dos jesuítas. Mesmo com o apelo dos religiosos para que a Coroa enviasse mais mulheres brancas³, o contingente enviado não foi o suficiente para barrar a então indesejada miscigenação de brancos com negras e índias (TELES, 1999). Conforme a autora, no período colonial as mulheres estavam sujeitas a uma dupla exploração:

[...] primeiro, enquanto parte da população brasileira, sem qualquer poder de decisão, dominada que era pela metrópole (Portugal); segundo, porque nessa época a sociedade aqui formada organizou-se sob a forma patriarcal, isto é, era uma sociedade onde o poder, as decisões e os privilégios estavam sempre nas mãos dos homens (TELES, 1999, p. 19).

Segundo Avelar (2011) o direito civil básico ao trabalho por muito tempo foi negado pela lei e pelo costume, destinando certas ocupações a certas classes sociais. As mudanças que viriam no início do século XIX contemplariam os indivíduos homens, já as mulheres continuariam dependentes sem poder fruir tal direito.

Além da educação formal não ser oferecida as meninas e a maior parte delas crescerem analfabetas, foram um dos últimos grupos sociais a conquistar direitos políticos. A exclusão de certos direitos certamente reflete em outros, pois a desigualdade socioeconômica na maioria das vezes produz exclusão das discussões políticas, por essa razão as pessoas de mais baixo status social não têm seus interesses tão bem representados quanto aqueles de status mais elevado (YOUNG, 2000).

A mulher estava inserida exclusivamente na esfera doméstica, no cuidado com a casa, filhos e marido, além de tarefas como fiação, tecelagem, rendas e bordados. A instrução a escrita e a cálculos eram coisas destinadas aos homens. Consta que na São Paulo do século XVII apenas duas mulheres não religiosas sabiam assinar o nome, pois para receber instrução tinham que ir para o convento. Já a mulher negra escravizada, desenvolvia o trabalho da mesma forma de um homem negro escravizado e ainda era usada como instrumento de prazer sexual do seu senhor (Teles, 1999). A maioria dessas mulheres ficou fora da participação política e da

³ “Mulheres órfãs, de toda a qualidade, até meretrizes” (TELES, 1999, p. 18)

história oficial. Aquelas que de alguma forma alcançavam alguma projeção popular eram taxadas como loucas ou prostitutas.

Com a independência do Brasil em 1822, inicia-se um processo de mudanças na legislação eleitoral, mas a lógica do sistema eleitoral não sofreu mudanças significativas e a quantidade de eleitores era representada pela unidade familiar, ou seja, o “chefe” da família representava a vontade de toda a unidade familiar. Esse personagem-eleitor era qualificado pela lei como homem bom e trazia consigo várias distinções sociais: idade, renda, estado civil, escolaridade e status social (se livre, liberto ou escravo) (TSE, 2014).

No século XIX, assim como no período colonial, as mulheres tinham papéis bem definidos dentro da sociedade, elas estavam destinadas a desempenharem papéis no seio da estrutura familiar como, esposas, mães e filhas, sem permissão para estudar, trabalhar, nem desempenharem atividades políticas que eram atribuições dos chefes de família.

A mudança da lógica grupal do eleitorado para a lógica individual, veio com o processo de modernização imposto ao país a partir da década de 1930. Com a criação da Justiça Eleitoral, em 1932 “o voto feminino pode ser entendido na esteira do processo de individualização do eleitor” (TSE, 2012). A partir desses novos pressupostos, tendo o indivíduo como unidade básica da atuação política, o debate sobre a exclusão das mulheres ganhou força em vários setores da vida social, proporcionando vazão para debates que ocorriam desde o século XIX, com inúmeras tentativas de participação da mulher na vida eleitoral.

Destaca-se o caso da dentista Isabel de Matto Dellon, que requereu seu alistamento como eleitora fazendo uso ao direito de conferido aos bacharéis e em 1880 tornou-se a primeira mulher a votar. Dentre outros esforços, em 1928 houve o voto de 15 eleitoras na eleição no Rio Grande do Norte, porém tiveram seus votos invalidados pela Comissão de Verificação dos Poderes (TSE, 2014).

A conquista do direito ao voto para as mulheres só veio com o Código Eleitoral de 1932, entretanto desde 1881 os iletrados estavam proibidos de participar do processo eleitoral. Com menos de um terço das mulheres eram alfabetizadas, quase metade da população do período⁴ estava impedida de votar e se eleger.

Na década de 1930, teve-se as primeiras mulheres eleitas para ocupar uma vaga legislativa no Brasil, em São Paulo a Deputada Federal Carlota Pereira de Queiroz e em Santa Catarina a Deputada Estadual Antonieta de Barros (BRASIL, 2016). Após a conquista do voto, as pautas das mulheres estavam concentradas na questão do trabalho feminino e na proteção à

⁴ Em 1940 a população brasileira com 15 anos ou mais era de 23 milhões (IBGE, Censo Demográfico).

maternidade. De 1937 a 1945 as mulheres se envolveram na luta pela democracia, surgindo em 1945 o Comitê de Mulheres pela Democracia, na perspectiva de romper com a democracia formal e conquistar a igualdade de direitos profissionais, administrativos, culturais e políticos. Surgiram outros movimentos, entretanto, não refletiram na participação das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1946.

As lutas das mulheres não estavam livres de problemas concretos como a carência de recursos para as organizações e associações, bem como falta de água e despejo. Foram várias lutas e conquistas nesse período, porém com o Golpe de 64 as associações femininas que haviam se estabelecido praticamente desapareceram, retornando a partir de 1975, com o Ano Internacional da Mulher, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). Ano que é também um marco do avanço das ideias feministas no Brasil, exigindo igualdade de direitos e questionando o papel de submissão da mulher, tendo ainda uma visibilidade junto à opinião pública (Teles, 1999).

Em 1986 com a abertura democrática, foram eleitos (as) 559 deputados (as) para o Congresso Constituinte, 26 eram mulheres. Número que parece ínfimo, no entanto foi considerado um avanço visto que a Assembleia Constituinte de 1946 não contava com nenhuma mulher. Outra conquista para as mulheres foi a Lei 9.100 de 29 de setembro de 1995, que determinou que o mínimo de 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser destinadas a candidatas de cada sexo, válido para as eleições de 1996. Nas eleições de 1998 esse percentual passa para 25% e nas eleições posteriores o percentual seria elevado para 30% sendo válida até os dias atuais. Destaca-se que a maior presença de mulheres ao longo dos anos se deu principalmente pelas transformações da própria sociedade.

Mesmo transcorridos mais de 85 anos desde que a primeira mulher foi eleita no Brasil os números são bem pouco animadores. A média de ocupação em cadeiras no poder legislativo em todas as esferas gira entre 11 e 13%. Mesmo que as mulheres tenham conseguido seu espaço no mercado de trabalho e que atualmente elas apresentem índices de escolarização mais altos do que os homens, elas ainda se encontram em ocupações com status mais baixos e marginalizadas na política. Diante disso, no tópico a seguir trata-se dos impactos da não representação das mulheres para o desenvolvimento sustentável.

2.3 PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Uma das características da redemocratização na década de 1980 no Brasil foi a caminhada paralela entre a democracia formal e as desigualdades sociais, essa condição dificultou uma construção democrática socialmente eficiente bem como inibiu o desenvolvimento social. O modelo econômico que se institucionalizou paralelamente ao processo de construção democrática colocou tanto a democracia quanto a modernização da política em segundo plano, ambos eram tratados como aspectos secundários em relação à “necessidade de fortalecer a dimensão institucional e promover a estabilidade econômica” (BAQUERO, 2007).

O autor destaca que os objetivos sociais não faziam parte da política econômica, não tinha como base uma política social de longo prazo, mas antes, práticas pontuais que fomentavam o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo. Segundo ele, a história demonstra uma institucionalização da economia de mercado que privilegia alianças com grupos econômicos poderosos, gerando sociedades excludentes e desiguais, com altos índices de desemprego.

Sartori (2017) destaca que a relação entre mercado e democracia sempre foi assimétrica. O mercado não tem controle ante a finitude dos recursos e é definido pelo autor como um vórtex de “desenvolvimento insustentável”, que consome mais recursos do que produz e que usa recursos em extinção (SARTORI, 2017, p. 371). Ele problematiza qual seria a relação entre democracia e desenvolvimento econômico, explicitando que a máxima no segundo pós-guerra dizia que para transformar as autocracias em democracias era necessário aumentar o bem-estar que automaticamente traria a democracia, ou seja, a democracia nascia com o dinheiro e dependia do dinheiro.

O conceito de desenvolvimento sustentável perpassa a questão econômica, bem como, abrange outros conceitos para além da sustentabilidade ambiental, os quais são mencionados por Sachs (2002), sendo eles: a sustentabilidade social, a sustentabilidade cultural, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade política. As características essenciais do desenvolvimento sustentável, além das questões de conservação do meio ambiente, englobam o papel das pessoas nesse processo e a satisfação de suas necessidades respeitando os limites ecológicos (BAQUERO, 2007).

Para Sachs (2007) a sustentabilidade social deve basear-se nos valores primordiais de equidade e democracia, com a apropriação de todos os direitos humanos (políticos civis, econômicos, sociais e culturais) se assemelhando a abordagem de Sen (2010), que reforça a liberdade humana como o fim e o meio primordial do desenvolvimento, nos quais os diferentes tipos de direitos e oportunidades contribuem para o alargamento da liberdade humana.

Prá (2007) aponta que as adições mencionadas anteriormente por Sachs ao conceito de desenvolvimento sustentável, desafiam o enfoque orientados pela dimensão econômica ao incorporarem noções de equidade, sustentabilidade e participação, “com isso, o respeito aos direitos humanos; o fomento a princípios democráticos, à melhoria da qualidade de vida, ao empoderamento das pessoas e à geração de capital social postam-se como requisitos básicos do desenvolvimento humano pleno e sustentado” (Ibid. p. 90). Segundo a autora, quando se acrescenta a questão de gênero, o panorama de desenvolvimento tende a ser mais problemático às mulheres, expressando-se pelo não reconhecimento de direitos específicos (trabalho e reprodução) ou por formas de violência exercidas contra elas (doméstica e institucional).

Pensar o desenvolvimento sustentável compreendendo a democracia como “valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem” (SACHS, 2008 p. 16), implica a não naturalização da sub-representação política da mulher, sendo essa um limitador para o desenvolvimento sustentável. A não participação da mulher por si só já é considerado um agravante para a qualidade da democracia, visto que ela depende do acesso em iguais condições em espaços de decisões, ademais todas as dimensões citadas, caminham juntas e requerem um nível participativo dos envolvidos, o que segundo Bolognesi (2012) afeta diretamente as mulheres, pois estas sofrem dupla exclusão, tanto na vida política quanto na estrutura social.

A cultura instituída aponta que a mulher tem apatia pelo cenário político, Scott (2005) aborda essa “apatia” lembrando dos direitos historicamente negados as mulheres, bem como aos pobres e aos negros escravizados. As mulheres tinham suas vidas direcionadas ao cuidado e aos afazeres domésticos, sendo um impeditivo à participação política e à representação legal (direito ao voto e à elegibilidade).

Esses direitos historicamente negados, refletem na participação política das mulheres, a falta de tempo, relacionado a dupla jornada que enfrentam, tem sido elencado como um fator impeditivo para o envolvimento das mulheres com as questões públicas. Conforme Prá (2007), o processo contínuo de exclusão social, não permitiu a entrada de novos sujeitos na esfera política, além de que a privatização de recursos públicos distribuiu de forma irracional o poder,

sustentando um padrão clientelista, o que tem criado dificuldades de ingresso para as mulheres na cena política.

Problematizando a desigualdade entre homens e mulheres, Sen (2010) ressalta que a desigualdade não só afeta como pode encerrar prematuramente a vida de milhões de mulheres, restringindo em alto grau as liberdades básicas para a sobrevivência do sexo feminino. Além de destacar a privação ao acesso a uma boa alimentação, a água, serviços de saúde e saneamento básico, Sen (2010) destaca também como uma das formas de privação de liberdade a não participação na vida política, consequentemente a população é privada da liberdade de conduzir as suas vidas e de participar das decisões políticas.

Por serem inerentes a liberdade humana, a negação das liberdades civis e políticas seriam em si, uma deficiência. Destaca-se dessa forma, não mais o papel da mulher como receptora passiva de auxílio para uma melhora de vida, mas como agente ativa de mudança (SEN, 2010). O autor destaca que uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento é a condição de agente das mulheres. Além disso, evidencia o reconhecimento da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres, sendo crucial para o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões.

Sen (2010) assinala que o desenvolvimento perpassa a questão do Produto Nacional Bruto (PNB) de um país e das variáveis relacionadas a renda, a discussão não está só na acumulação da riqueza, mas o que ela pode proporcionar. A visão de liberdade adotada pelo autor engloba os processos nos quais as pessoas têm liberdade de agir e decidir, bem como, as oportunidades reais que as pessoas têm, as liberdades dos indivíduos são elementos constitutivos básicos, atentando para a expansão da capacidade das pessoas de exercerem sua liberdade de escolha.

Parafraseando Sen (2010), as políticas públicas de maneira geral são importantes para melhorar a qualidade de vida das pessoas, porém, quando as pessoas têm acesso efetivo as capacidades de participação, as políticas públicas são diretamente influenciadas pelas necessidades e reivindicações reais da população.

A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979⁵ destacou que o pleno desenvolvimento de um país depende da máxima participação das mulheres e ainda, reafirma que:

⁵ Em 1979, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas adotou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, frequentemente descrita como uma Carta Internacional dos Direitos da Mulher. Em seus 30 artigos, a Convenção define claramente a discriminação contra mulheres e estabelece uma agenda para ação nacional para pôr fim a tal discriminação.

A discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade.

Além da referida Convenção, o tema representação da mulher ganhou destaque desde a VI Conferência da Mulher na China, promovida pela ONU, em 1995, o documento Beijing Platform for Action (BPA)⁶ passou a ser um marco, associando a igualdade política com a igualdade social. O documento recomenda que ações afirmativas sejam adotadas para que se tenha maior presença de mulheres em processos políticos eleitorais (SACCHET; SPECK, 2010).

O documento ressalta que para “se obter um desenvolvimento sustentável orientado para o ser humano, é indispensável uma relação transformada entre homens e mulheres, baseada na igualdade” (BEIJING PLATFORM FOR ACTION, 1995). Por sua vez, Frey (2001) explicita que o desafio do desenvolvimento sustentável é, antes de tudo, um problema político e de exercício de poder, que coloca em pauta as instituições político-administrativas, a participação e o processo político.

Ainda segundo Sen (2010), o alcance do papel de agente das mulheres é bem maior do que apenas o bem-estar feminino, o que já seria considerado de grande valor. O autor destaca que o papel limitado das mulheres afeta gravemente a vida de todas as pessoas, e que, ao proporcionar uma melhora no potencial das mulheres para auferir uma renda independente, ou encontrar um emprego fora de casa, ser alfabetizada e participar nas decisões dentro e fora de casa, incidiria na sua própria vida e de sua família.

Para Sen (2010) há evidências de que o ganho de poder das mulheres na família pode reduzir a mortalidade infantil, além de com maior acesso à instrução e ao emprego, podem influenciar a discussão pública sobre diversos temas sociais. A visão de Amartya Sen parte da vida privada que refletirá num degrau posterior, a arena pública, anteriormente destacou-se que o status social reflete em ter ou não um status político.

Quanto aos efeitos da sub-representação da mulher na política, a maioria das pesquisas não se debruçam sobre essa perspectiva, no entanto, algumas pesquisas já têm apontado para algumas consequências no que se refere a corrupção. Um estudo recente mostrou que a

⁶ A conferência de Beijing estabeleceu algumas diretrizes para a adoção de cotas de gênero em diversos países do mundo. O Brasil o faz nas eleições municipais de 1996 e depois adota as cotas na eleição seguinte para os poderes legislativos estaduais e federal em 1998 (BOLOGNESI, 2012).

corrupção é menor onde mulheres participam em maior número no governo. A análise foi feita em mais de 150 países, entre eles o Brasil (JHA; SARANGI, 2018) ⁷.

Além disso, Brollo e Troiano (2016) em uma pesquisa realizada no Brasil em unidades administrativas municipais, destacam que vários estudos empíricos encontraram evidências consistentes com a hipótese de que o gênero do formulador de políticas afeta decisões e resultados⁸.

A pesquisa revelou que as prefeitas são menos propensas a se envolver com corrupção, e que os prefeitos do sexo masculino aumentam o emprego público temporário em ano eleitoral em sinal de troca de favores. Não obstante, a pesquisa revelou ainda que os homens têm mais chances de se eleger, mesmo que estes apresentem maior envolvimento com corrupção. A hipótese dos autores é que eles são reeleitos devido ao seu envolvimento em estratégias para obter a reeleição, destacando que as empresas que contribuem para as campanhas dos candidatos vencedores, aumentam seus contratos com os governos (BROLLO; TROIANO, 2016).

Sacchet (2009) destaca que o foco sobre o aprofundamento da democracia seria o aumento da participação das mulheres em espaços políticos decisórios, pontuando que o aumento das mulheres nesses espaços é considerado central para melhorar o accountability⁹ e a qualidade democrática. A autora sibiliza a importância das mulheres no desenvolvimento social visto o papel que desempenham com as suas famílias e comunidades.

No tópico seguinte, aborda-se as principais teorias feministas para a exclusão das mulheres na vida pública.

2.4 A SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

A sub-representação feminina na política tem sido estudada e debatida tanto na esfera pública quanto acadêmica sob diversos aspectos. Miguel e Biroli (2010) abordam três vertentes. Uma delas destaca o caráter patriarcal que é intrínseco as instituições liberais, outra vertente foca nos padrões culturais e de socialização que fortalecem a ideia do espaço político como

⁷ Pesquisa publicada no "Journal of Economic Behavior & Organization" pelos pesquisadores Chandan Kuma Jha e Sudipta Sarangi, do departamento de Economia da Universidade Virginia Tech Universidade nos Estados Unidos.

⁸ Pesquisa realizada em dois mandatos na administração municipal, em municípios abaixo de 200.000 eleitores: 2001 – 2004 e 2005 – 2008.

⁹ O accountability inclui a prestação de contas por parte dos detentores de mandatos e a devolutiva popular sobre essa prestação de contas, depende de mecanismos institucionais, principalmente da existência de eleições competitivas regulares (MIGUEL, 2005).

pertencente ao masculino e a terceira aborda os constrangimentos estruturais que dificultam a participação política das mulheres. Segundo os autores, a crítica feminista é contra o caráter formal de universalidade e igualdade, destacando que a subordinação das mulheres é estruturante das instituições liberais, reclamando a adesão de todos os indivíduos, independente do sexo.

A primeira vertente apresentada pelos autores aponta a crítica feminista às contradições dos direitos liberais que pregam a universalidade e direitos igualmente desfrutados e as formas permanentes de exclusão, também apontam a dualidade entre público e privado, permitindo a convivência entre a liberdade (público) e as relações desiguais (privado) e ainda a divisão sexual do trabalho, onde estão estruturadas posições diferentes para homens e mulheres. Para tal abordagem utilizam-se da obra de Carole Pateman (1993), na qual a autora critica o contrato social e pontua que metade da história (social) do contrato nele não consta, pois trata-se de um pacto sexual onde “A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal” (PATEMAN, 1993, p. 16).

A teoria do contrato social é apresentada como uma história de liberdade, os homens trocando as inseguranças da liberdade natural pela liberdade civil assegurada pelo Estado, uma liberdade universal desfrutada de igual modo por todos. Outra interpretação referente ao estado natural é que os filhos se libertariam da sujeição natural aos pais, substituindo o regime paterno pelo civil, alcançando dessa forma, a liberdade (PATEMAN, 1993). A autora destaca que a história do contrato cria tanto a liberdade como a dominação, destacando que a liberdade civil é um direito masculino e não universal. Ainda segundo ela, os teóricos políticos ignoram parte da história do contrato por interpretarem o patriarcado na forma literal, onde o poder político era exercido pelo pai. Entretanto, a ausência do patriarcado não inclui a ausência de dominação masculina que toma novas formas.

Abordando as críticas feministas à dicotomia do público e privado, Pateman (2013) aponta as controvérsias entre cientistas políticos liberais e radicais, nas quais os radicais rejeitam a afirmação liberal de que as desigualdades da esfera privada não afetariam as questões pertinentes à mulher como sujeito político. Discutir sobre o público e o privado é mais do que simplesmente fazer distinção entre dois tipos de atividades sociais. Segundo a autora, o liberalismo está estruturado em relações patriarcais e a dicotomia entre o público e o privado subordina ainda mais as mulheres aos homens dentro de uma ordem com discursos de universalidade e igualdade.

Segundo Pateman (2013), a exclusão passa despercebida porque a separação entre público e privado se apresenta na teoria liberal como se ela se aplicasse de forma homogênea a

todos os indivíduos, onde homens e mulheres ocupam as esferas de forma diferenciada, mas não menos importantes. A natureza das mulheres seria voltada para a submissão aos homens, sendo o seu lugar na esfera doméstica, enquanto os homens habitam e tomam decisões nas duas esferas. Para as feministas o discurso liberal de igualdade e individualismo reforça e naturaliza uma estrutura social de desigualdades e dominação das mulheres pelos homens.

Ainda, abordando o conceito de sociedade civil, Pateman (2013) aponta que na ótica liberal a esfera doméstica é esquecida na discussão teórica, sendo que a separação entre público e privado ocorreria como uma divisão na própria sociedade civil, ou sociedade dos homens. Dessa forma, os critérios de universalidade que regem a sociedade civil seriam associados ao indivíduo do sexo masculino, na condição de indivíduo privado que necessita da esfera pública para buscar seus interesses e aumentar a sua propriedade.

A autora destaca que o slogan “o pessoal é o político”, popular no movimento feminista atual¹⁰, dá indicações para comentar as ambiguidades do público e do privado, chamando a atenção das mulheres para as formas de incentivo para a reprodução da vida social, ou seja, a naturalização daquilo que pertence ao mundo masculino e ao mundo feminino. Igualmente, questiona a forma com que as mulheres são inseridas na vida pública, baseadas em crenças e práticas patriarcais, não sendo distinto da posição na esfera doméstica.

Phillips (2011, p. 341) “questiona a ideia de que os cidadãos devem deixar seus corpos, portanto a si mesmos, para trás quando entram na arena pública.” A autora destaca que os liberais além de ignorar as diferenças de gênero, no sentido de que tratam as mulheres como cidadãs abstratas, ignoram identidades e diferenças mais locais, ou seja, o corpo masculino e a identidade masculina como a norma e a mulher como o outro.

Miguel e Biroli (2010) ressaltam que há um impasse na adesão aos valores liberais, uma vez que a conquista da cidadania pelas mulheres é o apagamento de suas especificidades, por outro lado a especificidade feminina, como por exemplo, a maternidade, é um dos fatores de exclusão.

O entendimento patriarcal da cidadania significa que as duas demandas são incompatíveis, já que permite apenas duas alternativas: ou as mulheres se tornam (como) homens, e assim cidadãos plenos; ou continuam no trabalho de mulheres, que não tem valor para a cidadania (PATEMAN, 1993, p.197).

¹⁰ Expressão do pensamento feminista com a publicação em 1969 do artigo “O Pessoal é Político” de Carol Hanischi.

Conforme Philips (2011), os democratas liberais acreditam que ao acessarem o direito ao voto, as mulheres tiveram todos os direitos e liberdades estendidos, o que não condiz com a realidade, basta olhar para os dados de participação de mulheres na política conforme mencionado anteriormente

A segunda abordagem que explica a falta de mulheres nos espaços decisórios, situa-se nos princípios liberais e objetiva analisar as estruturas de oportunidades de cada indivíduo, buscando identificar os pontos de estrangulamento que não lhes permitem ocuparem certas posições de poder. Miguel e Biroli (2010) ressaltam que a cidadania incompleta das mulheres não aconteceu como um desvio do ideário liberal, mas constitui-se como um de seus pilares.

A base desta posição tenta explicar as distorções e a influência do sexo na trajetória política; investiga-se o peso dos estereótipos na decisão do eleitorado; os vieses dos partidos em relação às mulheres; as particularidades das campanhas políticas femininas (MIGUEL; BIROLI, 2010). A literatura demonstra que as mulheres se deparam com vários constrangimentos, sobretudo vinculados aos afazeres domésticos. Não é apenas uma questão de se interessar por política ou não, mas há de fato um problema quando o nível de envolvimento se depara com questões de gênero, classe e etnicidade.

Os autores explicam que como as mulheres estão habituadas a exigências de superqualificações, geralmente quando o espaço é caracterizado como masculino, que é o caso do ambiente político, isso acaba por afetar a ambição política, pois estas realizam uma auto avaliação se são aptas ou não. Os homens têm mais contato com ocupantes de cargos públicos, são ensinados a ser autoconfiantes, não tendo tanta preocupação com a auto avaliação.

A terceira abordagem que trata dos recursos materiais e participação, aponta três tipos de recursos necessários à participação política em geral: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos. Os trabalhadores detêm menos recursos financeiros e menos tempo livre, o que seria um concorrente à participação política, também poucos mantêm contatos com os operadores da política, explicando dessa forma a importância do capital familiar para o ingresso das mulheres na carreira política (MIGUEL; BIROLI, 2010).

O maior constrangimento para a participação das mulheres se refere ao tempo livre, em que ainda se liga as responsabilidades domésticas e ao cuidado dos filhos. Como no modelo tradicional o homem era o único provedor, ficaria difícil a mulher estabelecer uma rede de mobilizadores, pois ela se encontrava quase que isolada no lar, comprometendo o interesse em questões públicas (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Segundo os autores, a variável “trabalhar fora” refletiu no interesse das mulheres pela política, entretanto o ingresso no mercado de trabalho não veio acompanhado da divisão das

responsabilidades das tarefas domésticas, sendo a dupla jornada um obstáculo à participação política. Gail Warshofsky (1970 apud AVELAR, 2001), pontua que tarefas como socialização dos filhos continua com as mulheres e esse seria o maior concorrente para o desempenho de outras tarefas.

Pinho (2005) corroborando Miguel e Biroli, destaca que é no ambiente doméstico que nascem e se estruturam as desigualdades, pois nesse espaço é que acontece a distribuição de poder entre homens e mulheres, onde se prepara em geral a mulher para a submissão no espaço privado e o homem para exercer a dominação desde o espaço público. Ainda segundo a autora, a partir disso se estabelecem as relações de gênero, reservando ao homem o poder econômico racional e às mulheres o poder dos afetos.

Existem muitos enfrentamentos a serem feitos no que diz respeito às desigualdades das oportunidades por questões de cor, etnia, religião e gênero. A ideia de cidadania universal vai ficando distante, visto que para se configurar como tal, deveria ser desfrutada por todos “e não de uma sociedade profundamente dividida por classes sociais, raças e etnias, sexo” (AVELAR, 2001). A autora destaca que a sub-representação social e política das mulheres estão ligados um ao outro, o status social da mulher se encontra mais baixo que o dos homens em razão do seu mais baixo status ocupacional, elas acabam ocupando posições de menor prestígio que a dos homens.

O Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (CEPAL) destaca que 29%, quase um terço, das mulheres no Brasil acima de 15 anos dependem de outros para a sua subsistência, o que as torna vulneráveis e dependentes daqueles que possuem renda, que em geral são homens. Outro dado apresentado pelo Observatório é que o índice de mulheres pobres é mais alto que os homens. Em 2017 para cada 100 homens vivendo em lares pobres, havia 113 mulheres na mesma condição. Além disso, a concentração de mulheres em ocupações de baixa produtividade é superior à dos homens. Bolognesi (2012) aponta para diversas literaturas que sinalizam a posição das mulheres como minorias em diversos setores, sendo excluídas dos postos de elite. A pesquisa de Junckes et al. (2015) aponta que entre as mulheres com candidaturas consideradas inaptas nas eleições de 2010 predominavam as donas de casa e ocupações de menor status socioeconômico.

A sub-representação das mulheres na política é influenciada também pela forma como os partidos encaram a presença feminina nos espaços de decisão. Foram necessárias a elaboração de políticas afirmativas de cotas para que fossem garantidas o mínimo de 30% da presença das mulheres nas listas de registro de candidatura. Conforme aponta Bolognesi (2012), as cotas eleitorais podem ser entendidas como uma política pública redistributiva, voltada para

o incremento da participação de uma minoria. Além dos partidos frequentemente negligenciarem medidas necessárias para a viabilidade das candidaturas femininas, elas são objeto de acentuada desigualdade de financiamento pelos partidos (SACCHET; SPECK, 2010). Segundo a pesquisa de Junckes et al. (2015), nas eleições de 2010 um quinto das candidaturas femininas foram consideradas inaptas, principalmente por indeferimento ou renúncia. A realidade mostra que as mulheres têm sido esquecidas pelos partidos e pelos financiadores.

Peixoto e Silva (2018), em uma pesquisa sobre a representação política das mulheres nas eleições municipais no ano de 2016, evidenciaram que poucos são os casos de mulheres puxadoras de voto, elas situam-se majoritariamente no “rabo” das listas partidárias, apontando para a engenharia institucional, em que os partidos têm apenas a obrigação de inserirem as mulheres na competição, de forma desinteressada em distribuir oportunidades e recursos financeiros.

Panke (2016) em sua obra “Campanha Eleitoras para Mulheres”, pontua que a “política é um universo masculino”, em sua pesquisa, ela traz depoimentos das dificuldades enfrentadas pelas candidatas, como por exemplo, a confusão que a sociedade tradicional faz entre a capacidade intelectual e a opção sexual, ou seu valor e seu status civil.

Ainda segundo Panke (2016) existe em nossa sociedade a dificuldade de falar de temas como misoginia, feminismo, machismo, pois estes fazem parte da estrutura social e são tidos como naturais. Segundo a autora:

Para fortalecer essa maneira de vivenciar o mundo, há vários mecanismos para reforçar as regras. Os discursos de normalização das regras estão por toda a parte: escolas, famílias, imprensa, entretenimento, igreja, piadas. Nos países latinos, ainda que haja diferenças conforme cada cultura, o patriarcado predomina (PANKE, 2016, p. 41).

Para a autora, ao gênero masculino é concedido o espaço da política, enquanto para os outros tenta-se abrir os caminhos para chegar lá. Dessa forma, as mulheres enfrentam muitos obstáculos, desde aqueles relacionados às leis, a falta de financiamento de suas campanhas, dentre outros.

Um dos principais elementos para se compreender a representação política é o financiamento eleitoral e estes são indissociáveis. As questões que envolvem dinheiro e política vão desde afetar as normas da democracia, em aspectos de igualdade na disputa e as chances de vitória de um candidato, até sua atuação legislativa (SILVA; CERVI, 2017). Carlomagno e Codato (2018) destacam que os diversos estudos da ciência política têm apontado nessa direção,

quanto maior for a capacidade de mobilização de recursos, maior a chance de ser eleito e de acessar uma rede de doadores, sendo decisivo para o sucesso da arrecadação.

Em sua pesquisa sobre o financiamento empresarial entre as eleições de 1994 a 2014, Speck (2016) além de sinalizar a concentração do financiamento empresarial em poucos candidatos, o que teria relação com o seu desempenho eleitoral, também apontou a desigualdade da participação entre as empresas, apenas 100 concentravam 57% dos recursos doados, criando a imagem da democracia brasileira como plutocracia (SPECK, 2016). O trabalho de Junckes et al. (2019), sobre a rede de financiamento nas eleições de 2014, evidenciaram que candidatos que não têm pelo menos dois doadores tem suas chances de se eleger reduzidas a quase zero, revelando que apenas 5,6% das pessoas físicas e 21,9% das pessoas jurídicas influenciaram quase que a totalidade dos eleitos de 2014. Adicionalmente, a eleição ou a reeleição está associada com maiores arrecadações de contribuições de pessoas jurídicas nas campanhas dos candidatos (SILVA; CERVI, 2017), o que Mancuso (2015) destaca como um agravante que afeta valores democráticos, como igualdade política e a competição política.

Explorando dados sobre financiamento eleitoral para cargos majoritários e proporcionais de 2006, Sacchet e Speck (2010) revelam a forte concentração de recursos em candidaturas masculinas. Questionando os motivos pelos quais as mulheres têm de 20 a 30% menos chances que os homens de se elegerem, os autores destacam vários fatores que contribuem para o baixo desempenho eleitoral, entretanto, é no financiamento eleitoral que encontram a principal explicação. Por receberem menos apoio de seus partidos e da iniciativa privada, as suas campanhas apresentam uma carência de recursos financeiros.

Os autores demonstraram que existe uma forte correlação entre financiamento de campanhas e sucesso eleitoral. As candidaturas de mulheres a deputado estadual representam 12,1% do total de candidatos e o arrecadamento está em torno de 7,1% dos recursos, os dados sugerem que o financiamento acentua a sub-representação. Além do dinheiro, outros recursos são apontados como importantes para o sucesso eleitoral, como a experiência política, reeleição, capital social, acesso às redes estratégicas (SACCHET; SPECK, 2010).

Carlomagno e Codato (2018), tratando da concentração social de recursos eleitorais, apontaram que a concentração de investimento em determinados grupos sociais tem a ver com as ocupações de origem dos competidores, ou seja, a hierarquia política vai depender da hierarquia social, medida pelas diferentes profissões, demonstrando que a grande distinção não estaria no sexo do candidato, mas em sua posição social.

Nesse sentido, revelaram que há uma priorização das receitas de campanhas em candidaturas masculinas, o que vem acentuando as desigualdades entre homens e mulheres a

cada eleição, no entanto, a grande distinção para que alguns acessem as redes de financiamento e outros não, estaria na posição social dos candidatos e não no sexo. A referida pesquisa demonstrou que, a partir das duas variáveis testadas (profissão e sexo), ocupando o mesmo patamar de classe social as desigualdades de sexo desaparecem. Dessa forma, deve-se atentar aos fatores para além do cenário político em si, a entrada das mulheres nesse cenário precisa considerar as condições anteriores, que não são favoráveis para o sexo feminino.

Sacchet e Speck (2010) destacam o caráter utilitarista da motivação para a doação, se doa para aqueles que tem mais chances de ganhar, dessa forma, o capital político do candidato que é composto pelo seu histórico eleitoral, estaria dentro da probabilidade de ser eleito. As hipóteses formuladas sobre capital político são: candidatos que já ganharam outras eleições, ou que estão há mais tempo na política, mesmo que não em cargos eletivos, a segunda é que esses candidatos com maior capital político têm acesso a mais recursos financeiros.

Na referida pesquisa os autores demonstraram a realidade do impacto da reeleição no sucesso eleitoral, as chances de um deputado federal que já ocupava um mandato são de 59,9%, já aqueles que não integram a Câmara tem chances reduzidas para 7,9%, confirmando a hipótese do capital eleitoral sobre o sucesso eleitoral.

No caso das mulheres, estas ficam atrás em todas as categorias, ficaram desfavorecidas tanto entre os candidatos que não tiveram mandato anterior (7,2% versus 8,0%), quanto dentre aqueles que concorreram à reeleição (53,1% versus 60,4%), o fator reeleição ameniza a diferença, mas não a anula. O subfinanciamento alcança média acima de 50%. Em 12 unidades da federação, as candidatas recebem menos da metade do que deveriam receber. As mulheres se concentram nos grupos com menor arrecadação e menos votos, estando entre os 20% de candidatos com arrecadação mais baixa, onde mais da metade dos candidatos pertence ao grupo com menor votação.

A Lei 13.165/2015¹¹ modificou as regras do financiamento eleitoral, tornando o financiamento empresarial ilegal, com o objetivo de tornar a competição eleitoral mais justa e democrática, em razão das poucas empresas estarem envolvidas com o sucesso eleitoral de quase todos os candidatos financiados. Após a proibição do financiamento empresarial, questionou-se quais os outros meios que os partidos utilizariam, ou seja, quais as fontes eles explorariam.

Silva (2016) apresenta um estudo sobre a distribuição das receitas eleitorais em 2014 a deputados federais, analisando os principais atores do financiamento eleitoral (pessoas

¹¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2015. Fonte: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticiastse/2015/Outubro/serie-reforma-eleitoral-2015-regras-para-mudanca-de-partido-ficam-mais-rigidas>>.

jurídicas; pessoas físicas; partidos políticos; outros candidatos e partidos; recursos dos próprios candidatos) e demonstra que as desigualdades do financiamento eleitoral não são exclusivas apenas das empresas doadoras. Os partidos políticos foram os que distribuíram os recursos de forma mais desequilibrada dentre os cinco tipos de doadores, além disso, corroborando as análises anteriores, aqueles que mais investiram em suas próprias campanhas e mais receberam doações de pessoas físicas são os que tiveram o maior número de votos e o maior desempenho eleitoral. O autor destaca que da mesma forma que as empresas tinham um papel importante no financiamento eleitoral no Brasil, o autofinanciamento e as doações de pessoas físicas ajudam a agravar a distorção das condições de disputa.

A proibição do financiamento empresarial talvez não implique grandes mudanças para as mulheres, por já se encontrarem em situação de “esquecidas” pelos financiadores. Partindo da análise de Silva (2016) pode ser que se tenha um quadro em que apenas aquelas que tenham poder de se autofinanciar consigam garantir seu espaço nesse cenário, não trazendo mudanças para o quadro atual de exclusão e marginalização da participação da mulher na política. Dessa forma, acredita-se que, como destaca Miguel e Biroli (1993), que não é apenas uma questão de dar ênfase, mas a sub-representação feminina deve ser alvo de críticas e objeto de transformações, para tanto, deve ser objeto de pesquisa nos mais variados municípios e em conjuntos de pleitos.

Visando contribuir com os debates anteriormente expostos, no próximo capítulo descreve-se os materiais e métodos utilizados exploração dos dados de participação das mulheres nas eleições de 2008, 2012 e 2016.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo tem como objetivo geral analisar os fatores explicativos para a sub-representação feminina na política brasileira. Como problema de pesquisa, pretendeu-se responder a seguinte questão: Qual a influência do dinheiro sobre a sub-representação das mulheres nas eleições municipais de 2008, 2012 e 2016? Bem como, quais os impactos da proibição das doações empresariais nas eleições de 2016?

Inicialmente, foram levantadas hipóteses relacionadas ao financiamento eleitoral e a quantidade de votos recebidos pelos candidatos e candidatas, ou seja, a hipótese principal foi de que o dinheiro tem grande influência no êxito eleitoral. E ainda, a forma com que os recursos são distribuídos entre os sexos, desfavorece as campanhas das mulheres.

Outra hipótese levantada é de que, mulheres que alcançam o financiamento eleitoral, possuem níveis superiores de ocupação e grau de escolaridade, além de possuírem carreiras políticas e serem incumbentes.

Dessa forma, elegeu-se como recorte temporal as eleições de 2008, 2012 e 2016 e limitou-se a abrangência espacial aos 441 municípios com mais de 50.000 eleitores. Realiza-se a seguir a imprescindível tarefa de explicitar as fontes dos dados, as questões de pesquisa que orientaram a exploração dos dados, a metodologia e os recursos de tratamento e produção dos resultados.

Para a construção desse estudo investigativo, tencionou-se adotar alguns procedimentos metodológicos necessários para se obterem respostas aos questionamentos e aos objetivos propostos inicialmente. Segundo Minayo et al. (2009), a metodologia inclui a teoria da abordagem, os instrumentos que serão utilizados para se operacionalizar o conhecimento e a criatividade do pesquisador, ou seja, “o método é o caminho para se chegar a um determinado fim” (GIL, 2009).

A pesquisa se desdobrou em três etapas: a fase exploratória; a pesquisa bibliográfica e documental; e o tratamento do material documental, que envolve a coleta, a sistematização e a análise dos dados qualitativamente.

Inicialmente, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental. Destaca-se que a fase de maior aproximação com o tema da sub-representação feminina e com as teorias que norteiam os estudos, bem como com os estudos sobre o financiamento eleitoral, se deu a partir da pesquisa bibliográfica, sendo uma das fases mais relevantes para o desdobramento da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos essencialmente de livros e artigos científicos, o que segundo Gil (2009) contribui para que o investigador tenha uma cobertura variada bastante ampla dos fenômenos, possibilitando obter informações atuais sobre o tema ou problema pesquisado, conhecer publicações existentes sobre o tema e as abordagens, verificar opiniões similares e divergentes a respeito do tema ou ao problema de pesquisa. Cabe explicitar que a natureza dessa pesquisa é quanti-qualitativa, triangulação que busca comparar e contrastar dados estatísticos com dados qualitativos obtidos simultaneamente (CRESWELL; CLARK, 2007).

Os dados utilizados têm origem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo sido obtidos junto ao Atlas de Redes de Financiamento Eleitoral (<http://www.getepolitica.org/>) disponibilizado pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR). Os dados passaram por um processo de depuração, tabulação e organização. Utilizou-se de softwares como o Excel e o Libre Office Calc. Nessa etapa exploratória, foram excluídos e inseridos dados, agrupou-se informações, foram classificados e identificados os municípios definidos para compor o estudo.

Para a padronização e para o alcance de resultados igualitários, visto que a pesquisa foi realizada com três ciclos eleitorais, os municípios criados a partir de 2013¹² foram excluídos das bases de dados. Além desses, foram excluídos também os municípios¹³ que apresentaram inconsistência de identificação a partir de sua condição original nos arquivos do TSE. Com isso, o banco de dados completo ficou com 5.549 municípios.

Dada as limitações operacionais para explorar todo o banco de dados, composto por todos os municípios do país e os cargos de prefeito e vereador, foram selecionados para os estudos os candidatos ao cargo de vereador nas eleições de 2008, 2012 e 2016 nos 441 municípios com mais de 50.000 eleitores. O banco de dados utilizado foi composto de 79.420 candidaturas aptas em 2008, 113.488 em 2012 e 124.199 em 2016 e pode ser acessado para testes, refutação ou novos estudos neste [link](https://tinyurl.com/uky4nd3) (<https://tinyurl.com/uky4nd3>).

A seleção dos municípios para o estudo foi orientada pelos estudos de Speck e Mancuso (2013), Carlomagno (2015a), Speck e Cervi (2016) e Sampaio e Filho (2019). Os autores alertam para a necessidade de se considerar o ambiente de disputa, entendendo que os

¹² Balneário Rincão/SC, Mojuí dos Campos/PA, Paraíso das Águas/MS, Pescaria Brava/SC e Pinto Bandeira/RS (IBGE, 2013).

¹³ Novo Airão/AM, Cururupu/MA, Rosário/MA, Sambaíba/MA, Santa Helena/MA, Santa Luzia do Paruá/MA, São Luís do Quitunde/AL, Itabuna/BA, Lauro de Freitas/BA, Rancho Alegre/PR, Ibirubá/RS, Guaporé/GO, Pires do Rio/GO e Campinápolis/MT.

municípios não são um “grande bloco homogêneo”, nesse sentido os pesquisadores dividem os municípios por porte do eleitorado. O ambiente eleitoral das cidades com diferentes portes aponta importância do contexto local nas campanhas, existem grandes diferenças em se fazer campanha em uma metrópole e em cidades do interior.

Compuseram o estudo 441 municípios, sendo 349 municípios de porte médio-grande e 92 municípios de porte grande. Pontua-se que, os municípios que foram inicialmente excluídos, com exceção do município de Itabuna/ BA, entram na classificação de municípios de porte PEQ, PM e MED, não alterando a pesquisa. Estes municípios estão distribuídos conforme quadro abaixo:

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50.000 ELEITORES DAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES DO ANO DE 2008, 2012 E 2016 CONFORME A REGIÃO

Região	Município
Centro-Oeste	27
Nordeste	94
Norte	35
Sudeste	207
Sul	78
Total geral	441

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Para responder o problema de pesquisa trabalhou-se tanto com variáveis originalmente disponíveis no TSE quanto também foram agrupados alguns conjuntos de dados. A distribuição das variáveis que fazem parte deste estudo, referentes as candidaturas aptas, podem ser visualizadas na Tabela 1 a seguir.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DO ESTUDO DAS CANDIDATURAS APTAS NAS ELEIÇÕES 2008, 2012 E 2016 COM MUNICÍPIOS ACIMA DE 50.000 ELEITORES

Variáveis	Ano da eleição					
	2008		2012		2016	
	N	%	N	%	N	%
Sexo						
Masculino	60718	76,5	78997	69,6	85435	68,8
Feminino	18702	23,5	34491	30,4	38764	31,2
Estado civil						
Solteiro	20641	26	34299	30,2	40842	32,9
Casado	48268	60,8	64662	57	67663	54,5
Separado, divorciado, viúvo	10511	13,2	14527	12,8	15694	12,6
Grau de Instrução						
Fundamental	19988	25,2	28309	24,9	28356	22,8
Médio	30912	38,9	47828	42,1	54143	43,6
Superior	28520	35,9	37351	32,9	41700	33,6
Ocupação						
Não especializado	2766	3,5	5234	4,6	5756	4,6
Especializado fundamental	26740	33,7	36604	32,3	39320	31,7
Especializado médio	23620	29,7	36601	32,3	40966	33
Especializado superior	26294	33,1	35049	30,9	38157	30,7
Carreira política						
Não político de carreira	76804	96,7	110579	97,4	120367	96,9
Político de carreira	2616	3,3	2909	2,6	3832	3,1
Incumbente						
Desafiante	74996	94,4	109193	96,2	118336	95,3
Incumbente	4424	5,6	4295	3,8	5863	4,7
Resultado da eleição						
Não eleito	73752	92,9	106064	93,5	116634	93,9
Eleito	5668	7,1	7424	6,5	7565	6,1
Quartil de receita						
1º quartil	19227	24,2	29214	25,7	30776	24,8
2º quartil	15777	19,9	23891	21,1	39635	31,9
3º quartil	21168	26,7	27438	24,2	30696	24,7
4º quartil	23248	29,3	32945	29	23092	18,6
Quartil dos votos						
1º quartil	19848	25	28119	24,8	30726	24,7
2º quartil	19778	24,90	28522	25,1	31185	25,1
3º quartil	19918	25,1	28469	25,1	31219	25,1
4º quartil	19876	25	28378	25	31069	25

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Das 79.420 candidaturas aptas em 2008, verifica-se a presença principalmente de homens (76,5%), candidatos com ensino médio (completo ou não) (38,9%), casados (60,8%), classificados com ocupação em nível especializado fundamental (33,1%). Observando as características políticas dos candidatos, pontua-se que a grande maioria foi classificado como desafiante (94,4%), não foi classificado como político de carreira (96,7%) e ao final da eleição não foi eleito (92,9%).

Em 2012, das candidaturas aptas, a maioria são homens (69,6%), com nível de escolaridade ensino médio (42,1%), casados (57,0%), nível de ocupação especializado fundamental e médio ambos com 32,3%. Quanto a carreira política, apenas 2,6% se enquadraram como políticos de carreira, 3,8% incumbentes e dos candidatos apenas 6,5% foram eleitos.

Para o ano de 2016, de acordo com os dados disponíveis de candidaturas aptas, assim como nos anos anteriores, se teve maior presença dos homens (68,8%) como candidatos em comparação com as mulheres (31,2%). Ainda no ano de 2016, a maior parte dos candidatos se caracteriza pelo grau de instrução médio (43,6%), ocupação também especializado médio (33%) e ser casado (54,5%). Quanto a carreira destes, a maior parte se caracterizava por não político de carreira (96,9%), desafiante (95,3%) e não foi eleito (93,9). A variável idade não se encontra disposta na tabela acima, porém a idade média dos candidatos e candidatas em todos os ciclos eleitorais estudados foi de 45 anos.

Para variável “grau de instrução”, pontua-se que o nível fundamental conta com a auto declaração analfabeto a fundamental completo, os níveis médios e superiores contam com níveis completos ou não, a variável “ocupação” conta com mais de 200 ocupações declaradas pelos candidatos e estas foram agrupados conforme indicado na tabela anterior. Em relação a carreira política, utilizou-se da auto declaração dos candidatos, os incumbentes são aqueles candidatos à reeleição ao mesmo cargo e os outros candidatos são os desafiantes¹⁴.

Para os procedimentos de processamento e análise dos dados utilizou-se de recursos de estatística descritiva e inferencial, especialmente para verificar a correlação entre o dinheiro investido em campanhas e os votos recebidos pelas candidatas ao cargo de vereadora nas eleições municipais ocorridas nos anos de 2008, 2012 e 2016 e investigar quais atributos (tais como escolaridade, idade, estado civil, carreira política, incumbência) estão associados e a sua influência na arrecadação de recursos financeiros pelas candidatas ao cargo de vereador (a) nas eleições municipais ocorridas nos anos de 2008, 2012 e 2016. Utilizou-se de softwares de

¹⁴ Agrupamentos podem ser acessados no link: <https://tinyurl.com/uky4nd3>.

planilhas eletrônicas e software Jamovi, que otimizou o trabalho, pois facilita na realização de relatórios, gráficos e tabelas estatísticas. Optou-se por considerar a normalidade após observação visual nas principais variáveis, receita e voto.

A análise iniciou com a descrição dos dados utilizando médias, medianas, desvio padrão, contagens e porcentagens, de acordo com a categorização das variáveis. Na sequência os dados passaram por testes de comparação de médias (Teste T), testes de associação Qui-Quadrado (quartis e tabelas de contingência) ou alternativo não paramétrico teste de Wilcoxon-Mann-Whitney, para identificar diferenças entre grupos. Também foi utilizado o teste alternativo Kruskal-Wallis, para comparações múltiplas das variáveis quantitativas em relação ao ano da eleição e os quartis de receita dos candidatos. Além das análises mencionadas, foram aplicados testes de correlação e regressão linear para as variáveis quantitativas, e regressão logística para variáveis categóricas para identificar padrões de predição de valores a partir das variáveis explicativas.

A magnitude dos distritos e a amplitude dos valores e do número de votos recebidos pelos candidatos foram desafios identificados para as investigações. O procedimento adotado foi a constituição de um índice para a normalização dessas variáveis.

Para a variável independente receita total dos candidatos trabalhou-se com um índice de participação do candidato no total de receitas do município, que indica quanto um candidato recebeu de financiamento em relação ao total recebido por todos os candidatos no mesmo município, buscando a posição do candidato dentro de cada distrito, o que se denominou de PCRM sendo calculado da seguinte forma:

$$PCRM = \frac{R_{\text{Candidato}}}{R_{\text{Município}}}$$

No qual, $R_{\text{Candidato}}$ é igual ao total de receitas do candidato e $R_{\text{Município}}$ é igual ao total de receitas dos candidatos no distrito/ município.

Para a variável dependente votação do candidato, utilizada para medir o desempenho eleitoral, trabalhou-se com dados relativos, referentes a participação do candidato no total de votos do município, para a obtenção desses dados aplicou-se a seguinte fórmula:

$PCVM = \frac{V_{\text{Candidato}}}{V_{\text{Município}}}$
--

No qual, $V_{\text{Candidato}}$ é igual ao total de votos do candidato e $V_{\text{Município}}$ é igual ao total de votos dos candidatos no distrito/ município.

Os trabalhos foram realizados no período de 2018 a 2020 como pré-requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos no capítulo seguinte.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo explorou-se o percurso das candidaturas das mulheres nas eleições de 2008, 2012 e 2016. Inicia-se analisando o diferencial entre as candidaturas registradas e aquelas que efetivamente participam do pleito eleitoral, pois entre o registro formal e o dia das eleições há um longo caminho que exige apoio burocrático e dinheiro para o desenvolvimento inicial da campanha. O objetivo deste primeiro tratamento dos dados é verificar a participação relativa das mulheres entre as candidaturas que naufragam após o registro, ou seja, daquelas tornadas inaptas pelos tribunais eleitorais e explicar minimamente este fenômeno. Em seguida, realizou-se a análise do desempenho eleitoral das mulheres e finalmente a análise do sucesso eleitoral entre homens e mulheres.

4.1 AS CANDIDATURAS TORNADAS INAPTAS: OS DILEMAS ENTRE O REGISTRO FORMAL DAS CANDIDATURAS E A APTIDÃO PARA EFETIVAMENTE PARTICIPAR DA DISPUTA NAS URNAS

Conforme aponta Speck e Sacchet (2012), existem dois momentos em uma eleição que necessitam ser separados, o primeiro se refere à transposição de cidadão elegível para a candidatura devidamente registrada, e o segundo momento é a disputa eleitoral propriamente dita, que tem início com a campanha política e que se encerra com o fechamento das urnas. Assim como os autores mencionados acima, o trabalho também utilizará dessa divisão. Em relação ao primeiro momento as literaturas destacam os constrangimentos que barram a participação das mulheres na política e cuja exploração pode contribuir para a compreensão da sub-representação das mulheres na política no Brasil. Os quantitativos de pedidos de registro de candidaturas nas três eleições nos municípios selecionados estão dispostos na Tabela a seguir:

TABELA 2 - QUANTITATIVO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016

Ano eleitoral	Sexo	N	%
2008	Feminino	20.492	24,0
	Masculino	64.999	76,0
	Total	85.491	100,0
2012	Feminino	39.408	31,6
	Masculino	85.496	68,4
	Total	124.904	100,0
2016	Feminino	42.498	32,0
	Masculino	90.337	68,0
	Total	132.835	100,0

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Os dados demonstram que em 2016 registrou-se o dobro de candidaturas em comparação ao ano de 2008. Esses números permitem uma prévia constatação: não bastou dobrar o número absoluto de mulheres candidatas registradas. Não se pode desprezar a relevância de se ter o dobro de mulheres candidatas, todavia elas se mantêm ainda sendo aproximadamente apenas um terço das candidaturas, passando de 24 para 32%.

A reduzida participação das mulheres nos faz retomar o debate sobre a ambição política das poucas que se dispõem à uma candidatura. Para Phillips (2011) a divisão doméstica do trabalho tem consequências diretas no grau de envolvimento político e por isso, deve ser considerada como um problema político e não apenas social. Argumentar em favor da redistribuição das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres, igualando o trabalho de ambos, é um imperativo da democracia.

A pesquisa “Outras formas de Trabalho 2018” do IBGE (2019), revela que 85,6% da população com 14 anos ou mais, desempenha alguma das atividades de afazeres domésticos. Em comparação ao ano de 2017, a taxa de afazeres para os homens (1,8%) aumentou mais que a taxa para as mulheres (0,5%), entretanto, entre 2017 e 2018 se mantém a discrepância entre homens e mulheres. Assim, enquanto 78,2% dos homens realizaram afazeres domésticos em 2018, a taxa de realização de afazeres entre as mulheres era de 92,2%, uma diferença de 14%.

Além disso, a pesquisa sobre o perfil das prefeitas no Brasil, mandato 2017 – 2020 realizada pelo Instituto Alziras (2018), apontou que 22% das prefeitas sinalizaram que a sobrecarga do trabalho doméstico estaria entre as principais dificuldades enfrentadas por ser mulher na política, dificultando a participação na política.

Miguel e Biroli (2014) destacam que o isolamento na vida doméstica não permite à elas estabelecer um rede de contatos necessárias para se lançar na vida política e aquelas que

exercem trabalho remunerado, não dispõem de tempo livre para exercer outras atividades, pois ainda são responsáveis pelo lar, “fenômeno conhecido como dupla jornada”. Os autores apontam que com os padrões de socialização de gênero e a construção da política como esfera masculina, inibem entre as mulheres a disposição para participar da política como uma terceira jornada em seu cotidiano.

Para aquelas que rompem com as barreiras e decidem participar, existe um caminho desde a formalização da candidatura pelo partido político junto aos tribunais eleitorais, recebendo-se a situação de deferido ou indeferido, até a candidatura se tornar apta para participar do processo eleitoral. Após ter solicitado o registro de candidatura há de se investigar quantas efetivamente chegaram a estar presentes na urna, ou seja, quais delas foram consideradas aptas e se a diferença entre sexos é estatisticamente significativa. A Tabela 3 exibe os resultados.

TABELA 3 - SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016

Sexo		Situação Candidaturas				Value		
		Aptas		Inaptas		Total	χ^2	Contingency coefficient p-valor
		N	%	N	%			
2008	Feminino	18.702	91,3	1.790	8,7	20.492	109	0,0357 < ,001*
	Masculino	60.718	93,4	4.281	6,6	64.999		
	Total	79.420	92,9	6.071	7,1	85.491		
2012	Feminino	34.491	87,5	4.917	12,5	39.408	772	0,0784 < ,001*
	Masculino	78.997	92,4	6.499	7,6	85.496		
	Total	113.488	90,9	11.416	9,1	124.904		
2016	Feminino	38.764	91,2	3.734	8,8	42.498	537	0,0634 < ,001*
	Masculino	85.435	94,6	4.902	5,4	90.337		
	Total	124.199	93,5	8.636	6,5	132.835		

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O teste qui-quadrado possibilitou verificar que as diferenças de percentuais foram significativas, o p-valor revelou que há associação estatisticamente significativa entre as variáveis analisadas “sexo dos candidatos” e “candidaturas aptas ou não”.

Pode-se observar que em relação a situação das candidaturas, em todos os pleitos, as mulheres apresentam maior participação de candidaturas consideradas não aptas. Nos três pleitos, verifica-se que aproximadamente uma a cada dez candidaturas de mulheres inscritas

não chega às urnas, enquanto entre os homens essa razão é de aproximadamente um para cada quinze. Além da necessária relativização do mérito do aumento absoluto no número de candidaturas de mulheres ao longo dos pleitos, uma segunda constatação prévia é a de que as mulheres encontram mais dificuldades para cumprir as exigências legais para que estejam habilitadas para serem votadas. Simples concluir que “o jogo” começa com muitas dificuldades para o time das mulheres, pois além de serem apenas um terço das candidaturas deferidas, ainda “perdem” uma a cada dez entre o registro e a aparição na urna de votação, enquanto entre os homens a “baixa” é de um a cada quinze.

Carlomagno (2015b) realizou um estado da arte em estudos brasileiros sobre a participação feminina, apontando para as não candidatas, ou seja, aquelas que são filtradas pelo processo e não estão presentes nas representações legislativas. O autor aponta os condicionantes para a não representação das mulheres, destacando que a não representatividade de certos grupos sociais se encontra em momentos anteriores ao processo eleitoral, pontuando a forma de organização partidária, recrutamento e seleção de candidatos.

Para Araújo (2005) o problema das mulheres não está na indicação e registro formal destas como candidatas, mas nas condições proporcionadas pelos partidos às mulheres para a competição com aqueles que já detêm vantagens eleitorais. É nesta relação entre o registro e o apoio para a efetivação da candidatura que se revela quais candidatos são e quais não são “interessantes” para os partidos, na figura de seus líderes e dirigentes evidentemente.

Pontua-se que nesta pesquisa, não se tem como objetivo realizar um estudo sobre recrutamento político, pois como bem sinalizam Perissinotto e Miríade (2009), esse tipo de estudo deve analisar todos os filtros que configuram o processo de seleção de uma elite política, além de dar conta das características dos eleitos e dos membros dos partidos comparando-as com os atributos da população em geral.

Contudo, Silva et al. (2017) destacam que, compreender qual a posição partidária em relação ao gênero, possibilita vislumbrar se o apoio partidário tem alavancado ou oprimido candidaturas. Sendo assim, é importante investigar o perfil das candidaturas tornadas inaptas, ou seja, quais características destes não candidatos os constituem nessa condição. Então quais seriam os condicionantes anteriores ao processo eleitoral que barrariam a representação das mulheres? Ou, quem seriam as não eleitas no processo eleitoral?

Conforme apontaram Perissinotto e Miríade (2009), sinalizando os estudos sobre elites políticas, a educação superior se constitui como um atributo chave para acessar os postos de elites na democracia ocidental. Speck e Sacchet (2012) apontam que em uma sociedade marcada pela desigualdade, a distribuição de bens entre os candidatos tem impacto na disputa

eleitoral, representando não apenas sua capacidade de mobilizar recursos próprios na campanha eleitoral, como também um indicador da sua inserção socioeconômica na sociedade, ainda, destacam que a educação e a ocupação estão igualmente vinculados ao posicionamento do candidato. Os autores também apontaram que os itens como instrução e ocupação dos candidatos são fundamentais para a caracterização do lugar dos candidatos na estratificação socioeconômica da sociedade, pois são fatores centrais que geram desigualdades na disputa eleitoral. A instrução é o fator que vai influenciar a carreira dos indivíduos dentro da sociedade, sendo o fator de ascensão social individual ou não. Já a ocupação é a que estabelece a posição socioeconômica do candidato no momento da candidatura (ibid.).

Na sequência, apresenta-se dados e testes sobre a escolaridade, ocupação, receita, condição desafiante e carreira política. A Tabela 4 a seguir traz os dados e teste comparativo entre o grau de instrução de mulheres que tiveram suas candidaturas aptas e aquelas que foram investigadas como não aptas.

TABELA 4 - GRAU DE INSTRUÇÃO DAS CANDIDATAS A VEREADORA NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%)

Sexo	Situação candidaturas	Grau de instrução					p-valor
		Ano	Fundamental	Médio	Superior	Total	
Feminino	Inapta	2008	24,4	41,3	34,3	100	<,001*
		2012	24,7	46,1	29,2	100	<,001*
		2016	24,2	45,8	30,0	100	<,001*
	Apta	2008	20,5	38,2	41,3	100	<,001*
		2012	21,6	42,5	35,9	100	<,001*
		2016	20,5	43,3	36,2	100	<,001*

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O teste qui-quadrado revelou significância estatística nos percentuais. Nos três pleitos o maior índice de registros de candidaturas não aptas ficava com as mulheres que declararam ensino médio, quase a metade delas. Todavia, quando observadas as maiores diferenças entre não aptas e aptas, observa-se que a instrução superior parece favorecer a aptidão enquanto o contrário acontece com o grau de instrução fundamental.

No momento de oficializarem a candidatura, os candidatos registram a sua ocupação, chegando a mais de 200 categorias. Dada a dificuldade, e relativa inutilidade, para utilizar todas

as categorias, estas foram agregadas em quatro grandes grupos¹⁵ nos bancos de dados, para a visualização no estudo, foram agregados em dois grupos conforme a Tabela 5 abaixo:

Tabela 5 - OCUPAÇÃO DAS CANDIDATAS A VEREADORA NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%)

Sexo	Situação candidaturas	Ano	Não especializado + Espec. fundamemntal	Espec. Médio + Superior	Total	p-valor
Feminino	Inapto	2008	39,2	60,8	100	<,001*
		2012	42,6	57,4	100	<,001*
		2016	42,8	57,1	100	<,001*
	Apto	2008	35,7	64,2	100	
		2012	38,1	61,9	100	<,001*
		2016	38,3	61,7	100	<,001*

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Assim como o teste qui-quadrado revelou significância estatística entre a condição de apta ou inapta e o grau de escolaridade, também é estaticamente significativo quando associado ao nível de ocupação. Candidatas com níveis mais altos de ocupação tem mais chances de ter sua candidatura considerada apta.

Outro fator importante a ser considerado é a receita declarada pelos candidatos para viabilizar a campanha, a Tabela 6 a seguir expõe o teste comparativo entre candidaturas aptas e inaptas.

TABELA 6 - DESCRITIVO DE RECEITAS DAS CANDIDATAS APTAS/ INAPTAS

Sexo	Receita Candidaturas						p-valor
	Ano eleitoral	Aptas		Inaptas		Total (\$)	
Feminino		Receita (\$)	%	Receita (\$)	%		
	2008	139.654,52	98,5	21.793,33	1,5	857.772,18	<,001*
	2012	219.380,44	98,3	38.692,48	1,7	223.249,69	<,001*
	2016	129.310,35	97,8	28.772,64	2,2	132.187,61	<,001*

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O teste do qui-quadrado ($p < 0,001$) evidencia associação forte e positiva entre receita e ter sua candidatura apta ou não. Em todos os anos as receitas das candidatas inaptas variaram de 1 a 2% do total de receitas, em média a receita de uma candidata inapta em 2008 e 2012 foi seis vezes a menos que uma candidata apta, em 2016 essa diferença baixa para quatro vezes a

¹⁵ Ver materiais e métodos.

menos. A partir dessas informações, conclui-se que a variável receita apresenta forte relação com a persistência da candidatura após a solicitação de registro.

Também foram testados dois outros fatores que podem contribuir para a compreensão do perfil das candidaturas de mulheres tornadas não aptas. O primeiro refere-se à condição de candidata incumbente ou desafiante, ou seja, aquela que, respectivamente, se encontra ou não investida em cargo igual ao que concorre no momento do registro.

Em relação à incumbência, os autores Silva et al. (2017) problematizam quais os fatores que estariam relacionados com a maior presença de mulheres entre as inaptas, destacando a pesquisa de Barreira e Gonçalves (2012), que apontam a inviabilização das candidaturas femininas a partir do interesse dos partidos que utilizam o preenchimento das cotas objetivando a maximização dos ganhos, priorizando os candidatos com maior capital político, independente do gênero.

Carlomagno (2015b) apontando o trabalho de Matthews (2012)¹⁶, concluiu que a natureza local dos processos de seleção apresenta desvantagens para as mulheres aspirantes. Ainda, ressaltando a questão dos fatores culturais que influenciam o recrutamento e a participação feminina, “como a forte “norma social” sobre a responsabilidade doméstica feminina, uma cultura política masculinizada e a falta de confiança dos partidos no potencial das candidatas” (ibid. p.381). A tabela 7 a seguir expõe os dados e resultado do teste qui-quadrado para as diferenças entre candidatas desafiantes e incumbentes.

TABELA 7 – CANDIDATAS DESAFIANTES OU INCUMBENTES COM CANDIDATURAS NÃO APTAS NAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50.000 ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%)

Incumbente x desafiante (Inaptos)%					
Sexo	Ano eleitoral	Desafiante	Incumbente	Total	p-valor
Feminino	2008	99,3	0,7	100	< ,001*
	2012	99,6	0,4	100	< ,001*
	2016	99,7	0,3	100	< ,001*

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Todos os ciclos eleitorais analisados, apresentaram associação entre as variáveis ter sua candidatura apta e ser incumbente, apresentando significância estatística para todas as

¹⁶ O trabalho se deu na tentativa de explicar os baixos níveis de representação feminina na Irlanda do Norte, por meio de 29 entrevistas com profundidade com os cinco maiores partidos (CARLOMAGNO, 2015b).

comparações. Em todos os anos, entre as candidatas não aptas, o número de desafiantes ficou acima de 90%, concluindo conforme a literatura que, aspirantes têm mais dificuldades de adentrar a arena política, sendo que essa condição tem um peso ainda maior para as mulheres.

O último fator explorado, é a condição de ser ou não político de carreira, de acordo com a auto declaração realizada no momento do registro da candidatura. A Tabela 8 a seguir expõe os dados e resultado do teste qui-quadrado para as diferenças entre ser político de carreira ou não.

TABELA 8 – CANDIDATAS COM CARREIRA POLÍTICA OU NÃO COM CANDIDATURAS NÃO APTAS NAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50.000 ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%)

Carreira Política (Inaptos) %					
Sexo	Ano eleitoral	Não Político de Carreira	Político de Carreira	Total	p-valor
Feminino	2008	99,6	0,4	100	<,001*
	2012	99,7	0,3	100	<,001*
	2016	99,7	0,3	100	<,001*

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Sem surpresas, a variável político de carreira apresenta resultados similares à condição de ser incumbente ou não, pois refere-se a fenômeno semelhante, que todavia merece ser testado. Verifica-se que os não políticos de carreira também representam em todas as eleições mais de 90% entre os candidatos que tiveram sua candidatura inapta, demonstrando que, não possuir carreira política dificulta e muito as chances de participar do processo eleitoral.

Os resultados deste primeiro esforço de investigação explicativa da sub-representação das mulheres na política indicam que fatores de seleção atuam na fase que permitiria às candidatas irem além do simples registro formal de suas candidaturas. Os dados revelam que as mulheres são mais afetadas pela inaptidão de suas candidaturas que os homens e que essas mulheres tendem a apresentar grau de instrução menor, ocupação não especializada ou baixa especialização, escassos recursos de campanha, condição de desafiantes ou sem carreira política.

Sob estas condições, as mulheres iniciam a construção de uma carreira política. Barreiras tanto estruturais como institucionais, conforme mencionado anteriormente, inibem e aumentam o cenário de exclusão das mulheres da política. O processo de sub-representação das mulheres inicia-se com muitas necessidades na fase de solicitação dos registros de pré-candidatura, ensejando-se o desenvolvimento de políticas públicas que objetivem suporte, tanto

na esfera partidária quanto institucional, para que as candidaturas de mulheres inicialmente inscritas para a disputa eleitoral alcancem a condição de aptas em maior número e participação relativa.

Diante disso, com possíveis fatores explicativos para os não candidatos, se avança nos estudos sobre os candidatos que se tornaram elegíveis para disputa eleitoral, assim, no capítulo seguinte analisa-se a relação entre os votos recebidos e as receitas investidas em campanhas.

4.2 DINHEIRO E DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES: UMA RELAÇÃO NADA FAVORÁVEL

O financiamento de campanhas se tornou um dos temas mais estudados da Ciência Política, tendo como um dos seus principais questionamentos o efeito dos gastos de campanha nos resultados eleitorais, ou seja, quanto maior for o investimento em campanhas maior é a quantidade de votos obtidos, ou seja, investigadores têm verificado a forte influência dos recursos financeiros sobre o desempenho eleitoral (MANCUSO, 2015; MANCUSO, HOROCHOVSKI; CAMARGO, 2018; SPECK e MANCUSO, 2012).

Considerando que grande parte dos estudos realizados no Brasil focam suas investigações na dinâmica das eleições gerais, especialmente nos cargos de deputado federal, e que poucos estudos analisam as eleições municipais, investiga-se a seguir se há correlação entre dinheiro e voto nas eleições de 2008, 2012 e 2016 e se este relacionamento apresenta diferenças relativas ao sexo do candidato.

Explorou-se inicialmente a correlação entre o dinheiro investido nas campanhas e os votos recebidos, buscando identificar a influência dos recursos financeiros nos resultados da eleição. A Tabela 9 a seguir possibilita uma primeira aproximação com a dimensão dos números trabalhados a partir dos 441 municípios com mais de 50 mil eleitores selecionados para a pesquisa.

TABELA 9 – CANDIDATURAS APTAS E RECEITAS DE CAMPANHA, PARA O CARGO DE VEREADOR, NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL ELEITORES, POR ELEIÇÃO

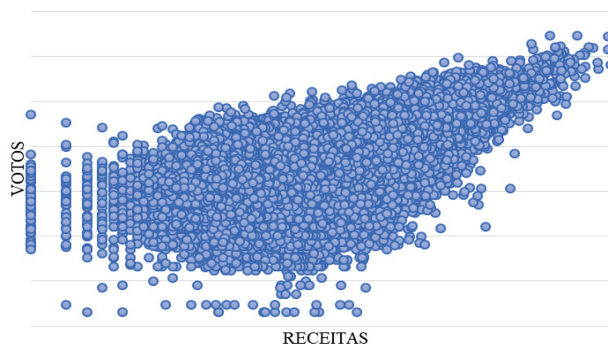
Ano eleitoral	N	Receitas ¹⁷
2008	79.420	R\$ 871.500.638,00
2012	113.488	R\$ 1.280.946.380,00
2016	124.199	R\$ 713.610.098,00

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

As eleições de 2016 apresentaram um volume de receitas menor, em relação as eleições do ano anterior representaram um pouco mais da metade (56%) dos recursos investidos em 2012. Ao analisar um volume menor de receitas no ano de 2016, poder-se-ia sugerir que, com uma campanha “mais barata”, as regras do jogo se tornaram menos desiguais, e que as chances de um candidato que possui menos recursos poderia aumentar, especialmente no caso das mulheres.

O montante de receitas em todos os ciclos eleitorais é significativo e faz-se necessário saber se estes recursos estão associados ao desempenho dos candidatos nas urnas, e se estas duas variáveis estão correlacionadas. A partir do gráfico de dispersão abaixo, pode-se visualizar a associação entre total de receitas e total de votos recebidos, dimensão X (Receitas) e Y (Votos), estando o gráfico disposto na escala log 10.

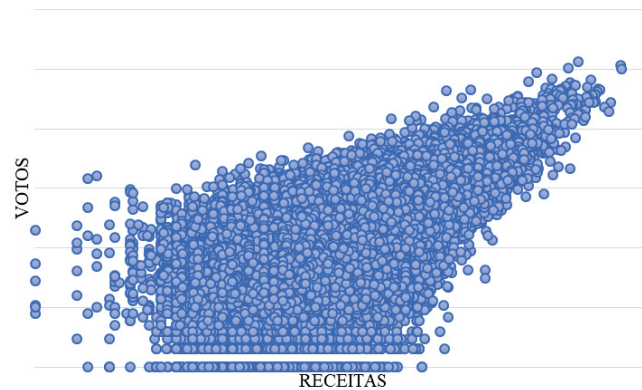
GRÁFICO 1 - CORRELAÇÃO ENTRE RECEITA E VOTO ANO DE 2008



FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

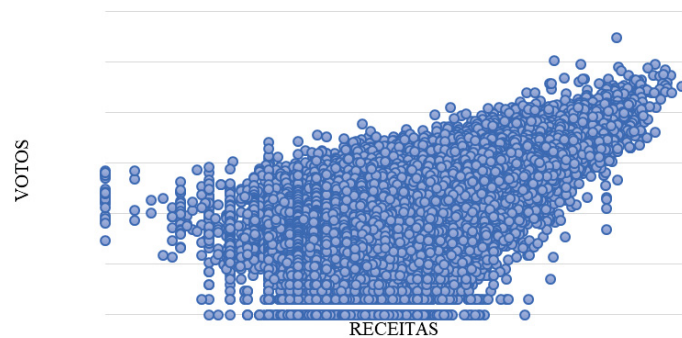
¹⁷ Os valores de receitas financeiras apresentados referem-se a valores presentes de 2016. Ou seja, como foram analisadas as eleições de 2008, 2012 e 2016, os valores de receitas de campanha das duas primeiras eleições foram atualizados para 2016. Para isso, como índice de atualização monetária, foi aplicado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para 2008, um índice de 65,3514%, acumulado de novembro/2008 a outubro/2016. Para 2012, um índice de 33,7749%, acumulado de novembro/2012 a outubro/2016. O IPCA foi obtido no endereço eletrônico:
[“https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice”](https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice).

GRÁFICO 2 - CORRELAÇÃO ENTRE RECEITA E VOTO ANO DE 2012



FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

GRÁFICO 3 - CORRELAÇÃO ENTRE RECEITA E VOTO ANO DE 2016



FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

A observação visual dos gráficos de dispersão anteriores permite perceber a existência de uma correlação positiva e indicativamente forte em todos os anos. Para medir a força da correlação e o grau de determinação entre as variáveis, tanto em valores absolutos quanto relativos (PCRM x PCVM) executou-se os testes exibidos nas Tabelas 10 e 11 a seguir.

TABELA 10: ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS POR ANO ELEITORAL (VALORES ABSOLUTOS)

Ano eleitoral	N	R	R ²	p-valor
2008	79.420	0,7416	0,55%	0,001
2012	113.488	0,7312	0,53%	0,001
2016	124.199	0,6192	0,38%	0,001

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

TABELA 11 – ANÁLISE DE CORRELAÇÃO VOTOS E RECEITAS POR ANO ELEITORAL (VALORES RELATIVOS)

Ano eleitoral	R	R ²	p-valor
2008	0,6766	0,46%	0,001
2012	0,6661	0,44%	0,001
2016	0,6977	0,49%	0,001

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

As tabelas anteriores demonstram que o coeficiente de correlação de Pearson¹⁸, representado por “R”, indica em todos os anos uma correlação forte entre o financiamento eleitoral e o total de votos recebido, o p valor demonstra que a correlação é estatisticamente significativa.

Quando se analisa os valores absolutos, percebe-se que no ano de 2016 houve uma variação no coeficiente de correlação, o que poderia ter alguma influência da proibição do financiamento empresarial, contudo, ao se analisar os valores relativos, essa variação ocorre de maneira inversa, em 2016 ocorre uma pequena elevação.

Deschamps (2019) sinaliza em seu estudo que, um dos candidatos apresentou dados muito destoantes entre números de votos recebidos e receitas declaradas¹⁹, dessa forma, para verificar a influência de tal candidato nos resultados do teste de correlação, o autor realizou um novo teste excluindo os dados desse candidato (ensaio), obtendo um coeficiente de correlação mais elevado e igualmente forte. Os dados do candidato destoante foram retirados apenas para a realização do ensaio, estes dados não poderiam ser excluídos, pois estavam corretos. Da mesma maneira, lançando mão dos dados, realizou-se o teste e obteve-se o resultado da Tabela abaixo:

¹⁸ O coeficiente de correlação Pearson (r) varia de -1 a 1. O sinal indica direção positiva ou negativa do relacionamento e o valor sugere a força da relação entre as variáveis. Sobre a magnitude dos coeficientes, Cohen (1998) apresenta a seguinte classificação: $0,10 < r < 0,29$ = pequeno; $0,30 < r < 0,49$ = médio e $r > 0,50$ = grande. Para Dancey e Reidy (2006) valores até 0,30 devem ser considerados fracos, entre 0,40 e 0,60 moderados e acima de 0,70 fortes (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

¹⁹ O candidato recebeu uma quantidade elevada de votos, precisamente 301.446 no total (a maior votação nas eleições para vereador em 2016, aproximadamente 193,5 mil votos a mais que o segundo candidato mais votado), e declarou um montante de receitas de campanha de R\$ 207.190 (em torno de R\$ 2,2 mi a menos que o maior montante de receitas declarado, justamente do segundo candidato mais votado) (DESCHAMPS, 2019).

TABELA 12 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS POR ANO ELEITORAL COM EXCLUSÃO DE UM CANDIDATO EM 2016 (VALORES ABSOLUTOS)

Ano eleitoral	N	R	R ²	p-valor
2008	79.420	0,7416	0,55%	0,001
2012	113.488	0,7312	0,53%	0,001
2016	124.199	0,7073	0,50%	0,001

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

Com a retirada do referido candidato houve elevação no coeficiente de correlação, o que indica que, mesmo com menos dinheiro investido em 2016, visto a proibição do financiamento empresarial, a campanha de 2016 não mostrou diferença entre os outros anos e teve grande influência dos recursos financeiros.

Para saber se a influência do dinheiro foi menor em 2016, e, portanto, se as condições do candidato se tornaram menos desiguais após a mudança da legislação em 2015, realizou-se análise de regressão comparando os três ciclos eleitorais demonstrado na Tabela 13 e 14 com valores absolutos e relativos.

TABELA 13 - ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS X RECEITAS POR ANO (VALORES ABSOLUTOS)

Ano eleitoral	Coeficiente ^b	p-valor ^a	R	R ² (%)	p-valor ^b
2008	0,0289	<0,001*	0,742	0,55%	<0,001*
2012	0,0211	<0,001*	0,731	0,54%	<0,001*
2016	0,0516	<0,001*	0,603	0,36%	<0,001*

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente^b coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão bruta (simples), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor^b refere-se a significância da regressão, teste F.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

TABELA 14: ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS X RECEITAS POR ANO (VALORES RELATIVOS)

Ano eleitoral	Coeficiente ^b	p-valor ^a	R	R ² (%)	p-valor ^b
2008	0,4802	<0,001*	0,677	46%	<0,001*
2012	0,0211	<0,001*	0,731	54%	<0,001*
2016	0,5577	<0,001*	0,698	49%	<0,001*

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente^b coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão bruta (simples), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor^b refere-se a significância da regressão, teste F.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

Em 2016, verificando os valores absolutos, o R^2 foi mais baixo em relação aos outros anos, aqui ocorre a mesma situação sinalizada acima no teste da correlação, ao retirar o candidato destoante, o R^2 tem uma elevação para 50%, entretanto, os dados relativos corrigem essas variações. Os valores relativos revelam que contraditoriamente, apesar de concentrar um volume de receitas menor, o impacto das receitas foi maior em 2016.

Mancuso e Speck (2014) em uma pesquisa sobre financiamento de campanha, concluíram que as disputas a presidente, governador, senador, deputado federal, deputado estadual e prefeito se financiavam quase que exclusivamente com recursos do setor empresarial, diferentemente as eleições para vereador, que predominaram as doações de pessoas físicas e as autodoações.

Apontando na mesma direção, Silva (2016) explica em seu estudo, que os recursos doados pelas empresas e pelos partidos são os principais causadores de distorções nas receitas dos candidatos, porém não são os únicos, as doações de pessoas físicas e autodoações também aparecem de forma bem distinta nas contas eleitorais. O autor revelou que os recursos próprios dos eleitos representaram cinco vezes mais do que candidatos competitivos e vinte e nove vezes mais do que os não competitivos²⁰.

Os cálculos anteriores revelam que embora as eleições de 2016 tenham sido mais baratas, ainda assim a influência dos recursos financeiros sobre o desempenho dos candidatos permanece elevada, apresentando inclusive elevação em relação aos outros anos. Muito embora neste ano os candidatos tenham tido menos dinheiro para operacionalizar suas campanhas, aqueles que tiveram mais dinheiro tendencialmente fizeram mais votos. Ou seja, mesmo mais barata, o desempenho dos candidatos na eleição de 2016 esteve mais suscetível à influência daqueles que dispunham de mais recursos para realizar suas campanhas.

Sendo a relação entre dinheiro e voto determinante para o desempenho eleitoral, pretendeu-se investigar se essa relação apresenta diferenças entre homens e mulheres, a Tabela abaixo apresenta as correlações.

²⁰ O critério adotado pelo autor para tal divisão foi a votação nominal: candidatos que figuraram no quartil mais baixo de votação entre os derrotados, por estado, foram categorizados como não competitivos, enquanto os demais derrotados (segundo, terceiro e quarto quartil de votação, considerando apenas não eleitos) formam o grupo dos competitivos.

TABELA 12: ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS E RECEITAS POR SEXO (VALORES RELATIVOS)

Ano eleitoral	Sexo	Coefficiente ^b	p-valor ^a	R	R ² (%)	p-valor ^b
2008	Feminino	0,46718	<0,001*	0,702	49%	<0,001*
	Masculino	0,47617	<0,001*	0,67	45%	<0,001*
2012	Feminino	0,444	<0,001*	0,646	42%	<0,001*
	Masculino	0,4728	<0,001*	0,662	44%	<0,001*
2016	Feminino	0,535	<0,001*	0,696	49%	<0,001*
	Masculino	0,54717	<0,001*	0,691	48%	<0,001*

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente ^b coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão bruta (simples), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor ^b refere-se a significância da regressão, teste F.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

Em todos os anos, os candidatos homens tiveram um aumento de votos em comparação com as mulheres, respectivamente em 2008 0,47617, em 2012 0,4728 e em 2016 0,54717. Além disso, o coeficiente de Pearson apresentou maior elevação para as mulheres em 2008 e 2016, o R² também foi um pouco mais significativo para as mulheres do que para os homens. O dinheiro demonstrou ser importante tanto para candidaturas masculinas quanto para as femininas.

Mancuso e Speck (2012) discutem a influência de três fatores sobre o desempenho eleitoral no Brasil, nas eleições para deputado estadual e federal no ano de 2010. O primeiro deles seria a mobilização de recursos para financiar a campanha eleitoral, o segundo o resultado de disputas passadas e a relação entre gênero e sucesso eleitoral.

No que se refere ao primeiro fator, os autores demonstraram que o financiamento político dos homens é sempre superior ao das mulheres e que o impacto do financiamento é maior para as candidatas do que para os candidatos, pontuando o gênero como elemento que impacta sobre o financiamento eleitoral e a quantidade de recursos recebidos.

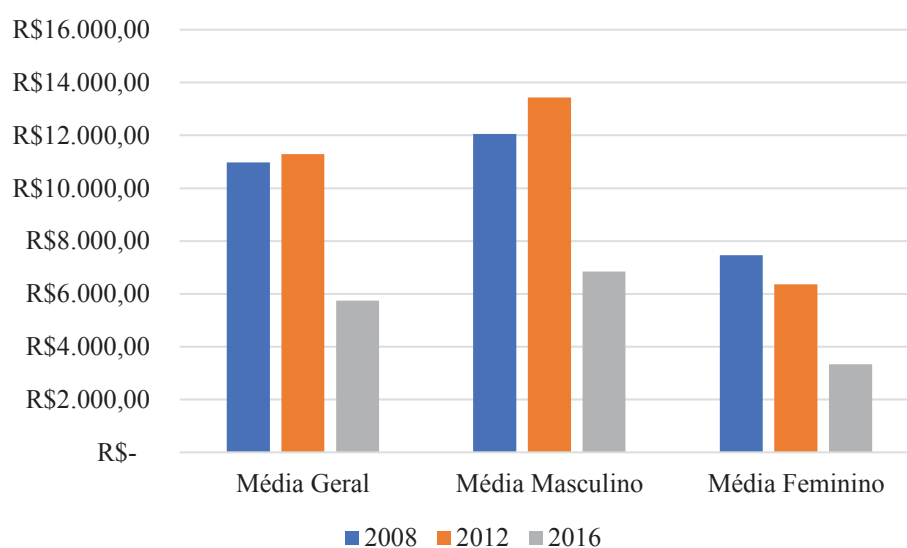
Visto que a relação entre dinheiro e desempenho é forte tanto entre mulheres quanto entre os homens, deve-se, portanto, verificar a distribuição de receitas entre homens e mulheres, pois diferenças na alocação desses recursos pode conter potencial explicativo para a sub-representação das mulheres na política. Dessa forma, torna-se muito importante investigar a distribuição da receita entre candidaturas masculinas e candidaturas femininas e o desempenho e o sucesso eleitoral.

Sacchet e Speck (2012) também associam a dificuldade de eleição das mulheres ao financiamento eleitoral, além de explicitarem que, mesmo que outros fatores sejam impactantes para o voto e para a candidatura, como o capital político e o capital social, estes estariam

fortemente correlacionados ao financiamento eleitoral, candidatos com maior acesso a estes recursos teriam maiores chances de receberem financiamento.

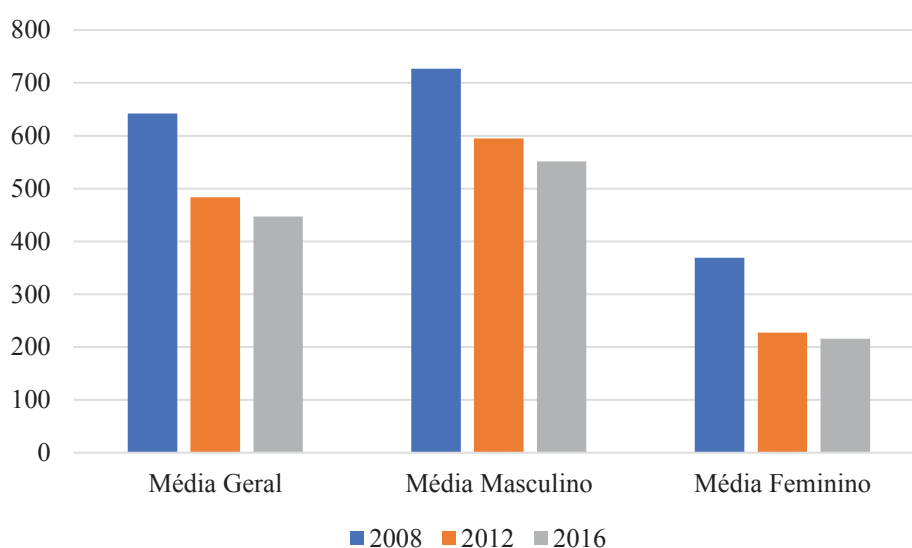
Os autores pontuam que as mulheres entram na disputa política em desigualdade de condições, estas carecem tanto de capital político e social do tipo público, quanto de recursos financeiros. No âmbito municipal, a pesquisa em tela também demonstra assimetria entre as médias das receitas de campanhas de homens e mulheres e média dos votos correspondentemente obtidos, facilmente perceptíveis nos Gráficos 4 e 5 a seguir:

GRÁFICO 4 – MÉDIA DE RECEITA (R\$) DE CAMPANHA POR SEXO



FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

GRÁFICO 5 - MÉDIA DE VOTOS DE CAMPANHA POR SEXO



FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

Os gráficos evidenciam médias de receitas e votos bastante distintas entre os sexos, em franca desvantagem para as mulheres. Buscando verificar a significância estatística dessas diferenças foram realizados testes ‘T’ para as médias. Os resultados estão dispostos na Tabela 15 a seguir:

TABELA 15 - RECEITA MÉDIA DE CAMPANHA E VOTOS POR SEXO (DISTRIBUIÇÃO DAS MEDIDAS CENTRAIS)

MEDIDAS CENTRAIS						
Ano eleitoral	Variáveis	Sexo				p-valor
		Masculino		Feminino		
		Média	Md	Média	Md	
2008	Receitas	12053	2877	7467	1748	< .001**
	Votos	727	314	369	126	< .001**
2012	Receitas	13438	3010	6361	1148	< .001**
	Votos	595	232	227	61	< .001**
2016	Receitas	6839	1830	3336	905	< .001**
	Votos	552	216	216	60	< .001**

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de comparação de médias – teste t. **Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste Mann-Whitney U.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

Para receitas e votos, as mulheres apresentaram valores inferiores quando comparadas aos homens. Destaca-se que a média de receita das mulheres e, todos os anos é quase 50% menor que a dos homens, o valor p nos mostra que as diferenças de médias dos dois grupos são maiores que as esperadas pela chance ou pelo acaso, existe uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos avaliados.

Sacchet e Speck (2012) destacam que as mulheres estão sub-representadas tanto em eleições majoritárias como em proporcionais, sendo que nas últimas a situação se agrava mais ainda. Em sua pesquisa, os autores refutam autores que defendem o sistema proporcional como um campo melhor para as mulheres devido à maior oferta de vagas e a diversificação de candidaturas, proporcionadas pelos partidos políticos com o objetivo de atrair votos de diferentes setores da população.

Segundo os autores, no caso brasileiro como o sistema proporcional funciona por meio de lista aberta, a obtenção de recursos fica exclusivamente por conta de cada candidato, o que de certa forma, favorece aqueles que possuem maior capital político e social, além de favorecer aqueles que têm maiores articulações com a rede de financiadores. Visto que os autores realizaram seus estudos antes de 2016, as condições por eles apontadas, especialmente a dinâmica plutocrática, poderia, ou deveria segundo a expectativa normativa, ter sofrido mudanças com a proibição do financiamento empresarial nas eleições de 2016. Todavia, os dados indicam a necessidade de estudos sobre o alcance do autofinanciamento e dos

mecanismos de distribuição dos recursos financeiros no interior dos partidos políticos, marcadamente dominados por direções centralizadas e centralizadoras compostos em sua absoluta maioria por homens (ARAÚJO, 2005; CERVI; BORBA, 2019).

De modo a aprimorar a análise realizou-se análise comparativa, entre sexo, receita e votação alcançada por primeiro e último quartis nas três eleições segmentando entre mulheres e homens, demonstrado na Tabela 16.

TABELA 16 – 1º E 4º QUARTIS DE RECEITAS E VOTOS DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016

Ano eleitoral	Quartil	Sexo	Receita Média (R\$)	Média de Votos	p-valor
2008	1º Quartil	Feminino	89,1	123	< 0,001**
		Masculino	80,5	248	
	4º Quartil	Feminino	33.725	1.229	0,002**
		Masculino	38.468	1.710	
2012	1º Quartil	Feminino	57,9	48	< 0,001**
		Masculino	73,2	175	
	4º Quartil	Feminino	32.319	868	< 0,001**
		Masculino	40.901	1.384	
2016	1º Quartil	Feminino	151,00	56	0,296
		Masculino	153,00	158	
	4º Quartil	Feminino	15.980	842	< 0,001**
		Masculino	20.088	1.290	

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de comparação de médias – teste t. **Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste Mann-Whitney U.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

A análise comparativa revela que o volume de receitas dos homens é sempre maior que o das mulheres, tanto as médias sinalizaram isso como o valor de p nos indica que há uma diferença estatisticamente significativa. Dessa forma, no ano de 2008, apenas o quartil superior concentrava 79% das receitas do grupo das mulheres e 59% dos votos, entre os homens, o quartil superior concentrava 87% das receitas e 64% dos votos. No que se refere ao 1º quartil, os dados revelam que menos de 1% de homens e mulheres conseguem se eleger, da mesma forma, apresenta baixo volume de recursos financeiros, menos de 1% do total de receita em 2008.

Por fim, tendo em vista a intensidade da correlação entre receita e votos, a partir dos variados testes estatísticos aplicados, pode-se afirmar que mulheres recebem relativamente menos votos que os homens porque recebem menos receita, visto que a força explicativa das receitas para o voto é maior entre as mulheres que entre os homens. Ante esta constatação e a partir de um alinhamento simplista entre as variáveis, seria leviano imaginar que o simples

incremento de recursos financeiros para as candidatas as colocaria em melhores condições de desempenho. Tanto quanto pode ser válido pensar que a simples alocação de recursos não reverteria o quadro de sub-representação das mulheres, também valida-se, a partir dos dados apresentados, afirmar que a persistência de mulheres entre aqueles candidatos que recebem as menores médias de recursos as condena ao grupo que recebe menos votos, e, portanto, com menores condições de obter o sucesso eleitoral, figurando entre os eleitos, os quais são o objeto de investigação relatado no próximo tópico.

4.3 SUCESSO ELEITORAL DE HOMENS E MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016: ATRIBUTOS E VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

No tópico anterior demonstrou-se que mais receita implica em mais votos, favorecendo especialmente os homens que por acumularem mais receitas obtêm mais votos. Todavia nem sempre os mais votados são os eleitos. A primeira questão a ser respondida é, portanto, se os eleitos apresentam receitas superiores aos não eleitos, ou seja, verifica-se isto testando a média entre ambos os grupos.

A Tabela 17 a seguir expõe, antes de investigarmos as diferenças entre sexo, a comparação entre as médias de receitas dos eleitos e não eleitos.

TABELA 17 - COMPARAÇÃO DE MÉDIAS DE RECEITAS (R\$) ENTRE ELEITOS(AS) E NÃO ELEITOS

Resultado da eleição					
Ano eleitoral	Não eleito		Eleito		p-valor
	Média	Md	Média	Md	
2008	7.573,00	2.164,00	55.216,00	24.934,00	<.001**
2012	7.794,00	1.937,00	61.188,00	26.308,00	<.001**
2016	4.091,00	1.299,00	31.258,00	16.238,00	<.001**

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de comparação de médias – teste t. **Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste Mann-Whitney U.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

Em relação as receitas dos eleitos, os dados revelam que nas eleições de 2008 eles receberam em média R\$ 55.216 em relação aos não eleitos, com média de R\$ 7.573. Em 2012 os eleitos receberam em média R\$ 61.188 em relação aos não eleitos, com média de R\$ 7.794, já em 2016 a receita média dos eleitos ficou em R\$ 31.258 em relação aos candidatos não eleitos, com média de R\$ 4.091. Em síntese, confirma-se que os eleitos apresentam maiores receitas, sendo válido o seu contrário. Sendo que os homens apresentam as maiores receitas e

o maior desempenho eleitoral, medido pela votação, implica-se em verificar se homens apresentam sucesso eleitoral superior ao das mulheres nos pleitos pesquisados.

A Tabela 18 a seguir apresenta resultados do teste qui-quadrado para as diferenças entre eleitos e não eleitos por sexo, buscando verificar a distribuição do sucesso eleitoral entre ambos.

TABELA 18 - SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS POR SEXO							
Ano eleitoral	Sexo	Situação das candidaturas				Total	p-valor
		Eleitos (as)		Não Eleitos (as)			
		%	N	%	N		
2008	Feminino	3,2	591	96,8	18111	18702	<,001*
	Masculino	8,4	5077	91,6	55641	60718	
	Total	7,1	5668	92,9	73752	79420	
2012	Feminino	2,2	771	97,8	33720	34491	<,001*
	Masculino	8,4	6653	91,6	72344	78997	
	Total	6,5	7424	93,5	106064	113488	
2016	Feminino	2,1	830	97,9	37934	38764	<,001*
	Masculino	7,9	6735	92,1	78700	85435	
	Total	6,1	7565	93,9	116634	124199	

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de associação qui-quadrado.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

Em todas as eleições as mulheres se elegeram oito vezes a menos comparado aos homens. Cruzando os dados sobre o sexo do candidato e a condição de ser eleito ou não, obteve-se $p = < .001$ para todos os anos, revelando a existência de associação entre ser eleito ou não e o sexo dos candidatos. Ou seja, há diferenças e são significativas, as mulheres não se elegem na mesma proporção que os homens.

Speck e Mancuso (2012) destacam que há menos candidatas do que candidatos, ainda assim há menos mulheres entre os mais votados do que seria esperado. Como mencionado anteriormente, nem sempre os mais votados estão entre os eleitos (SPECK; MANCUSO, 2012).

Isso ocorre em razão do sistema proporcional de votos, que busca dividir proporcionalmente o número de vagas disponíveis entre os partidos e/ou coligações partidárias.

Contabilizando os votos recebidos pelo candidato e os votos recebidos pelo partido ou coligação que ele faz parte.

A partir disso, “determina-se o quociente eleitoral, dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior” (CÓDIGO ELEITORAL, art. 106), ou seja, o quociente eleitoral é o total de votos válidos divididos pelo número de vagas em disputa, combinado com o quociente partidário.

Sacchet e Speck (2010) problematizam em sua pesquisa a diferença na probabilidade das mulheres se elegerem em relação aos homens e apontam que, embora existam vários fatores que contribuam para o baixo desempenho eleitoral das mulheres é no financiamento eleitoral que encontram a principal explicação. Destacam que o desequilíbrio entre o financiamento dos candidatos, cria um tipo específico de legisladores, excluindo aqueles com baixo capital financeiro ou com menos acesso a rede de financiadores, com consequências lesivas para a agenda política e para as políticas públicas.

Os dados anteriores evidenciam o que os estudos sobre financiamento apontam, ou seja, que as receitas são determinantes para o desempenho e para o sucesso eleitoral, sendo este menor entre as mulheres que homens, com os devidos testes de diferenças na condição relativa. Uma nova questão que se coloca é se uma maior receita poderia implicar em maior sucesso eleitoral das mulheres. Para verificar a relação entre receita e sucesso eleitoral entre as mulheres a Tabela 19 a seguir apresenta uma comparação dos quartis superiores da distribuição das receitas por sexo, constando nas tabelas somente os eleitos.

TABELA 19 - QUARTIL SUPERIOR RECEITAS CANDIDATOS E CANDIDATAS ELEITOS (AS) NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016

Ano eleitoral	Sexo	Eleitos (as) quartil superior		Receita Total	%	Receita Média	p -valor
		N	%				
2008	Feminino	518	0,11	R\$ 38.558.413,00	0,12	R\$ 33.725,00	0,119*
	Masculino	4159	0,89	R\$ 269.993.383,00	0,88	R\$ 38.468,00	
2012	Feminino	664	0,11	R\$ 51.878.468,00	0,12	R\$ 78.130,00	0,37*
	Masculino	5532	0,89	R\$ 396.750.191,00	0,88	R\$ 71.719,00	
2016	Feminino	718	0,11	R\$ 28.301.596,00	0,12	R\$ 39.417,00	0,084*
	Masculino	5860	0,89	R\$ 205.542.841,00	0,88	R\$ 35.076,00	

*Não apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de comparação de médias – teste t.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

Analisando a diferença das médias de receitas de homens e mulheres eleitos (as) no quartil superior, percebe-se que as diferenças não são significativas (p-valor maiores que 0,05). Em geral os quartis apresentam distribuição bastante assemelhada entre participação na receita e participação entre eleitos, especialmente no quartil superior onde se concentram as maiores médias de receita e a absoluta maioria dos eleitos. Em 2008, no quartil superior de receitas, as mulheres participam com 12% das receitas e 11% dos eleitos. Em 2012 e 2016, idem. Se por um lado pode-se constatar que o fator receita não pode explicar por que as mulheres participam menos entre os eleitos, verifica-se também que as mulheres fazem corresponder receita a sucesso eleitoral, tanto quanto os homens. Ou seja, indicativamente, se elas tivessem mais receitas teriam mais sucesso eleitoral, sem qualquer desconsideração com outras variáveis que contribuem para a explicação da sub-representação das mulheres na política.

Poder-se-ia levantar algumas hipóteses como o possível preconceito do eleitorado em votar em mulheres, no entanto, a pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2009) apontou que o eleitor não discrimina as mulheres na hora de votar.

Os dados corroboram Silva et al. (2017) e Carlomagno e Codato (2018) que apontam que quando as mulheres conseguem ter acesso a uma rede de financiamento não há diferença nos patamares de financiamento eleitoral entre homens e mulheres.

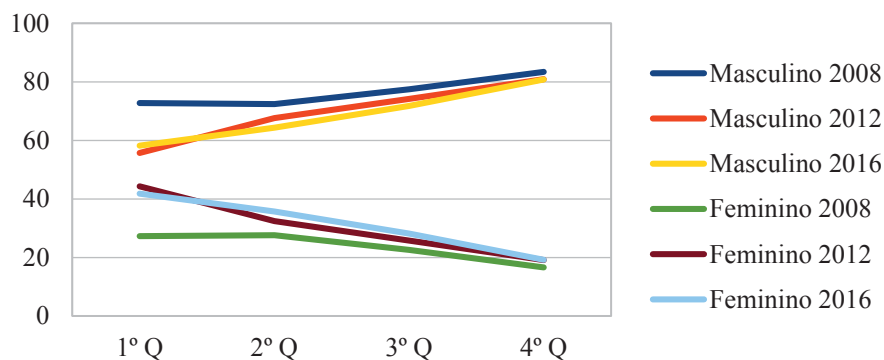
No tópico seguinte, pretendeu-se tal qual proposto no objetivo desta pesquisa, investigar quais atributos estariam associados e qual a sua influência na arrecadação de recursos financeiros pelas candidatas ao cargo de vereadora.

4.3.1 Atributos e arrecadação de recursos financeiros de homens e mulheres com candidaturas a vereador nos municípios com mais de 50 mil eleitores nas eleições de 2008, 2012 e 2016

Anteriormente, evidenciou-se que a receita foi um fator determinante para o desempenho quanto para o sucesso tanto nas eleições de 2008 e 2012 quanto nas eleições de 2016, em plena proibição do financiamento empresarial. Viu-se especialmente que, embora as mulheres apresentem sucesso eleitoral reduzido em relação aos homens, elas o fazem na mesma proporção que dispõem de receitas. Sabidamente, mulheres e homens adentram a arena política com especificidades sociais que necessitam ser estudadas para compreender a disputa pelo voto, podendo destacar as características sociodemográficas, tais como idade, estado civil, nível de instrução, classe social, dentre outras (SPECK; SACCHET, 2012). Identificar fatores que influenciam na arrecadação de receitas, possibilita a indicação de políticas públicas que ampliem a participação das mulheres na política eleitoral. É neste sentido que se organizou o presente capítulo de apresentação e discussão dos resultados da pesquisa.

Inicialmente, investigou-se quais os atributos registrados pelos candidatos aptos influenciam a arrecadação. As Tabelas 20, 21 e 22 ([Apêndice 1, 2 e 3](#)) apresentam a distribuição das variáveis com a estratificação em quartis de receita aplicados nas campanhas de 2008, 2012 e 2016. Em todos os anos ocorre diferença em todas as variáveis quando associadas aos quartis de receita declaradas pelos candidatos. O Gráfico 6 a seguir evidencia essa dinâmica.

GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO POR GÊNERO NOS QUARTIS DE RECEITA DE CAMPANHA 2008, 2012 E 2016



FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

No quartil mais alto de receitas há predominância de candidatos homens, em todos os anos eles representaram mais de 80%. Nos quartis mais baixos de receitas encontrou-se a maior parte de mulheres, quando comparadas as proporções de candidatas por quartil, em 2012 e 2016 elas representaram mais de 40% no quartil mais baixo de receitas, em 2008 a maioria ficou no segundo quartil mais baixo, sendo possível observar a redução da participação de mulheres conforme os quartis aumentam em relação a maior receita.

Destaca-se também, o aumento na quantidade de candidatos com ensino superior e casados, conforme os quartis indicam maiores valores de receitas e que a distribuição de votos, onde o mais alto quartil de votos encontrou-se relacionado com o mais alto quartil de receita. Ainda, as maiores porcentagens de políticos de carreiras e incumbentes estavam entre os candidatos com mais altos valores de receita.

Além de evidenciar a acentuada redução da participação das mulheres nos quartis com maior receita, a pesquisa em tela confirma o que apontaram Mancuso et al. (2018), de que candidatos mais escolarizados tenderiam a receber mais contribuições eleitorais, em contrapartida candidatos menos escolarizados seriam subfinanciados. Os candidatos mais escolarizados seriam vistos pelos financiadores “como mais preparados para o trabalho da representação política” (MANCUSO et al., 2018, p. 12).

A mesma investigação, foi realizada estratificando os candidatos por sucesso eleitoral, ou seja, eleitos e não eleitos. As Tabelas 23, 24 e 25 (Apêndice 4, 5 e 6) apresentam a distribuição das variáveis associadas aos dados absolutos da receita de eleitos e não eleitos para os pleitos de 2008, 2012 e 2016.

Em todas as eleições, a análise de associação entre as variáveis e o resultado da eleição apresentou significância estatística para todas as comparações. Como esperado, níveis superiores de grau de instrução e ocupação fazem parte das características dos eleitos, além de serem casados. Em relação as características políticas, encontra-se entre os eleitos a porcentagem mais alta de políticos de carreira, incumbentes e com receitas mais altas quando comparados com os não eleitos. Pode-se apontar um padrão que se seguiu nas três eleições, inclusive com percentuais semelhantes entre os eleitos, das quais: homens (mais de 85%), com ensino superior (mais de 50%) casados (mais de 68%), com nível de ocupação superior (mais de 47%), incumbente (mais de 40% em 2008 e 2016 e em 2012 mais de 34%) e político de carreira (mais de 20%).

Trabalhando com os dados relativos (PCRM), em todos os anos as informações da participação do candidato nas receitas do município apresentaram diferenças estatisticamente significativas. As Tabelas 26, 27 e 28 (Apêndice 7, 8 e 9) apresentam a distribuição das

variáveis relacionadas com os dados relativos da receita de eleitos e não eleitos nos anos de 2008, 2012 e 2016.

Identifica-se um padrão em todas as eleições de maior participação na receita entre os políticos de carreira, incumbentes e candidatos eleitos. Entre os níveis de ocupação e de grau de instrução percebe-se que quanto maior o nível, maiores as receitas, bem como, outro padrão identificado se refere ao estado civil, candidatos casados recebem mais receitas. Em relação a receita comparada por sexo, os homens apresentam quase o dobro da participação na receita em comparação com as mulheres em todos os anos.

Além de analisar a distribuição das variáveis pela receita, também se analisou a distribuição das variáveis comparadas com os votos entre eleitos e não eleitos. Nas tabelas 29, 30 e 31 (Apêndice 10, 11 e 12) são apresentados os resultados da distribuição das variáveis relacionadas com a participação do candidato nos votos nos municípios (PCVM) nos anos de 2008, 2012 e 2016.

Assim como na participação de receita, encontrou-se diferenças estatisticamente significativas para as variáveis usadas na comparação da participação nos votos do município. As maiores participações dos candidatos nos votos do município foram encontradas entre os eleitos, entre os incumbentes, políticos de carreira. Os padrões das demais variáveis seguiram a tendência da participação na receita do município.

Os testes sobre o grau de escolaridade e ocupação por sexo dos candidatos eleitos no quartil superior de receitas nas três eleições, demonstram que tanto candidatos eleitos como candidatas eleitas nesse quartil, tendem a ser mais escolarizados e a ocuparem cargos profissionais mais elevados, conforme indicado na Tabela 32 (Apêndice 13). As mulheres eleitas no quartil superior de receitas apresentam um grau de escolaridade maior do que a dos homens. Em 2008, 75,7% das mulheres se encontrava no grau de instrução superior, em 2012, 73,6% e em 2016, 73,3%. A maioria dos homens eleitos nesse quartil, também apresentaram grau de escolaridade superior, porém não na mesma proporção que as mulheres. Os dados revelam que os candidatos homens conseguem se eleger com graus de escolaridade mais baixos.

Conforme abordado anteriormente, para o grupo das mulheres há uma exigência em se superqualificarem, mesmo que de forma intuitiva, elas sabem que lhes é cobrado uma competência maior para que possam exercer tais funções (MIGUEL; BIROLI, 2010). Isso não ocorre com os homens, segundo Miguel e Biroli (2010) como o cenário político é majoritariamente masculino, eles já estão acostumados com ocupantes de cargos públicos e não possuem uma visão idealizadora das capacidades que os políticos eleitos detêm, tornando-se menos exigentes ao se avaliarem para ocupar posições similares.

Ainda, segundo Miguel e Biroli (2006) para se candidatarem as mulheres necessitam de um diferencial de instrução em relação aos homens e para se elegerem esse diferencial deve ser ainda maior. A partir dos dados, pelo quantitativo de homens que conseguem se eleger com instruções mais baixas, e pelo teste de associação, percebe-se que a valorização social dada à instrução formal “pesa” mais para o gênero feminino. Tal exigência está associada e pode ser indicativamente confirmada na distribuição de ocupação declarada pelos eleitos e pelas diferenças da distribuição entre homens e mulheres.

A Tabela 33 (Apêndice 14) exhibe os dados da distribuição de ocupação entre sexo dos eleitos. Em todos os ciclos eleitorais mais de 69% das mulheres eleitas se encontravam na ocupação especializado superior, em 2008 representaram 72,4%, em 2012 70,9% e em 2016 representaram 69,10%. Já os homens, representaram menos de 50% na ocupação especializado superior em todos os ciclos eleitorais. Miguel e Biroli (2014) destacam que a representação feminina na prática não difere dos homens da elite política. Segundo os autores, quando elas conseguem romper com as barreiras impeditivas, a vaga tende a ser ocupada por mulheres em situação privilegiada, geralmente profissionais brancas heterossexuais burguesas ou de classe média.

Entretanto, mesmo que se apresente um perfil de mulheres na elite política, quando comparado aos homens, a posição social delas a partir dos cargos que ocupam tem maior influência na decisão eleitoral do que para eles, ou seja, enquanto que para os homens há uma maior diversificação na ocupação dos eleitos, no caso das mulheres, os outros níveis de ocupação juntos ficam entre 27 e 30%.

Conforme Mancuso e Speck (2014), o sucesso eleitoral no Brasil é regido pelo fator econômico, o que privilegia campanhas caras, aumentando as chances dos mais ricos e prejudicando os candidatos de determinados perfis. Existe um desestímulo em certas candidaturas, aqueles com perfis mais pobres, os que têm menos proximidade com a elite econômica e que não tem afinidade com os seus interesses, no caso, viabilizar arranjos políticos, favorecendo os seus financiadores.

Além da escolaridade e da ocupação, Mancuso et al. (2018) apontam que, um fator consolidado na literatura é a associação positiva entre o capital político acumulado pelos candidatos e o financiamento eleitoral. A explicação estaria na preferência dos doadores em investir em candidatos que já tenham um histórico eleitoral, o que daria a eles maior visibilidade, tanto para maximizar a probabilidade de investir em candidaturas vencedoras ou para recompensar os candidatos onde o desempenho anterior tenha sido bem avaliado.

A Tabela 34 (Apêndice 15) expõe os dados da distribuição de declaração de carreira política entre sexo dos eleitos no quartil superior de receita. Para a variável carreira política, com exceção das eleições de 2016, o sexo dos candidatos não apresentou influência, o êxito eleitoral de homens e mulheres com carreira política mostra resultados similares no quartil superior de receitas. Em 2016, o sexo dos candidatos eleitos demonstrou associação estatisticamente significativa com a variável carreira política. Para os anos de 2008 e 2012, significa dizer que independente do sexo dos candidatos, quando se possui uma carreira política, as chances de eleição são as mesmas.

Na mesma linha de atributos políticos, a Tabela 35 (Apêndice 16) expõe os dados da distribuição de condição de desafiante ou incumbente entre sexo dos eleitos no quartil superior de receitas. Igualmente as informações sobre carreira política, com exceção do ano de 2016, os outros anos não mostraram associação estatisticamente significativa entre o sexo dos eleitos e ser incumbente ou não, revelando que, as chances de eleição de homens e mulheres incumbentes não diferem. Já para o ano de 2016, o fato de ser mulher influenciou na questão de ser incumbente ou não e ser eleita, os homens incumbentes tiveram maior probabilidade de ser eleitos do que as mulheres.

Conforme aponta a literatura, os candidatos desafiantes seriam subfinanciados em relação aos incumbentes que disputam a reeleição, sendo que o subfinanciamento se agrava mais ainda para os candidatos que não se elegeram a nenhum cargo na eleição anterior e para quem sequer a disputou (MANCUSO et al. 2018). Araújo e Alves (2007) mostram que a chance de vitória dos candidatos à reeleição é vinte vezes maior do que a dos outros candidatos, destacaram que o valor reeleição tem efeito superior a todos os outros fatores socioeconômicos tais como escolaridade, idade e sexo.

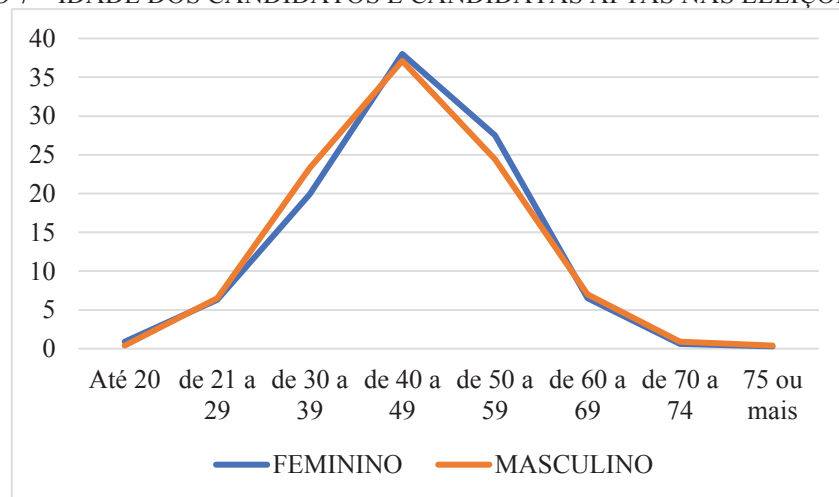
Na pesquisa de Codato, Cervi e Perissinotto (2013), buscando identificar um perfil dos vitoriosos às eleições municipais brasileiras de 2012 e como esses fatores afetaram as chances de sucesso eleitoral, apontaram a partir de testes estatísticos que a condição ser político de carreira se mostrou como variável mais importante para explicar o sucesso eleitoral. Além de ser candidato à reeleição, fazer parte de uma coligação partidária e estar na disputa em um partido com alto desempenho.

Além da exploração dos dados sobre os níveis de ocupação, grau de escolaridade, incumbência e carreira política, explorou-se também a idade das candidatas aptas. Ao abordar a idade das mulheres, pretendeu-se trazer ao debate as relações entre as esferas pública e privada, trabalhando-as como variáveis explicativas da política.

Miguel e Biroli (2014) explicam que esse tipo de variável, que aborda o âmbito das relações familiares, afetivas e doméstica, não têm sido consideradas na maioria dos estudos e correntes. Porém, o impacto da divisão desigual do trabalho, o tempo dedicado ao trabalho doméstico “se desdobra em injustiça distributiva e barreiras à igualdade de oportunidades” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 12). Conforme os autores, a ênfase em experiências individuais pode ocultar padrões estruturais de opressão, sendo a valorização da maternidade uma delas. Além disso, os autores destacam a importância de sinalizar os mecanismos sociais que limitariam a participação das mulheres nas esferas públicas, fazendo com que elas continuem marginais na política mesmo após mais de 80 anos de conquista do sufrágio feminino.

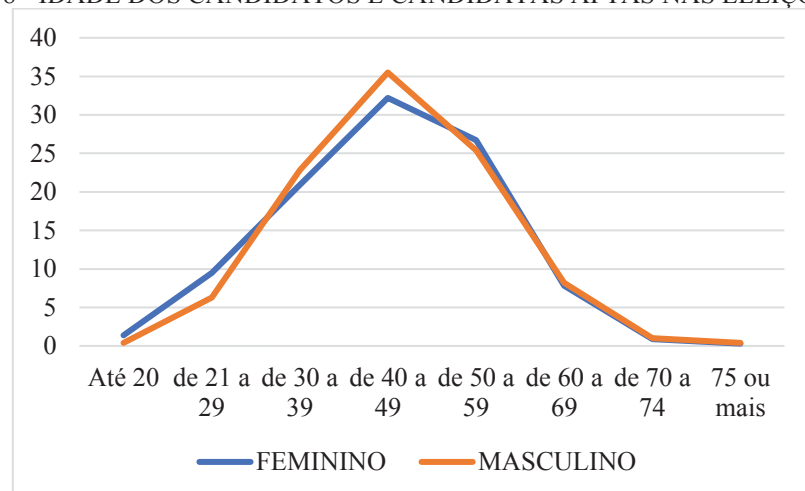
Os gráficos abaixo demonstram a participação relativa de homens e mulheres candidatos por idade nas eleições de 2008, 2012 e 2016.

GRÁFICO 7 – IDADE DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS APTAS NAS ELEIÇÕES DE 2008



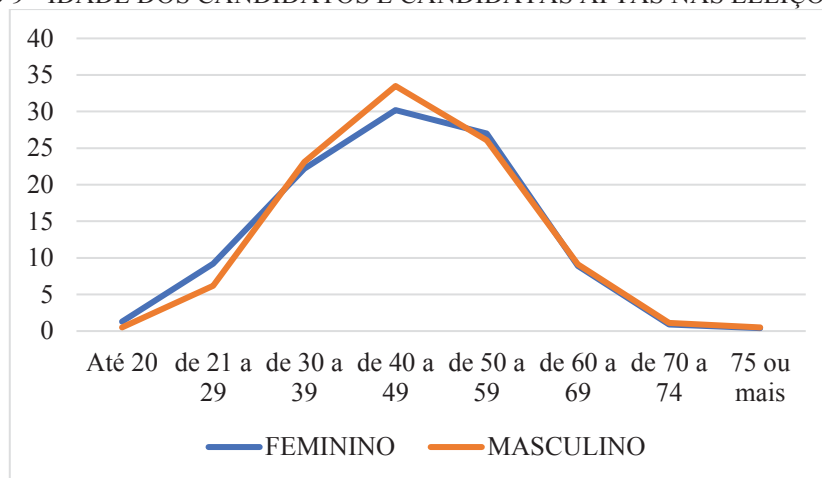
FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

GRÁFICO 8 - IDADE DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS APTAS NAS ELEIÇÕES DE 2012



FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

GRÁFICO 9 - IDADE DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS APTAS NAS ELEIÇÕES DE 2016



FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

Os gráficos anteriores evidenciam que as mulheres ingressam mais cedo que homens na disputa eleitoral, todavia parte delas retira-se da política entre os 30 e os 45 anos, justamente o período no qual desempenho e sucesso eleitoral são mais expressivos. Biroli (2018) aponta que as mulheres estão tendo menos filhos e se tornando mães mais tarde. A partir dos dados do IBGE, a autora aponta que em 2005, 30% dos nascimentos foram de mães entre 20 e 24 anos, em 2015 o percentual cresceu para mulheres entre 30 e 39 anos, combinando com os dados apresentados, a crescente da participação feminina nos três ciclos eleitorais ocorreu em torno dos 40 anos de idade.

A diferença de idades na participação política indicativamente está relacionada com o apelo da maternidade na vida da mulher, sendo um impeditivo à participação na vida pública. Para Miguel e Biroli (2014) a construção da maternidade como reafirmação identidade de gênero convencional, naturaliza a divisão sexual do trabalho, tornando essa posição como específica das mulheres no cuidado das crianças e na vida doméstica.

Biroli (2018) destaca que a crítica do feminismo à maternidade é que historicamente vem sendo definido pela divisão do trabalho sobrecarregado, inibindo a participação das mulheres em outras esferas da vida, inclusive a atuação na política. A maternidade apresenta uma dualidade, enquanto priva as mulheres, mergulhando-as no espaço privado, desobriga os homens das responsabilidades e do trabalho que envolva o cuidado com as crianças, liberando-os para a esfera pública. Da maneira como são definidos os papéis e responsabilidades na criação das crianças, a maternidade se torna um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva das mulheres.

Ao se analisar os atributos pertencentes as mulheres eleitas que estariam relacionados com arrecadação, conforme os estudos vêm apontando, em nível municipal também se concluiu uma tendência de perfis, mulheres com grau de escolaridade e níveis de ocupação elevados, mulheres com carreiras políticas e incumbentes, com idade entre 40 anos e 49 anos. Entretanto, quando em comparação aos homens, conclui-se que as mulheres para se elegerem necessitam de níveis de escolaridade e ocupação mais altos, enquanto para os homens parece haver maior flexibilidade de tais atributos. As diferenças praticamente se dissipam quando ambos os sexos possuem carreira política e são candidatos à reeleição, com exceção do ano de 2016, que pode ser um indicativo de aumento das desigualdades.

4.3.2 Análise de regressão linear e logística com as variáveis receita, voto e atributos

Buscando aprimorar a identificação das características que interferem no sucesso eleitoral foram realizadas análises de regressão, logística e linear, para abranger as categorias de resposta interessantes para responder aos objetivos deste estudo. Inicia-se com a apresentação das análises de regressão logística, aplicada nas variáveis qualitativas, buscando entender o que aumenta ou diminui a probabilidade do sucesso eleitoral, foi realizada uma análise de regressão simples, uma variável explicativa para uma variável dependente.

As Tabelas 36, 37 e 38 (Apêndice 17, 18 e 19) apresentam os resultados da análise de regressão logística univariada das variáveis independentes selecionadas em relação ao sucesso nas eleições de 2008, 2012 e 2016.

Em 2008, os resultados das análises de regressão logísticas simples, ou bruta, indicam que, ser mulher diminui a probabilidade de ser eleito em quase 40%, evidência já esperada. Fatores que aumentam a probabilidade de eleição são, ter nível superior (mais de 2 vezes mais chances) em relação a mais baixa escolaridade. Ser casado aumenta as chances de ser eleito (em torno de 40% de aumento) em relação a ser solteiro, ser divorciado, separado ou viúvo diminui as chances de ser eleito (valor muito pequeno). Ser político de carreira ou incumbente foram características que elevaram muito a probabilidade de ser eleito, ser político de carreira gera um aumento de 18 vezes nas chances de ser eleito em relação a inexperientes, já os incumbentes têm quase 26 vezes mais chances de serem eleitos em relação aos desafiantes. A receita também afeta sobremaneira o resultado das eleições, pois os candidatos enquadrados no quartil mais alto de receita apresentam 184 vezes mais chances de serem eleitos em relação aos concorrentes do quartil inferior de receita.

Em 2012 a condição de ser mulher tornou as chances de eleição ainda piores que 2008, elas tiveram metade das chances de um homem. Para as demais variáveis, quanto maior o nível de escolaridade e ocupação, maior é a chance de ser eleito em comparação aos grupos de referência (menor especialização e baixa escolaridade). Ser político de carreira, incumbente e a receita foram as variáveis que mais se mostraram decisivas para a eleição. Respectivamente aumentam mais de 20, mais de 30 e mais de 200 vezes as chances do candidato ser eleito.

Em 2016 a (reduzida) condição de chance das mulheres repete o desempenho de 2012, metade em relação aos homens. Destacam-se as características que mais aumentam as chances de ser eleito: possuir níveis de ocupação superiores (aumento de mais de 7 vezes na chance de ser eleito), ser político de carreira (aumento de mais de 20 vezes nas chances de ser eleito), ser incumbente (aumento de mais de 30 vezes nas chances de ser eleito), e estar nos quartis mais altos de receita, ou seja, ter aplicado mais receita em sua campanha (aumento de 193 vezes nas chances de ser eleito).

Foi realizado também análise de regressão logística ajustada considerando as variáveis selecionadas (independentes) e o sucesso nas três eleições. Os resultados encontram-se nas Tabelas 39, 40 e 41 (Apêndice 20, 21 e 22). Importante observar que caso uma variável do modelo explicativo gerado na regressão ajustada apresente indicações de confusão²¹, ele será removido do bloco, buscando o melhor cenário explicativo.

Em 2008, nenhuma variável precisou ser retirada do modelo múltiplo por ser considerada fator de confusão do modelo, mas sugere-se novos estudos mais aprofundados com as regressões logísticas, já que os testes de avaliação do modelo não foram totalmente satisfatórios. Mas destaca-se que no modelo ajustado, se mantiveram os padrões, quanto maior o quartil de receita maior a probabilidade de ser eleito, ser incumbente e político de carreira aumenta a chance de ser eleito, ao mesmo tempo que, ser casado e ser mulher diminuem a probabilidade de ser eleito.

O modelo aplicado em 2012 foi estatisticamente significativo, todos os coeficientes foram significativos (diferem de zero), exceto para nível de ocupação, que mesmo não significativos, não chegaram a ser fatores de confusão a ponto de necessitarem ser retirados do modelo por gerar confusão nos resultados (referência $p\text{-valor} > 0,25$). A idade e ser “separado, divorciado ou viúvo” são os únicos fatores que diminuem a probabilidade de ser eleito, já as demais situações auxiliam na eleição, ainda que a característica que mais potencialize o resultado seja o quartil de renda.

²¹ Hosmer e Lemeshow (1989) utilizam como critério escolher apenas àquelas que apresentaram $p\text{-valor} < 0,25$ na análise univariada.

Em 2016, o modelo apresentou significância estatística em todas as variáveis, porém as condições que demonstraram aumentar mais a chance de ser eleito foram: os mais altos quartis de receita (mais de 90 vezes mais chances), ser incumbente (mais de 7 vezes mais chances). Ser político de carreira no modelo múltiplos não apresentou valor de odds tão elevado quanto no teste de regressão logística simples para a variável.

Por serem consideradas fundamentais para compreender o processo eleitoral, também foram realizadas análises de regressão linear considerando como variáveis dependentes a quantidade de votos e a receita, e como preditivas as demais já exploradas nos testes anteriores, sendo as qualitativas tornadas dummies. Os resultados relativos ao teste que assume a quantidade de votos como dependente, para as três eleições, encontram-se nas Tabelas 42, 43 e 44 (Apêndice 23, 24 e 25).

Em 2008, todas as regressões apresentaram significância estatística, porém com baixos coeficientes de explicação dos modelos (R^2). O fator que mais explica a quantidade de votos foi a receita, capaz de explicar sozinha 55% da variabilidade da quantidade de votos recebidos. Destaca-se que para as mulheres, apenas por serem do sexo feminino, espera-se uma redução de 178 votos em relação aos homens. Assim como para políticos de carreira e incumbentes, se espera, respectivamente, 2.560 e 2.228 votos a mais em relação as respostas alternativas.

Em 2012, no que se refere a quantidade de votos, todas as regressões foram significativas, com destaque para o grau de instrução, um candidato com ensino superior espera-se em torno de 445 mais votos quando comparados com os candidatos de baixa escolaridade. Assim como na eleição anterior, dentre todas as variáveis, a que mais explica a quantidade de votos é a receita, com 56% da variabilidade da quantidade de votos explicada apenas por ela, espera-se que a cada mil reais a mais investidos gere um aumento de vinte votos.

Para o ano 2016, todas as variáveis apresentaram significância estatística, a variável receita foi a com maior capacidade de explicar a quantidade de votos, com um coeficiente de determinação de 38,05%. Segundo a interpretação do coeficiente, a cada uma unidade monetária a mais investida em receita espera-se um aumento 0,05 unidades de voto, ou seja, cada unidade de dinheiro produz 2,5 vezes a mais votos que em 2012.

Sendo que a receita é a variável mais significativa, ela foi utilizada como variável dependente nos modelos de regressão linear simples para identificar o quanto cada característica dos candidatos influencia em suas receitas recebidas. Os resultados dos testes aplicados para as eleições de 2008, 2012 e 2016 encontram-se nas Tabelas 45, 46 e 47 (Apêndice 26, 27 e 28).

Nas eleições de 2008, novamente encontrou-se um padrão, no qual as mulheres apresentam elevado coeficiente de diminuição da receita quando comparadas com os homens.

Em relação as demais variáveis, quanto maior a idade, grau de instrução e nível de ocupação, maior o valor de receita destinado aos candidatos que apresentam tal perfil. Ser incumbente e político de carreira também gera um aumento de receita esperada para o candidato, respectivamente 45.979 e 53.193 unidades de aumento nas receitas.

Em 2012, todas as regressões em relação a receita foram significativas, ter mais alto nível de escolaridade e ocupação, ser incumbente ou ser político de carreira são as situações que mais colaboram com o aumento da receita do candidato. Sendo ser incumbente a variável com maior capacidade de explicar a receita dos candidatos. Novamente, por ser mulher espera-se uma acentuada diminuição de receita em comparação aos homens.

Em 2016, todos os modelos apresentaram significância estatística, destaca-se que as variáveis com melhores coeficientes de determinação foram “ser incumbente” e ser político de carreira, respectivamente com coeficientes de 9,68% e 7,42%. Também para as duas variáveis em destaque, por ser incumbente espera-se um valor a mais de receita de 28.783, enquanto por ser político de carreira espera-se um valor a mais de receita de 30.909.

Na análise do modelo múltiplo, foram utilizadas as mesmas variáveis assumidas na análise simples, considerando a ordem apresentada nas tabelas anteriores como ordem do modelo, buscando sinalizar quais as características, quando analisadas juntas, melhor explicam a receita dos candidatos. Os resultados encontram-se nas Tabelas 48, 49 e 50 (Apêndice 29,30 e 31). Destaca-se que, como nos modelos anteriores, quando alguma variável apresentou p-valor da variável superior a 0,200 essa variável foi retirada do modelo e considerada um fator de confusão.

Em 2008, no modelo múltiplo, apenas a variável “Ocupação” foi excluída como fator de confusão, após essa exclusão, a significância das demais variáveis melhorou. Apesar da baixa capacidade de explicação do modelo múltiplo (apenas 8%), os padrões dos coeficientes foram os mesmos. Evidenciando novamente que ser político incumbente e ter carreira política geram maior aumento no valor da receita.

Em 2012, o modelo múltiplo apresentou significância estatística para todas as variáveis menos para a idade, essa não foi excluída do modelo devido ao fato de seu coeficiente não ser superior ao convencionado p-valor $>0,25$ usado como referência para identificar fatores de confusão. Mesmo no modelo múltiplo, pertencer ao sexo feminino diminui o valor da receita, assim como ter níveis de ocupação mais baixos.

Para as eleições de 2016, a variável “Idade” foi excluída do modelo de regressão múltipla como fator de confusão, pois apresentou p-valor mais alto do que o possível para alguma das variáveis. Encontrou-se um modelo com capacidade de determinação da receita

11,99%, ou seja, a partir deste modelo pode-se explicar quase 12% da variabilidade do valor de receita dos candidatos. Neste cenário percebe-se que as variáveis ocupação, ser incumbente e ser político de carreira são as que mais colaboram para valores mais altos da receita dos candidatos.

Diante dos resultados das análises de regressão linear simples, em relação aos votos, evidenciou-se em todos os ciclos eleitorais que a variável receita foi a que teve maior capacidade de explicação do modelo, seguida de político de carreira e ser incumbente, o fato de ser mulher diminui a quantidade de votos em todos os ciclos eleitorais, níveis altos de escolaridade e ocupação também geraram mais votos para os candidatos.

Quando se analisou as receitas, igualmente os candidatos incumbentes e com carreira política receberam mais receitas, seguidos dos candidatos com grau de instrução e níveis de ocupação superiores. Igualmente, o fato de ser mulher, diminui as receitas das candidatas. Sinaliza-se que em 2008 o grau de instrução que recebeu mais votos e receitas foi o médio, já nos anos seguintes ocorreu uma exigência maior. O modelo de regressão múltipla também apontou que fazer parte dos candidatos incumbentes e com carreiras políticas geram maiores receitas, nesse modelo, os padrões seguiram os mesmos.

Nas análises de regressão logística, em ambas se mantiveram os padrões, pertencer ao mais alto quartil de receita, ser incumbente e político de carreira, aumentam a probabilidade de ser eleito, ao mesmo tempo em que ser mulher diminuem as chances de eleição.

CONCLUSÃO

Ao final do trabalho, para a conclusão, os resultados estão sistematizados a partir das hipóteses de pesquisa formuladas inicialmente. O problema proposto nesse trabalho, foi investigar a influência do dinheiro sobre a sub-representação das mulheres nas eleições municipais de 2008, 2012 e 2016. Bem como, investigar os impactos da proibição das doações empresariais nas eleições de 2016. Como objetivo geral analisou-se os fatores explicativos para a sub-representação feminina na política brasileira.

Partiu-se do pressuposto de que o dinheiro tem grande influência no êxito eleitoral, o que foi revelado positivamente com os testes, o dinheiro teve grande influência no total de votos recebidos em todos os ciclos eleitorais investigados. Além disso, os testes também revelaram que apesar da campanha de 2016 ter contado com um aporte de receitas menor, o dinheiro teve maior influência pós proibição do financiamento empresarial, revelando que mesmo que o voto tenha sido mais barato, como alguns autores já vinham problematizando, aqueles que dispunham de mais dinheiro para operacionalizar as suas campanhas obtiveram mais votos.

Quanto a essa influência pela perspectiva de gênero, os testes revelaram as diferenças de receitas, sinalizando um aumento nas receitas dos homens em relação as mulheres em todos os anos. O financiamento eleitoral se mostrou determinante tanto para as campanhas masculinas como para as femininas, apontando que caso as mulheres tivessem maior investimento em suas campanhas, receberiam mais votos e teriam mais chances de se eleger.

Tratar as eleições de 2016 em comparação com as eleições anteriores foi extremamente relevante para identificar que a proibição do financiamento empresarial não tornou a disputa menos desigual e tão pouco mais democrática, interessante sinalizar que se teve uma maior participação de registros de mulheres nas eleições de 2016, em média o dobro de candidaturas, mas não foi suficiente para que houvesse um número maior de eleitas, a participação seguiu os anos anteriores nos municípios com mais de 50.000 eleitores.

A exploração da eleição de 2016 também foi interessante ao se analisar o menor volume de receitas e constatar que o dinheiro foi tão decisivo quanto nas eleições anteriores. Percebe-se que, a receita está intimamente ligada aos outros fatores, principalmente com a incumbência e com a carreira política, candidatos que apresentam essas características tendem a possuir maiores receitas, com ou sem proibição do financiamento empresarial.

Sobre os registros das candidaturas, também foi sinalizado no estudo o percurso das mulheres até a efetivação da elegibilidade para a candidatura. Pontua-se que no campo político, o início das barreiras impostas às mulheres. O número de mulheres que têm suas candidaturas

consideradas inaptas é maior que a dos homens, também nesse momento seguiu-se um padrão para as não candidatas, mulheres menos escolarizadas, ocupam níveis de ocupação mais baixos, com recursos escassos e que não possuem carreira política.

Sobre o sucesso eleitoral, e a pergunta latente, dinheiro eleger? Os testes também demonstraram que sim, os eleitos recebem mais receita que os não eleitos, também demonstraram que os homens eleitos têm maiores receitas que as mulheres e se elegem mais do que elas, destaca-se que ficou explícito a correspondência entre receita e sucesso eleitoral, mesmo que o sucesso eleitoral das mulheres seja reduzido, ocorre na mesma proporção que dispõem de receitas, ou seja, com maiores receitas, as chances do sucesso eleitoral sobem.

Ao se analisar os atributos pertencentes as mulheres eleitas que estariam relacionados com arrecadação, tinha-se como hipótese que mulheres que possuíam níveis superiores de ocupação e grau de escolaridade, se elegeriam mais. Mulheres que contassem com carreira política e fossem incumbentes também fariam parte do cenário do sucesso eleitoral, ou seja, hipótese relacionada a um padrão de perfil de mulheres dessa elite política. De fato, encontrou-se um perfil entre as eleitas, mulheres mais escolarizadas (nível superior), ocupando cargos de níveis superiores, com carreiras políticas e incumbentes, com idade entre 40 e 49 anos.

Quando se explorou os quartis superiores de receitas entre os eleitos e eleitas. Identificou-se que nos anos de 2008 e 2012 ambos os sexos com carreiras políticas e incumbentes tinham a mesma chance de se eleger, já em 2016 houve diferença entre os sexos, indicando o aumento das desigualdades.

Além disso, os fatores ocupação e grau de instrução, tiveram maior peso para as mulheres, há uma exigência maior para elas na decisão eleitoral do que para eles, a grande maioria das mulheres só consegue se eleger em níveis superiores, enquanto eles ainda conseguem se eleger com níveis mais baixos de ocupação e escolaridade. A conclusão é, para as mulheres com baixo status social e menos escolarizadas, é muito mais difícil alcançarem o sucesso eleitoral.

Ainda explorando os atributos, as mulheres ocuparam os quartis mais baixos de receitas em todos os ciclos eleitorais, quanto maior o quartil de receita encontra-se mais homens, além de que nos quartis mais altos de receitas, encontra-se uma maior quantidade de candidatos casados, com ensino superior, carreira política e incumbentes, com idade entre 40 e 49 anos.

Em todos os anos entre os eleitos se seguiu um padrão, inclusive com percentuais semelhantes, homens, políticos de carreira e incumbentes, com receitas mais altas, além de níveis superiores de ocupação e grau de instrução.

Ao final, a partir de todos os testes estatísticos aplicados, conclui-se que o fato de ser mulher diminuiu as chances em todos os ciclos eleitorais estudados em mais de 40% comparada aos homens. Destaca-se que as variáveis que mais explicaram o sucesso eleitoral foi ter uma carreira política e ser incumbente, porém nada comparada, ao fator maiores receitas, os candidatos que possuem maiores receitas apresentaram mais de 184 vezes mais chances que os concorrentes que apresentaram menos receitas, isso em todos os ciclos eleitorais.

Agora, que tipo de políticas públicas poderiam ser efetivas para o enfrentamento da marginalização das mulheres na política? Quais delas trariam maior representatividade das mulheres e assim maior desenvolvimento para o país? Foram testadas várias situações explicativas para a sub-representação das mulheres na política e percebe-se que elas não se encontram em apenas uma variável de resposta.

O problema estaria na ampliação de vagas para as mulheres em espaço de poder decisório? Ou estaria nos recursos para ampliarem suas campanhas? Ou ainda, elas teriam que se dedicar mais a carreira política e a tentativa de reeleição?

Pode-se responder com um sim para todas as situações apresentadas acima, porém não se pode apontar apenas uma delas, quando todas estão intimamente relacionadas. O que se pode constatar é que a discussão sobre a sub-representação das mulheres ultrapassa as questões institucionais, mas se fundamentam nas bases estruturais da sociedade, trazer o debate para um cenário anterior se faz necessário.

As funções e posições das mulheres na sociedade se refletem nas posições políticas que conseguem alcançar. A ambição política de mulheres está muito ligada a divisão do trabalho doméstico, que por sua vez está ligado ao tempo livre e que se agrava como um problema político.

Negligenciar o debate das contradições entre público e privado, a divisão sexual do trabalho doméstico, as normas sociais impostas às mulheres e que afetam diretamente as condições de oportunidades para elas, sejam elas sociais, econômicas ou políticas se caracterizam como uma lacuna nos estudos eleitorais.

O isolamento das mulheres na vida doméstica não permite que elas estabeleçam redes de apoio e financiamento para as suas candidaturas, a divisão sexual do trabalho indicando a política como espaço majoritariamente masculino, são condições que impedem a participação das mulheres em espaços de poder decisório.

Para aquelas que desenvolvem atividades fora do lar, e que poderiam estabelecer uma rede de contatos, recai novamente na questão do tempo livre, visto que a ampliação dos postos de trabalho para as mulheres, não veio acompanhado da redistribuição dos afazeres domésticos

e nem dos cuidados com as crianças, devido à forte norma social, elas continuam sendo responsáveis por exercerem tais funções.

No que se refere às condições institucionais, a forma com que os partidos distribuem recursos e apoio, indicam uma forte exclusão das mulheres, os partidos acabam por escolher aqueles que são interessantes para a competição, os condicionantes impostos pelos partidos não privilegiam as mulheres, especialmente as aspirantes. O apelo sobre a responsabilidade doméstica feminina, faz com que os partidos desconfiem do potencial das candidatas.

Conforme apontado nas pesquisas existentes, pode-se concluir que a política municipal também apresenta um perfil em sua elite. A instrução e a ocupação dos candidatos demonstraram ser fatores que geram desigualdades nas disputas eleitorais. Os pontos-chaves para acessar as elites são educação superior e ocupação que estão igualmente vinculados ao posicionamento do candidato.

Mesmo que atualmente as mulheres apresentem níveis de escolaridade mais altas que a dos homens, e a ampliação do mercado de trabalho para as mulheres, o direito à educação e ao trabalho fora do lar, por muito tempo foram negados às mulheres, tornando-as subalternas e dependentes dos homens. Conforme apontado no texto, as mulheres ainda são a maioria ocupando atividades de baixo status social, além da dependência econômica de outra pessoa, que geralmente um homem.

Confirmando a grande influência do dinheiro nos resultados eleitorais, o que transforma a democracia em plutocracia, é evidente que as desigualdades socioeconômicas produzem outras desigualdades, como a exclusão do cenário político.

Direitos historicamente negados às mulheres tem sido um impeditivo para o envolvimento das mulheres nas discussões das questões públicas. O processo contínuo de exclusão não permitiu a entrada de novos atores na esfera política, bem como, a privatização e desigual distribuição de recursos concentrou poder nas mãos de uma elite política, dificultando a entrada das mulheres na cena pública.

Os direitos de igualdade e universalidade prometidos a todos pelo pensamento liberal, não incluíram as mulheres, no entanto, foi direcionada aos homens, a cidadania incompleta das mulheres se constitui como um dos pilares do ideário liberal.

As mulheres apresentam especificidades que não tem como ser deixadas de lado, a adesão aos valores liberais supõe que a conquista da cidadania pelas mulheres seria o apagamento das suas especificidades, por outro lado a especificidade feminina como a maternidade, é um dos fatores de exclusão.

A ampliação da participação das mulheres garante que todos os direitos serão cumpridos? Provavelmente não, porém, como destacou Dahl (2001), tem-se a certeza de que a exclusão garante que os interesses serão gravemente feridos.

As condições para a representação das mulheres se apresentam de forma ambígua, nas quais a conta não bate. De um lado apresenta-se um cenário em que as mulheres não dispõem de tempo livre como os homens, não estão nos mesmos níveis ocupacionais na sociedade, não mantêm a mesma rede de contatos como eles, convivem com o apelo a maternidade e a diferenciação dos papéis destinados a cada sexo. Do outro, para a conquista do sucesso eleitoral tem-se um padrão estabelecido, ocupar cargos de níveis superiores, com grau de escolaridade elevado, ter uma carreira política, ser candidato à reeleição, e o mais importante de todos, possuir recursos financeiros.

Para a participação plena e igualitária das mulheres na vida pública, não basta ampliar as vagas de participação, mas sim, uma mudança na esfera doméstica. Não basta que as mulheres ocupem a esfera pública, mas sim, acessar os direitos que as possibilitem ocupar esse espaço.

Espera-se que, pela inediticidade do trabalho por sua abrangência territorial e temporal, a pesquisa possa se somar as demais, fortalecendo as evidências de desigualdades de gênero, com o intuito de que políticas públicas sejam desenvolvidas para ampliar a participação das mulheres e que possam contribuir para o desenvolvimento humano sustentável. Ainda, que mulheres não sejam privadas de participar das decisões políticas de como querem conduzir as suas vidas, como destacado por Sen (2010), elas desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, destacando a participação e liderança política, econômica e social das mulheres.

RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

No presente estudo, analisou-se a influência do dinheiro sobre a sub-representação das mulheres nas eleições municipais para vereadores nos anos de 2008, 2012 e 2016, nos 441 municípios com mais de 50.000 eleitores. Como objetivo geral, analisou-se os fatores explicativos para a sub-representação feminina na política brasileira.

O trabalho possibilitou ter uma dimensão da sub-representação das mulheres no âmbito subnacional, da influência dos recursos financeiros e ainda, um comparativo entre os ciclos eleitorais, principalmente nas eleições de 2016 com a proibição do financiamento empresarial. Destaca-se que a presente pesquisa vem agregar aos estudos existentes, visto que esse nível federativo é pouco explorado pela literatura nacional (SAMPAIO; FILHO, 2019).

Como sugestão para trabalhos futuros, a pesquisa pode ser continuada realizando as análises com os municípios de porte pequeno, pequeno-médio e médios, o que proporcionaria a observação de todo o conjunto subnacional, e conforme apontaram Carlomagno e Codato (2018) tratar da política em níveis locais é dar maior profundidade aos estudos e análises, visto o foco dos estudos no parlamento nacional.

Além disso, os autores apontam a singularidade das regiões do Brasil, elas apresentam níveis econômicos e sociais muito distintos. Nesse sentido, podem ser continuadas as análises com os municípios acima de 50.000 eleitores, comparando as diferentes regiões brasileiras com base nos resultados da sub-representação eleitoral das mulheres e recursos financeiros investidos em suas campanhas.

Outro fator importante a ser explorado seria o pertencimento étnico-raciais das candidatas. Como a proposta do estudo foi analisar três ciclos eleitorais, e nos anos de 2008 e 2012 não se tinha informações sobre a categoria raça, optou-se por não trabalhar com essa categoria. Entretanto, como demonstrado nos resultados, existem várias barreiras para as mulheres no percurso eleitoral, conforme evidenciado no texto, quando se traz o gênero para o debate as situações tendem a se agravar.

Quando se cruza os dados sobre gênero e raça, a situação é ainda de maior exclusão. Para as mulheres negras as dificuldades são ainda maiores. Não se explorou o número de mulheres negras que não se elegem em comparação às mulheres brancas, mas entende-se a importância de trabalhos futuros que abordem a categoria raça.

A abordagem multiculturalista se preocupa com a diversidade cultural e étnica das sociedades contemporâneas, colocando-a para o debate sobre os limites da democracia e os

mecanismos de reprodução nessas sociedades (BIROLI, 2016) o que seria relevante para os estudos futuros caso haja interesse em explorar apenas o pleito de 2016.

Diante disso, essas abordagens aprofundariam ainda mais o debate sobre a sub-representação das mulheres na política, bem como, a influência dos recursos financeiros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. **Cidadania democrática e inserção política das mulheres**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 9, p. 147, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/06.pdf>>. Acesso em: 21 de outubro de 2019.

ARAÚJO, Clara. **Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política**. Revista de Sociologia e Política, n. 24, p. 193-215, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782005000100013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 de setembro de 2019.

ARAÚJO, Clara; DINIZ ALVES, José Eustáquio. **Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas**. Dados-Revista de Ciências Sociais, v. 50, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S001152582007000300004&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 17/03/2019.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

BAQUERO, Marcelo. **Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; GONÇALVES, Danyelle Nilin. **Presença e ausência de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários**. 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21154>. Acesso em: 24 de março de 2020.

BIROLI, Flávia. **Democracia, diversidade e desigualdades no multiculturalismo**. In: MIGUEL, Luís F. Desigualdades e democracia: o debate da teoria política. 1a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLOGNESI, Bruno. **A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia partidária? Paraná eleitoral: revista de direito eleitoral e ciência política**. vol. 1, n. 2, p. 113-129, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42736>>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

BRASIL. **Código eleitoral** - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2012. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965#4>>. Acesso em: Acesso em: 14 de junho de 2019.

BRASIL. **Tribunal Superior eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-anteriores/estatisticas-eleitorais-2016/eleicoes-2016>>. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Períodos da História Eleitoral**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2012. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-periodos-eleitorais-1372189587538>>. Acesso em: Acesso em: 14 de junho de 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos** / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/704>>. Acesso em: Acesso em: 14 de junho de 2019.

BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. **What happens when a woman wins an election?** Evidence from close races in Brazil. *Journal of Development Economics*, v. 122, p. 28–45, 1 set. 2016. Disponível em: <<https://www.journals.elsevier.com/journal-of-economic-behavior-and-organization/recent-articles>>. Acesso em: 27 de julho de 2018.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. **Como o Candidato alcança seu eleitor?** mensurando estratégias eleitorais por meio dos gastos de Campanha nas eleições 2012. *Revista Teoria & Sociedade*, 2015a. Disponível em: <<http://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/218>>. Acesso em: 27 de julho de 2018.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. **Os descaminhos que não chegam lá:** representação feminina e os não candidatos. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, p. 366-389, 2015b. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/19321>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha; CODATO, Adriano. **Profissão, sexo e dinheiro:** mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira. *Colômbia Internacional*, n. 95, p. 79-107, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n95/0121-5612-rci-95-00079.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

CEPAL. Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe. **Relatórios e estudos**. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/pt>>. Acesso em: 18 de março de 2019.

CERVI, Emerson Urizzi; BORBA, Felipe. **Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico dos seus membros**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 28, p. 65-92, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010333522019000100065&script=sci_arttext>. Acesso em: 29/03/2020.

CODATO, Adriano; CERVI, Emerson; PERISSINOTTO, Renato. **Quem se elege prefeito no Brasil?** Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. Cadernos Adenauer, v. 14, n. 2, p. 61-84, 2013. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=9f955c35-49e0-3e27-b34b-6dc06e6ae4ad&groupId=265553>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2007.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DESCHAMPS, Jacques Paul. **Desenvolvimento e democracia**: uma análise do dinheiro e do sucesso eleitoral nas eleições municipais no Brasil (2008, 2012 e 2016). 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sustentável) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019.

DECLARATION, Beijing. Platform for Action (BPA). In: 4th World Conference on Women. 15th September. 1995. Disponível em: <<https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r)**. 2009. Disponível em:

FREY, Klaus. **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local**. Ambiente & Sociedade, v. 9, n. 2, p. 115-143, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2001000900007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 de abril de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2009.

HANISCH, Carol. **O pessoal é político**. 1969. v. 2 n. 07. Disponível em: <https://resistenciaradfem.wordpress.com/tag/carol-hanisch/>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

HOSMER, David W.; LEMESHOW, Stanley. **Applied Logistic Regression**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1989. 307p.

IBOPE/INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Mulheres na política**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/politica/pesqmulherepol.pdf>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. (2017). **Women in Parliaments**. Disponível em Inter-Parliamentary Union: [http:// https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2017-03/women-in-politics-2017?utm_source=Inter](http://https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2017-03/women-in-politics-2017?utm_source=Inter). Acesso em: 11 de dezembro de 2018.

INSTITUTO ALZIRAS. **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020**. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018. Disponível em: <<http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940 – 2000**. IBGE. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros 2013**. IBGE: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101650>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua 2018: Outras formas de trabalho**. 2019. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101650>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

JHA, Chandan Kumar; SARANGI, Sudipta. **Women and corruption: What positions must they hold to make a difference?** Journal of Economic Behavior & Organization, v. 151, p. 219–233, 1 jul. 2018. Disponível em: <https://www.journals.elsevier.com/journal-of-economic-behavior-and-organization/recent-articles>. Acesso em: 27 de julho de 2018.

JUNCKES, Ivan J. et al. **Poder e democracia: Uma análise da rede de financiamento eleitoral em 2014 no Brasil**. Revista brasileira de Ciências Sociais, vol.34 n.100. São Paulo, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092019000200502&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

JUNCKES, Ivan J. et al. **Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político**. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, v. 6, n. 1, p. 25-47, 2015. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rflagg/article/view/6848>>. Acesso em: 12 de junho de 2018.

MANCUSO, Wagner Pralon. **Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa**. Rev. Sociol. Polít., v. 23, n. 54, p. 155-183. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-44782015000200155&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 08 de junho de 2018.

MANCUSO, Wagner Pralon; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino. **Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 27, p. 9-36, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n27/2178-4884-rbcpol-27-9.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. **Financiamento de campanhas e prestação de contas**. Cadernos Adenauer, v. 15, n. 1, p. 135-150, 2014. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002718139>>. Acesso em: 17 de março de 2019.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Carole Pateman e a crítica feminista do contrato**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 93, p. 1-17, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n93/0102-6909-rbcsoc-3293032017.pdf>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Políticas de gênero e carreiras políticas. Vertentes explicativas**. Estudos feministas, Florianópolis, 18 (3): 336, setembro-dezembro/ 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000300003&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

MIGUEL, Luís Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. **Regional differences and women's relative success at municipal elections in Brazil**. Rev. Estud. Fem., v. 14, n. 2, p. 363-385, 09/2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2006000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 08 de junho de 2018.

MILL, Stuart. **A sujeição das mulheres**. Ed. Escala, São Paulo. 2006. Tradução Debóra Ginza.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ONU. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. 1979. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>. Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências**. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

PATEMAN, Carole. **Críticas feministas a dicotomia público/privado**. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (Ed.). Teoria política feminista: textos centrais. Editora da UFF, 2013.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual (1988)**. Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEIXOTO, Vitor; SILVA, Gabriel Tisse da. **Representação política de mulheres nas eleições municipais de 2016**. In: VEIGA, Luciana Fernandes; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; GIMENES, Éder Rodrigo (Orgs). Comportamento político e opinião pública: estudos sobre Brasil e América Latina. Curitiba: CPOP, 2018. Disponível em: http://ww.academia.edu/36327603/Comportamento_pol%C3%ADtico_e_opini%C3%A3o_p%C3%BAblica_estudos_sobre_Brasil_e_Am%C3%A9rica_Latina. Acesso em: 15 de março de 2020.

PERISSINOTTO, Renato et al. **Quem governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRÍADE, Angel. **Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006**. Dados, v. 52, n. 2, p. 301-333, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200002. Acesso em: 13 de fevereiro de 2020.

PHILLIPS, Anne. **O que há de errado com a democracia liberal?** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, p. 339-363, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200013>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

PINHO, Leda de Oliveira. **Princípio da igualdade:** investigação na perspectiva de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio fabris Ed., 2005.

PRÁ, Jussara Reis. **Cidadania e capital social de gênero na América Latina.** In: BAQUERO, Marcelo. Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. **Financiamento eleitoral e representação política: o peso do dinheiro e o desequilíbrio de gênero nas esferas legislativas.** In: Congresso da ANPOCS, Caxambu. 2010. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st06-7/1379-financiamento-eleitoral-e-representacao-politica-o-peso-do-dinheiro-e-o-desequilibrio-de-genero-nas-esferas-legislativas/file>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. **Dinheiro e sexo na política brasileira:** financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). Mulheres nas eleições de 2010. São Paulo, ABCP, 2012. p. 417-452. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4024>>. Acesso em: 08 de novembro de 2019.

SACCHET, Teresa. **Why gender quotas don't work in Brazil?** The role of the electoral system and political finance. Colombia Internacional, n. 95, p. 25-54, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S012156122018000300025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

SACHET, Teresa et al. **Financiamento de campanhas de homens e mulheres candidatos a deputado estadual e deputado federal nas eleições gerais de 2010 no Brasil.** In: MENEGUELLO, Rachel. et al. Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. Campinas, SP :UNICAMP/CESOP, 2012. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/livros/mulheresenegros.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Editora Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. Cortez, 2007.

SAMPAIO, Daniel.; FIGUEIREDO FILHO, Dalson, B. **Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 88, p. 1-25, 2019. ISSN 2317-6644. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-88/11609-como-o-dinheiro-influencia-as-eleicoes-municipais-no-brasil-uma-revisao-sistemica/file>>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

SARTORI, Giovanni. **O que é democracia**. Tradutora Georgina de Souza Cagneti. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. Revista estudos feministas, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002>>. Acesso em: 15 de março de 2020.

SEN, Amartya, K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Bruno Fernando da. **O que (não) mudará com a proibição do financiamento empresarial às campanhas eleitorais no Brasil**. Curitiba. Newsletter, Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. v. 3, n.12. 2016. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-3-n.-12.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

SILVA, Bruno Fernando da; CERVI, Emerson Urizzi. **Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 23, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-33522017000200075&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

SILVA, Edson Armando et al. Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: **Evidências de Exclusão e Marginalização Política**. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, v. 8, n. 1, p. 251-272, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/9625>>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

SPECK, Bruno Wilhelm. Game over: **duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil**. REB: revista de estudios brasileños, Salamanca, v. 3, n. 4, p. 125-135, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://reb.universia.net/article/view/1834/game->

over-veinte-anos-financiacion-campanas-empresas-privadas-brasil. Acesso em: 08 de junho de 2018.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. **O que faz a diferença?** Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. Cadernos Adenauer, v. 14, n. 2, p. 109-126, 2013. Disponível em: <<https://bdpi.usp.br/item/002479911>>. Acesso em: 21 de março de 2019.

SPECK, Bruno Wilhelm; URIZZI CERVI, Emerson. **Dinheiro, tempo e memória eleitoral:** os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. Dados-Revista de Ciências Sociais, v. 59, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582016000100053&script=sci_abstract&tlng=p>. Acesso em: 21 de março de 2019.

SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa. **Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos:** uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). Mulheres nas eleições de 2010. São Paulo, ABCP, 2012. Associação Brasileira de Ciência Política, 2012. p. 167-206. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4024>>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade:** o sujeito democrático. Edusc, 1998.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy.** Oxford University press on demand, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS COM A RECEITA DE CAMPANHA 2008

TABELA 20 - ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS COM A RECEITA DE CAMPANHA 2008

Variáveis		Quartis de receita 2008								
		1° quartil		2° quartil		3° quartil		4° quartil		p-valor
		N	%	N	%	N	%	N	%	
Sexo										
										<0,01*
Masculino		14376	72,7	14401	72,4	15377	77,4	16564	83,4	
Feminino		5412	27,3	5500	27,6	4498	22,6	3292	16,6	
Grau de Instrução										
										<0.01*
Fundamental		6214	31,4	6002	30,2	4770	24,0	3002	15,1	
Médio		8698	44,0	8337	41,9	7782	39,2	6095	30,7	
Superior		4876	24,6	5562	27,9	7323	36,8	10759	54,2	
Estado civil										
										<0.01*
Solteiro		6442	32,6	5302	26,6	4753	23,9	4144	20,9	
Casado		10781	54,5	11859	59,6	12529	63,0	13099	66,0	
Separado, divorciado, viúvo		2565	13,0	2740	13,8	2593	13,0	2613	13,2	
Ocupação										
										<0.01*
Não especializado		997	5,0	810	4,1	635	3,2	324	1,6	
Especializado fundamental		7854	39,7	7594	38,2	6537	32,9	4755	23,9	
Especializado médio		6290	31,8	6237	31,3	6056	30,5	5037	25,4	
Especializado superior		4647	23,5	5260	26,4	6647	33,4	9740	49,1	
Carreira Política										
										<0.01*
Não político de carreira		19713	99,6	19815	99,6	19560	98,4	17716	89,2	
Político de carreira		75	0,4	86	0,4	315	1,6	2140	10,8	
Incumbente										
										<0.01*
Desafiante		19690	99,5	19768	99,3	19297	97,1	16241	81,8	
Incumbente		98	0,5	133	0,7	578	2,9	3615	18,2	
Resultado da eleição										
										<0.01*
Não eleito		19755	99,8	19717	99,1	19101	96,1	15179	76,4	
Eleito		33	0,2	184	0,9	774	3,9	4677	23,6	
Distribuição dos votos										
										<0.01*
1° quartil		9363	47,3	6569	33,0	3130	15,7	786	4,0	
2° quartil		5561	28,1	6784	34,1	5475	27,5	1958	9,9	
3° quartil		3567	18,0	4960	24,9	6898	34,7	4493	22,6	
4° quartil		1297	6,6	1588	8,0	4372	22,0	12619	63,6	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 2 – ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS COM A RECEITA DE CAMPANHA 2012

TABELA 21 – ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS COM A RECEITA DE CAMPANHA 2012

Quartis de receita Eleições 2012									
Variáveis	1º quartil		2º quartil		3º quartil		4º quartil		p-valor
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Sexo									<0,01*
Masculino	15791	55,7	19175	67,6	21064	74,2	22967	80,9	
Feminino	12568	44,3	9190	32,4	7322	25,8	5411	19,1	
Grau de Instrução									<0,01*
Fundamental	8577	30,2	8344	29,4	6856	24,2	4532	16,0	
Médio	13298	46,9	12606	44,4	11990	42,2	9934	35,0	
Superior	6484	22,9	7415	26,1	9540	33,6	13912	49,0	
Estado civil									<0,01*
Solteiro	10899	38,4	8767	30,9	7808	27,5	6825	24,1	
Casado	13858	48,9	15848	55,9	16830	59,3	18126	63,9	
Separado, divorciado, viúvo	3602	12,7	3750	13,2	3748	13,2	3427	12,1	
Ocupação									<0,01*
Não especializado	2300	8,1	1387	4,9	938	3,3	609	2,1	
Especializado fundamental	10385	36,6	10255	36,2	9159	32,3	6805	24,0	
Especializado médio	9524	33,6	9656	34,0	9293	32,7	8128	28,6	
Especializado superior	6150	21,7	7067	24,9	8996	31,7	12836	45,2	
Carreira Política									<0,01*
Não político de carreira	28310	99,8	28310	99,8	28124	99,1	25835	91,0	
Político de carreira	49	,2%	55	,2%	262	,9%	2543	9,0	
Incumbente									<0,01*
Desafiante	28311	99,8	28297	99,8	27925	98,4	24660	86,9	
Incumbente	48	0,2	68	0,2	461	1,6	3718	13,1	
Resultado da eleição									<0,01*
Não eleito	28321	99,9	28168	99,3	27393	96,5	22182	78,2	
Eleito	38	0,1	197	0,7	993	3,5	6196	21,8	
Distribuição dos votos									<0,01*
1º quartil	14937	52,7	8119	28,6	3855	13,6	1208	4,3	
2º quartil	7437	26,2	10278	36,2	7771	27,4	3036	10,7	
3º quartil	4583	16,2	7621	26,9	10050	35,4	6215	21,9	
4º quartil	1402	4,9	2347	8,3	6710	23,6	17919	63,1	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 3 – ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS COM A RECEITA DE CAMPANHA 2016

TABELA 22 - ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS COM A RECEITA DE CAMPANHA 2016

Variáveis	Quartis de receita 2016								
	1° quartil		2° quartil		3° quartil		4° quartil		
	N	%	N	%	N	%	N	%	p-valor
Sexo									<0,01*
Masculino	18027	58,2	20003	64,3	22313	71,8	25092	80,8	
Feminino	12949	41,8	11105	35,7	8748	28,2	5962	19,2	
Grau de Instrução									<0,01*
Fundamental	9029	29,1	8094	26,0	6689	21,5	4544	14,6	
Médio	14802	47,8	14564	46,8	13634	43,9	11143	35,9	
Superior	7145	23,1	8450	27,2	10738	34,6	15367	49,5	
Estado civil									<0,01*
Solteiro	11939	38,5	11007	35,4	9844	31,7	8052	25,9	
Casado	14943	48,2	15987	51,4	17218	55,4	19515	62,8	
Separado, divorciado, viúvo	4094	13,2	4114	13,2	3999	12,9	3487	11,2	
Ocupação									<0,01*
Não especializado	2248	7,3	1717	5,5	1183	3,8	608	2,0	
Especializado fundamental	11526	37,2	10865	34,9	9706	31,2	7223	23,3	
Especializado médio	10504	33,9	10868	34,9	10489	33,8	9105	29,3	
Especializado superior	6698	21,6	7658	24,6	9683	31,2	14118	45,5	
Carreira Política									<0,01*
Não político de carreira	30917	99,8	31039	99,8	30763	99,0	27648	89,0	
Político de carreira	59	0,2	69	0,2	298	1,0	3406	11,0	
Incumbente									<0,01*
Desafiante	30920	99,8	31014	99,7	30592	98,5	25810	83,1	
Incumbente	56	0,2	94	0,3	469	1,5	5244	16,9	
Resultado da eleição									<0,01*
Não eleito	30933	99,9	30935	99,4	30290	97,5	24476	78,8	
Eleito	43	0,1	173	0,6	771	2,5	6578	21,2	
Distribuição dos votos									<0,01*
1° quartil	14870	48,0	9561	30,7	5087	16,4	1208	3,9	
2° quartil	9127	29,5	10620	34,1	8388	27,0	3050	9,8	
3° quartil	5476	17,7	8307	26,7	10718	34,5	6718	21,6	
4° quartil	1503	4,9	2620	8,4	6868	22,1	20078	64,7	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

**APÊNDICE 4 – ASSOCIAÇÃO ENTRE RESULTADO DA ELEIÇÃO E VARIÁVEIS
QUALITATIVAS 2008**

TABELA 23 – ASSOCIAÇÃO ENTRE RESULTADO DA ELEIÇÃO E VARIÁVEIS QUALITATIVAS 2008

Variáveis	Resultado da eleição 2008				
	Não eleito		Eleito		p-valor
	N	%	N	%	
Sexo					<0,01*
Masculino	55641	75,4	5077	89,60%	
Feminino	18111	24,6	591	10,40%	
Grau de Instrução					<0,01*
Fundamental	19060	25,8	928	16,40%	
Médio	29176	39,6	1736	30,60%	
Superior	25516	34,6	3004	53,00%	
Estado civil					<0,01*
Solteiro	19512	26,5	1129	19,90%	
Casado	44360	60,1	3908	68,90%	
Separado, divorciado, viúvo	9880	13,4	631	11,10%	
Ocupação					<0,01*
Não especializado	2708	3,7	58	1,00%	
Especializado fundamental	25294	34,3	1446	25,50%	
Especializado médio	22195	30,1	1425	25,10%	
Especializado superior	23555	31,9	2739	48,30%	
Carreira Política					<0,01*
Não político de carreira	72506	98,3	4298	75,80%	
Político de carreira	1246	1,7	1370	24,20%	
Incumbente					<0,01*
Desafiante	71707	97,2	3289	58,00%	
Incumbente	2045	2,8	2379	42,00%	
Distribuição da receita					<0,01*
1º quartil	19755	26,80%	33	0,60%	
2º quartil	19717	26,70%	184	3,20%	
3º quartil	19101	25,90%	774	13,70%	
4º quartil	15179	20,60%	4677	82,50%	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 5 – ASSOCIAÇÃO ENTRE RESULTADO DA ELEIÇÃO E VARIÁVEIS QUALITATIVAS 2012

TABELA 24 – ASSOCIAÇÃO ENTRE RESULTADO DA ELEIÇÃO E VARIÁVEIS QUALITATIVAS 2012

Variáveis	Resultado da eleição 2012				P-valor
	Não eleito		Eleito		
	N	%	N	%	
Sexo					<0,01*
Masculino	72344	68,20%	6653	89,60%	
Feminino	33720	31,80%	771	10,40%	
Grau de Instrução					<0,01*
Fundamental	27219	25,70%	1090	14,70%	
Médio	45297	42,70%	2531	34,10%	
Superior	33548	31,60%	3803	51,20%	
Estado civil					<0,01*
Solteiro	32658	30,80%	1641	22,10%	
Casado	59582	56,20%	5080	68,40%	
Separado, divorciado, viúvo	13824	13,00%	703	9,50%	
Ocupação					<0,01*
Não especializado	5146	4,90%	88	1,20%	
Especializado fundamental	34900	32,90%	1704	23,00%	
Especializado médio	34527	32,60%	2074	27,90%	
Especializado superior	31491	29,70%	3558	47,90%	
Carreira Política					<0,01*
Não político de carreira	104856	98,90%	5723	77,10%	
Político de carreira	1208	1,10%	1701	22,90%	
Incumbente					<0,01*
Desafiante	104360	98,40%	4833	65,10%	
Incumbente	1704	1,60%	2591	34,90%	
Distribuição da receita					<0,01*
1º quartil	28321	26,70%	38	0,50%	
2º quartil	28168	26,60%	197	2,70%	
3º quartil	27393	25,80%	993	13,40%	
4º quartil	22182	20,90%	6196	83,50%	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 6 – ASSOCIAÇÃO ENTRE RESULTADO DA ELEIÇÃO E VARIÁVEIS QUALITATIVAS 2016

TABELA 25 – ASSOCIAÇÃO ENTRE RESULTADO DA ELEIÇÃO E VARIÁVEIS QUALITATIVAS 2016

TABELA 25 - ASSOCIAÇÃO ENTRE RESULTADO DA ELEIÇÃO E VARIÁVEIS QUANTITATIVAS 2016					
Variáveis	Resultado da eleição 2016				
	Não eleito		Eleito		P-valor
	N	%	N	%	
Sexo					<0,01*
Masculino	78700	67,50%	6735	89,00%	
Feminino	37934	32,50%	830	11,00%	
Grau de Instrução					<0,01*
Fundamental	27340	23,40%	1016	13,40%	
Médio	51542	44,20%	2601	34,40%	
Superior	37752	32,40%	3948	52,20%	
Estado civil					<0,01*
Solteiro	39090	33,50%	1752	23,20%	
Casado	62486	53,60%	5177	68,40%	
Separado, divorciado, viúvo	15058	12,90%	636	8,40%	
Ocupação					<0,01*
Não especializado	5670	4,90%	86	1,10%	
Especializado fundamental	37712	32,30%	1608	21,30%	
Especializado médio	38794	33,30%	2172	28,70%	
Especializado superior	34458	29,50%	3699	48,90%	
Carreira Política					<0,01*
Não político de carreira	114857	98,50%	5510	72,80%	
Político de carreira	1777	1,50%	2055	27,20%	
Incumbente					<0,01*
Desafiante	113997	97,70%	4339	57,40%	
Incumbente	2637	2,30%	3226	42,60%	
Distribuição da receita					<0,01*
1º quartil	30933	99,86%	43	0,14%	
2º quartil	30935	99,44%	173	0,56%	
3º quartil	30290	97,52%	771	2,48%	
4º quartil	24497	78,82%	6578	21,18%	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

**APÊNDICE 7 – DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS
CANDIDATOS NA RECEITA DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2008 (VALORES
RELATIVOS)**

**TABELA 26 – DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NA RECEITA DO
MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2008 (VALORES RELATIVOS)**

Participação do candidato na receita do município	Ano 2008			
	Média	Mediana	dp	P- valor
Sexo				
Masculino	0,00606	0,0017	0,01215	<0,01*
Feminino	0,00391	0,001	0,00944	
Estado civil				
Solteiro	0,00446	0,001	0,01072	<0,01*
Casado	0,00609	0,0018	0,01197	
Separado, divorciado, viúvo	0,00524	0,0014	0,01143	
Grau de instrução				
Analfabeto ou até o fund. completo	0,0039	0,0011	0,00873	<0,01*
Médio	0,00454	0,0012	0,0102	
Superior	0,00781	0,0024	0,01417	
Ocupação				
Não especializado	0,00269	0,0008	0,00628	<0,01*
Especializado fundamental	0,00453	0,0012	0,01033	
Especializado médio	0,00476	0,0013	0,0103	
Especializado Superior	0,00761	0,0023	0,01387	
Carreira política				
Não político de carreira	0,00496	0,0014	0,01066	<0,01*
Político de carreira	0,02307	0,01715	0,02087	
Incumbente				
Desafiante	0,00439	0,0013	0,00951	<0,01*
Incumbente	0,02533	0,0192	0,02174	
Resultado da eleição				
Não eleito	0,00395	0,0012	0,00796	<0,01*
Eleito	0,02644	0,0192	0,02436	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de Wilcoxon.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 8 – DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NA RECEITA DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2012 (VALORES RELATIVOS)

TABELA 27 - DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NA RECEITA DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2012 (VALORES RELATIVOS)

Participação do candidato na receita do município	Ano 2012			
	Média	Mediana	dp	p-valor
Sexo				
Masculino	0,00461	0,0013	0,00966	<0,01*
Feminino	0,00223	0,0005	0,00624	
Estado civil				
Solteiro	0,00305	0,0006	0,00822	<0,01*
Casado	0,00441	0,0012	0,00919	
Separado, divorciado, viúvo	0,00354	0,0009	0,00846	
Grau de instrução				
Analfabeto ou até o fund. completo	0,00257	0,0007	0,00592	<0,01*
Médio	0,0032	0,0008	0,00768	
Superior	0,00576	0,0016	0,01138	
Ocupação				
Não especializado	0,00156	0,0003	0,00441	<0,01*
Especializado fundamental	0,00297	0,0008	0,00702	
Especializado médio	0,00341	0,0009	0,00803	
Especializado Superior	0,00569	0,0016	0,01122	
Carreira política				
Não político de carreira	0,00346	0,0009	0,00799	<0,01*
Político de carreira	0,02011	0,0152	0,01857	
Incumbente				
Desafiante	0,0032	0,0009	0,00739	<0,01*
Incumbente	0,02136	0,0162	0,01888	
Resultado da eleição				
Não eleito	0,00273	0,0008	0,00594	<0,01*
Eleito	0,0204	0,0148	0,01991	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de Wilcoxon.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 9 – DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NA RECEITA DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2016 (VALORES RELATIVOS)

TABELA 28 - DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NA RECEITA DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2012 (VALORES RELATIVOS)

Participação do candidato na receita do município	Ano 2016			
	Média	Mediana	dp	p-valor
Sexo				
Masculino	0,00419	0,0013	0,00795	<0,01*
Feminino	0,00214	0,0006	0,00521	
Estado civil				
Solteiro	0,00276	0,0008	0,00617	<0,01*
Casado	0,00412	0,0012	0,0079	
Separado, divorciado, viúvo	0,00313	0,0008	0,00685	
Grau de instrução				
Analfabeto ou até o fund. completo	0,00254	0,0008	0,00535	<0,01*
Médio	0,0029	0,0009	0,00615	
Superior	0,00508	0,0015	0,00923	
Ocupação				
Não especializado	0,00158	0,0005	0,00388	<0,01*
Especializado fundamental	0,00273	0,0008	0,00569	
Especializado médio	0,00312	0,0009	0,00644	
Especializado Superior	0,00516	0,0015	0,00936	
Carreira política				
Não político de carreira	0,0031	0,0009	0,00645	<0,01*
Político de carreira	0,01765	0,0139	0,01413	
Incumbente				
Desafiante	0,00278	0,0009	0,00565	<0,01*
Incumbente	0,01914	0,0156	0,01484	
Resultado da eleição				
Não eleito	0,00259	0,0009	0,0051	<0,01*
Eleito	0,0184	0,0143	0,01526	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de Wilcoxon.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

**APÊNDICE 10 – DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS
CANDIDATOS NOS VOTOS DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2008 (VALORES
RELATIVOS)**

**TABELA 29 - DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NOS VOTOS DO
MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2008 (VALORES RELATIVOS)**

Participação do candidato nos votos do município	Ano 2008			
	Média	Mediana	dp	p- valor
Sexo				
Masculino	0,00624	0,0028	0,00864	<0,01*
Feminino	0,00332	0,0012	0,00628	
Estado civil				
Solteiro	0,00446	0,0016	0,0075	<0,01*
Casado	0,00621	0,0028	0,00859	
Separado, divorciado, viúvo	0,00467	0,0016	0,00766	
Grau de instrução				
Analfabeto ou até o fund. completo	0,0048	0,002	0,00728	<0,01*
Médio	0,00499	0,002	0,00764	
Superior	0,00668	0,0029	0,0093	
Ocupação				
Não especializado	0,00298	0,0011	0,00511	<0,01*
Especializado fundamental	0,00517	0,0021	0,00778	
Especializado médio	0,00507	0,002	0,00768	
Especializado Superior	0,00663	0,0029	0,00924	
Carreira política				
Não político de carreira	0,00505	0,0021	0,00759	<0,01*
Político de carreira	0,02009	0,018	0,01219	
Incumbente				
Desafiante	0,0046	0,002	0,00683	<0,01*
Incumbente	0,02169	0,0196	0,01231	
Resultado da eleição				
Não eleito	0,00401	0,002	0,00516	<0,01*
Eleito	0,02555	0,0236	0,01318	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de Wilcoxon.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

**APÊNDICE 11 – DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS
CANDIDATOS NOS VOTOS DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2012 (VALORES
RELATIVOS)**

**TABELA 30 - DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NOS VOTOS DO
MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2012 (VALORES RELATIVOS)**

Participação do candidato nos votos do município	Ano 2012			
	Média	Mediana	dp	P- valor
Sexo				
Masculino	0,00476	0,002	0,0069	<0,01*
Feminino	0,00188	0,0005	0,00429	
Estado civil				
Solteiro	0,00308	0,001	0,00583	<0,01*
Casado	0,00448	0,0018	0,00671	
Separado, divorciado, viúvo	0,00311	0,001	0,00563	
Grau de instrução				
Analfabeto ou até o fund. completo	0,00308	0,0012	0,00525	<0,01*
Médio	0,00348	0,0012	0,00588	
Superior	0,00502	0,002	0,00747	
Ocupação				
Não especializado	0,00158	0,0004	0,00348	<0,01*
Especializado fundamental	0,00341	0,0013	0,0057	
Especializado médio	0,00361	0,0013	0,00598	
Especializado Superior	0,00501	0,002	0,00746	
Carreira política				
Não político de carreira	0,00352	0,0013	0,00577	<0,01*
Político de carreira	0,01779	0,0158	0,01065	
Incumbente				
Desafiante	0,00329	0,0013	0,00531	<0,01*
Incumbente	0,01893	0,0168	0,01081	
Resultado da eleição				
Não eleito	0,00271	0,0012	0,0038	<0,01*
Eleito	0,02071	0,0188	0,01045	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de Wilcoxon.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

**APÊNDICE 12 – DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS
CANDIDATOS NOS VOTOS DO MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2016 (VALORES
RELATIVOS)**

**TABELA 31 - DESCRIÇÃO E COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NOS VOTOS DO
MUNICÍPIO ELEIÇÕES 2016 (VALORES RELATIVOS)**

Participação do candidato nos votos do município	Ano			p- valor
	Média	Mediana	dp	
Sexo				
Masculino	0,00437	0,0019	0,0063	<0,01*
Feminino	0,00175	0,0005	0,004	
Estado civil				
Solteiro	0,00281	0,0009	0,00519	<0,01*
Casado	0,00417	0,0017	0,00619	
Separado, divorciado, viúvo	0,00278	0,0009	0,00532	
Grau de instrução				
Analfabeto ou até o fund. completo	0,00277	0,001	0,00485	<0,01*
Médio	0,00313	0,0011	0,00527	
Superior	0,00462	0,0019	0,00684	
Ocupação				
Não especializado	0,00145	0,0004	0,00332	<0,01*
Especializado fundamental	0,00299	0,0011	0,00501	
Especializado médio	0,00331	0,0012	0,00548	
Especializado Superior	0,0047	0,0019	0,00692	
Carreira política				
Não político de carreira	0,00317	0,0012	0,00524	<0,01*
Político de carreira	0,01561	0,014	0,00912	
Incumbente				
Desafiante	0,0029	0,0012	0,0047	<0,01*
Incumbente	0,01664	0,0149	0,00947	
Resultado da eleição				
Não eleito	0,00252	0,0011	0,00351	<0,01*
Eleito	0,01943	0,0177	0,00978	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste de Wilcoxon.**apresentou diferença estatisticamente significativa (p-valor<0,05) no teste de comparação multipla Kruskal Wallis.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 13 – GRAU DE INSTRUÇÃO ELEITOS (AS) QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

TABELA 32 – GRAU DE INSTRUÇÃO ELEITOS (AS) QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

		Descrição Grau de Instrução Agregado					
Ano	Sexo		Fundamental	Médio	Superior	Total	p-valor
2008	Feminino	N	28	98	392	518	<.001*
		%	5.4	18.9	75.7		
	Masculino	N	621	1258	2280	4159	
		%	14.9	30.2	54.8		
	Total	N	649	1356	2672	4677	
		%	13.9	29.0	57.1		
2012	Feminino	N	32	143	489	664	<.001*
		%	4.8	21.5	73.6		
	Masculino	N	763	1871	2898	5532	
		%	13.8	33.8	52.4		
	Total	N	795	2014	3387	6196	
		%	12.8	32.5	54.7		
2016	Feminino	N	44	148	526	718	<.001*
		%	6.1	20.6	73.3		
	Masculino	N	759	2060	3041	5860	
		%	13.0	35.2	51.9		
	Total	N	803	2208	3567	6578	
		%	12.2	33.6	54.2		

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 14 – OCUPAÇÃO AGREGADA ELEITOS (AS) QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

TABELA 33 – OCUPAÇÃO AGREGADA ELEITOS (AS) QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

		Descrição da Ocupação Agregada					p-valor
Sexo		Especializado Fundamental	Especializado Médio	Especializado Superior	Não Especializado	Total	
2008	Feminino	N	43	86	375	14	518
		%	8.3	16.6	72.4	2.7	
	Masculino	N	1023	1047	2061	28	4159
		%	24.6	25.2	49.6	0.7	
	Total	N	1066	1133	2436	42	4677
		%	22.8	24.2	52.1	0.9	
2012	Feminino	N	56	113	471	24	664
		%	8.4	17.0	70.9	3.6	
	Masculino	N	1223	1570	2699	40	5532
		%	22.1	28.4	48.8	0.7	
	Total	N	1279	1683	3170	64	6196
		%	20.6	27.2	51.2	1.0	
2016	Feminino	N	70	128	496	24	718
		%	9.7	17.8	69.1	3.3	
	Masculino	N	1236	1735	2849	40	5860
		%	21.1	29.6	48.6	0.7	
	Total	N	1306	1863	3345	64	6578
		%	19.9	28.3	50.9	1.0	

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 15 – DESCRIÇÃO CARREIRA POLÍTICA ELEITOS (AS) QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

TABELA 34 – DESCRIÇÃO CARREIRA POLÍTICA ELEITOS (AS) QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

Ano	Sexo	Descrição Carreira Política			Total	p-valor
		Não Político de Carreira		Político de Carreira		
2008	Feminino	N	381	137	518	0.935
		%	73.6	26.4		
	Masculino	N	3052	1107	4159	
		%	73.4	26.6		
	Total	N	3433	1244	4677	
		%	73.4	26.6		
2012	Feminino	N	507	157	664	0.184
		%	76.4	23.6		
	Masculino	N	4092	1440	5532	
		%	74.0	26.0		
	Total	N	4599	1597	6196	
		%	74.2	25.8		
2016	Feminino	N	535	183	718	<0.01*
		%	74.5	25.5		
	Masculino	N	4085	1775	5860	
		%	69.7	30.3		
	Total	N	4620	1958	6578	
		%	70.2	29.8		

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 16 – DESCRIÇÃO DESAFIANTES X INCUMBENTES ELEITOS QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

TABELA 35 – DESCRIÇÃO DESAFIANTES X INCUMBENTES ELEITOS QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

Ano	Sexo		DESAFIANTE	INCUMBENTE	Total	p-valor
2008	Feminino	N	300	218	518	0.061
		%	57.9	42.1		
	Masculino	N	2228	1931	4159	
		%	53.6	46.4		
	Total	N	2528	2149	4677	
		%	54.1	45.9		
2012	Feminino	N	430	234	664	0.066
		%	64.8	35.2		
	Masculino	N	3379	2153	5532	
		%	61.1	38.9		
	Total	N	3809	2387	6196	
		%	61.5	38.5		
2016	Feminino	N	420	298	718	0.007*
		%	58.5	41.5		
	Masculino	N	3114	2746	5860	
		%	53.1	46.9		
	Total	N	3534	3044	6578	
		%	53.7	46.3		

Apresenta significância estatística (p-valor<0,05) no teste qui-quadrado de associação.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 17 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA UNIVARIADA DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2008

TABELA 36– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA UNIVARIADA DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2008

Variável dependente: resultado da eleição 2008					
Variáveis independentes	Coef.	odds	p-valor ^a	I.C	
Sexo					
Masculino	1				
Feminino	-0,514	0,59	<0,01*	0,573	0,625
Grau de Instrução					
Fundamental	1				
Médio	0,201	1,22	<0,01*	1,126	1,326
Superior	0,883	2,42	<0,01*	2,241	2,609
Estado civil					
Solteiro	1				
Casados	0,42	1,52	<0,01*	1,422	1,63
Separado, divorciado, viúvo	0,099	1,1	0,054	0,998	1,22
Ocupação					
Não especializado	1				
Especializado fundamental	0,982	2,67	<0,01*	2,047	3,481
Especializado médio	1,098	2,99	<0,01*	2,299	3,909
Especializado superior	1,692	5,43	<0,01*	4,173	7,063
Carreira política					
Não político de carreira	1				
Político de carreira	2,92	18,55	<0,01*	17,077	20,147
Incumbente					
Desafiante	1				
Incumbente	3,233	25,36	<0,01*	23,68	27,166
Distribuição de receita					
1° quartil	1				
2° quartil	1,72	5,58	<0,01*	3,855	8,096
3° quartil	3,189	24,25	<0,01*	17,11	34,39
4° quartil	5,217	184,45	<0,01*	130,89	259,93

Coef. Coeficiente da regressão, Odds fator pelo qual a chance varia, I.C intervalo de confiança de 95% do ODDS, *apresenta significância estatística (p-valor<0,05), p-valor^a análise de validação dos coeficientes, p-valor^b análise de validação do modelo de regressão.

APÊNDICE 18– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA UNIVARIADA DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2012

TABELA 37– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA UNIVARIADA DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2012

Variável dependente: resultado da eleição 2012					
Variáveis independentes	Coef.	odds	p-valor ^a	I.C	
Sexo					
Masculino	1				
Feminino	-0,69	0,49	<0,01*	0,48	0,51
Grau de Instrução					
Fundamental	1				
Médio	0,33	1,39	<0,01*	0,26	0,4
Superior	1,04	2,83	<0,01*	0,97	1,1
Estado civil					
Solteiro	1				
Casados	0,52	1,69	<0,01*	0,47	0,58
Separado, divorciado, viúvo	0,01	1,01	0,795	0,07	0,1
Ocupação					
Não especializado	1				
Especializado fundamental	1,04	2,85	<0,01*	0,83	1,26
Especializado médio	1,25	3,51	<0,01*	0,04	1,47
Especializado superior	1,88	6,6	<0,01*	0,67	2,1
Carreira política					
Não político de carreira	1				
Político de carreira	3,25	25,79	<0,01*	3,17	3,32
Incumbente					
Desafiante	1				
Incumbente	3,49	32,83	<0,01*	3,42	3,55
Distribuição de receita					
1° quartil	1				
2° quartil	1,65	5,21	<0,01*	1,3	1,99
3° quartil	3,29	27,01	<0,01*	2,97	3,62
4° quartil	5,33	208,18	<0,01*	5,01	5,65

Coef. Coeficiente da regressão, Odds fator pelo qual a chance varia, I.C intervalo de confiança de 95% do ODDS, *apresenta significância estatística (p-valor<0,05), p-valor^a análise de validação dos coeficientes, p-valor^b análise de validação do modelo de regressão.

APÊNDICE 19– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA UNIVARIADA DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2016

TABELA 38– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA UNIVARIADA DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2016

Variável dependente: resultado da eleição 2016					
Variáveis independentes	Coef.	odds	p-valor ^a	I.C	
Sexo					
Masculino	1				
Feminino	-1,36	0,5	<0,01*	-0,71	-0,64
Grau de Instrução					
Fundamental	1				
Médio	0,3	1,35	<0,01*	0,23	0,37
Superior	1,03	2,81	<0,01*	0,96	1,1
Estado civil					
Solteiro	1				
Casados	0,61	1,84	<0,01*	0,55	0,67
Separado, divorciado, viúvo	-0,05	0,94	0,209	-0,15	0,03
Ocupação					
Não especializado	1				
Especializado fundamental	1,03	2,81	<0,01*	0,81	1,25
Especializado médio	1,3	3,69	<0,01*	1,08	1,52
Especializado superior	1,95	7,07	<0,01*	1,74	2,17
Carreira política					
Não político de carreira	1				
Político de carreira	3,18	24,1	<0,01*	3,11	3,25
Incumbente					
Desafiante	1				
Incumbente	3,47	32,14	<0,01*	3,41	3,52
Distribuição de receita					
1° quartil	1				
2° quartil	1,39	4,02	<0,01*	1,05	1,72
3° quartil	2,9	18,31	<0,01*	2,59	3,21
4° quartil	5,26	193,33	<0,01*	4,96	4,96

Coef. Coeficiente da regressão, Odds fator pelo qual a chance varia, I.C intervalo de confiança de 95% do ODDS, *apresenta significância estatística (p-valor<0,05), p-valor^a análise de validação dos coeficientes, p-valor^b análise de validação do modelo de regressão.

**APÊNDICE 20 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA AJUSTADO DAS
VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2008**

**TABELA 39– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA AJUSTADO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS
EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2008**

Variável dependente: resultado da eleição 2008					
Variáveis independentes	Coef.	odds	p-valor ^a	I.C	
Sexo					
Masculino	1				
Feminino	-0,637	0,529	<0,01*	0,479	0,584
Grau de Instrução					
Fundamental	1				
Médio	0,14	1,15	0,014	1,029	1,285
Superior	0,276	1,318	<0,01*	1,16	1,496
Estado civil					
Solteiro	1				
Casados	-0,053	0,949	0,194	0,877	1,027
Separado, divorciado, viúvo	-0,231	0,794	<0,01*	0,707	0,892
Ocupação					
Não especializado	1				
Especializado fundamental	0,293	1,34	0,046	1,005	1,787
Especializado médio	0,094	1,099	0,524	0,822	1,468
Especializado superior	0,179	1,196	0,232	0,892	1,604
Carreira política					
Não político de carreira	1				
Político de carreira	0,255	1,29	<0,01*	1,143	1,457
Incumbente					
Desafiante	1				
Incumbente	2,059	7,842	<0,01*	7,113	8,646
Distribuição de receita					
1° quartil	1				
2° quartil	1,709	5,525	<0,01*	3,811	8,01
3° quartil	3,017	20,429	<0,01*	14,402	28,979
4° quartil	4,616	101,08	<0,01*	71,614	142,692

Coef. Coeficiente da regressão, Odds fator pelo qual a chance varia, I.C intervalo de confiança de 95% do ODDS, *apresenta significância estatística (p-valor<0,05), p-valor^a análise de validação dos coeficientes.

**APÊNDICE 21 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA AJUSTADO DAS
VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2012**

**TABELA 40– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA AJUSTADO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS
EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2012**

EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2012

Variável dependente: resultado da eleição 2012					
Variáveis independentes	Coef.	odds	p-valor ^a	I.C	
Sexo					
Masculino	1				
Feminino	-0,41	0,66	<0,01*	-0,44	-0,36
Grau de Instrução					
Fundamental	1				
Médio	0,24	1,28	<0,01*	0,15	0,34
Superior	0,37	1,45	<0,01*	0,26	0,49
Estado civil					
Solteiro	1				
Casados	0,05	1,06	<0,01*	-0,01	0,12
Separado, divorciado, viúvo	-0,21	0,8	<0,01*	-0,31	-0,11
Ocupação					
Não especializado	1				
Especializado fundamental	0,19	1,21	0,09	-0,03	0,43
Especializado médio	0,07	1,07	0,55	-0,16	0,3
Especializado superior	0,18	1,2	0,123	-0,05	0,42
Carreira política					
Não político de carreira	1				
Político de carreira	0,29	1,34	<0,01*	0,17	0,42
Incumbente					
Desafiante	1				
Incumbente	2,15	8,67	<0,01*	2,05	2,26
Distribuição de receita					
1º quartil	1				
2º quartil	1,55	4,71	<0,01*	1,2	1,89
3º quartil	3,03	20,74	<0,01*	2,7	3,35
4º quartil	4,67	106,79	<0,01*	4,35	4,99

Coef. Coeficiente da regressão, Odds fator pelo qual a chance varia, I.C intervalo de confiança de 95% do ODDS,
*apresenta significância estatística (p-valor<0,05), p-valor^a análise de validação dos coeficientes.

APÊNDICE 22 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA AJUSTADO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2016

TABELA 41– ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA AJUSTADO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA ELEIÇÃO 2016

Variável dependente: resultado da eleição 2016					
Variáveis independentes	Coef.	odds	p-valor ^a	I.C	
Sexo					
Masculino	1				
Feminino	-0,7	0,49	<0,01*	-0,79	-0,62
Grau de Instrução					
Fundamental	1				
Médio	0,16	1,11	0,01	0,01	0,19
Superior	0,29	1,41	<0,01*	0,26	0,42
Estado civil					
Solteiro	1				
Casados	0,1	1,1	<0,01*	0,03	0,16
Separado, divorciado, viúvo	-0,29	0,74	<0,01*	-0,39	-0,18
Carreira política					
Não político de carreira	1				
Político de carreira	0,23	1,26	<0,01*	0,13	0,34
Incumbente					
Desafiante	1				
Incumbente	2,06	7,89	<0,01*	1,97	2,15
Distribuição de receita					
1° quartil	1				
2° quartil	1,32	3,76	<0,01*	0,99	1,66
3° quartil	2,68	14,69	<0,01*	2,37	2,99
4° quartil	4,51	91,34	<0,01*	4,21	4,81

Coef. Coeficiente da regressão, Odds fator pelo qual a chance varia, I.C intervalo de confiança de 95% do ODDS, *apresenta significância estatística (p-valor<0,05), p-valor^a análise de validação dos coeficientes.

**APÊNDICE 23 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A
QUANTIDADE DE VOTOS DOS CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2008**

**TABELA 42 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE
VOTOS DOS CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2008**

Variável dependente: quantidade de votos 2008				
Variáveis independentes	Coeficiente ^b	p-valor ^a	R ² (%)	p -valor ^b
Sexo			0,80%	<0,01*
Masculino	1			
Feminino	-178,793	<0,01*		
Idade	5.218	<0,01*	0,10%	<0,01*
Receita	0,028	<0,01*	55%	<0,01*
Grau de Instrução			1,73%	<0,01*
Fundamental	1			
Médio	979.813	<0,01*		
Superior	514.433	<0,01*		
Estado civil			0,24%	<0,01*
Solteiro	1			
Casado	183,63	<0,01*		
Separado, divorciado, viúvo	59,57	<0,01*		
Ocupação			1,59%	<0,01*
Não especializado	1			
Especializado fundamental	158,83	<0,01*		
Especializado médio	232,97	<0,01*		
Especializado superior	624,89	<0,01*		
Incumbente			9,20%	<0,01*
Desafiante	1			
Incumbente	2227,92	<0,01*		
Político de carreira			7,36%	<0,01*
Não político de carreira	1			
Político de carreira	2560,07	<0,01*		

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente ^b coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão bruta (simples), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor ^b refere-se a significância da regressão, teste F.
FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 24 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS DOS CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2012

TABELA 43 - ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS DOS CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2012

Variável dependente: quantidade de votos - 2012				
Variáveis independentes	Coefficiente ^b	p-valor ^a	R ² (%)	p-valor ^b
Sexo			1,21%	<0,01*
Masculino	1			
Feminino	-183,71	<0,01*		
Idade	4,52	<0,01*	0,10%	<0,01*
Receita	0,02	<0,01*	56%	<0,01*
Grau de Instrução			1,52%	<0,01*
Fundamental	1			
Médio	77,42	<0,01*		
Superior	445,95	<0,01*		
Estado civil			0,33%	<0,01*
Solteiro	1			
Casado	191,45	<0,01*		
Separado, divorciado, viúvo	52,49	<0,01*		
Ocupação			1,44%	<0,01*
Não especializado	1			
Especializado fundamental	145,06	<0,01*		
Especializado médio	211,43	<0,01*		
Especializado superior	553,26	<0,01*		
Incumbente			8.17%	<0,01*
Desafiante	1			
Incumbente	2300	<0,01*		
Político de carreira			6,98%	<0,01*
Não político de carreira	1			
Político de carreira	2567,1	<0,01*		

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente ^b coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão bruta (simples), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor ^b refere-se a significância da regressão, teste F.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 25 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS DOS CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2016

TABELA 44- ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS DOS CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2016

2016	Variável dependente: quantidade de votos			
Variáveis independentes	Coefficiente ^b	p-valor ^a	R ² (%)	p-valor ^b
Sexo			0,89%	<0,01*
Masculino	1			
Feminino	-355,47	<0,01*		
Idade	3,27	<0,01*	0,06%	<0,01*
Receita	0,05	<0,01*	38,35%	<0,01*
Grau de Instrução			1,27%	<0,01*
Fundamental	1			
Médio	85,49	<0,01*		
Superior	442,04	<0,01*		
Estado civil			0,23%	<0,01*
Solteiro	1			
Casado	168,44	<0,01*		
Separado, divorciado, viúvo	37,34	0,01		
Ocupação			1,26%	<0,01*
Não especializado	1			
Especializado fundamental	130,96	<0,01*		
Especializado médio	203,31	<0,01*		
Especializado superior	544,43	<0,01*		
Incumbente			6,24%	<0,01*
Desafiante	1			
Incumbente	1937,15	<0,01*		
Político de carreira			4,69%	<0,01*
Não político de carreira	1			
Político de carreira	2058,1	<0,01*		

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente ^b coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão bruta (simples), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor ^b refere-se a significância da regressão, teste F.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 26 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA AS RECEITAS DOS CANDIDATOS 2008

TABELA 45– ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA AS RECEITAS DOS CANDIDATOS 2008

Variáveis independentes	Variável dependente: receita 2008			
	Coefficiente ^b	p valor ^a	R ² (%)	p-valor ^b
Sexo			0,20%	<0,01*
Masculino	1			
Feminino	-2292,92	<0,01*		
Idade	116,52	<0,01*	0,08%	<0,01*
Grau de Instrução			1,81%	<0,01*
Fundamental	1			
Médio	1980,07	<0,01*		
Superior	13235,1	<0,01*		
Estado civil			0,09%	<0,01*
Solteiro	1			
Casado	2937,03	<0,01*		
Separado, divorciado, viúvo	2547,05	<0,01*		
Ocupação			1,54%	<0,01*
Não especializado	1			
Especializado fundamental	2367,33	<0,01*		
Especializado médio	3996,34	<0,01*		
Especializado superior	14245,17	<0,01*		
Incumbente			5,94%	<0,01*
Desafiante	1			
Incumbente	45979,2	<0,01*		
Político de carreira			4,81%	<0,01*
Não político de carreira	1			
Político de carreira	53193,62	<0,01*		

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente ^b coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão bruta (simples), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor ^b refere-se a significância da regressão.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 27 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA AS RECEITAS DOS CANDIDATOS 2012

TABELA 46– ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA AS RECEITAS DOS CANDIDATOS 2012

Variáveis independentes	Variável dependente: receita 2012			
	Coefficiente ^b	p-valor ^a	R ² (%)	p-valor ^b
Sexo			0,35%	<0,01*
Masculino	1			
Feminino	-3557,86	<0,01*		
Idade	110,89	<0,01*	0,05%	<0,01*
Grau de Instrução			1,40%	<0,01*
Fundamental	1			
Médio	2016,23	<0,01*		
Superior	14981,26	<0,01*		
Estado civil			0,13%	<0,01*
Solteiro	1			
Casado	4385,91	<0,01*		
Separado, divorciado, viúvo	2795,69	<0,01*		
Ocupação			1,29%	<0,01*
Não especializado	1			
Especializado fundamental	2291,35	<0,01*		
Especializado médio	4152,81	<0,01*		
Especializado superior	16360,69	<0,01*		
Incumbente			4,58%	<0,01*
Desafiante	1			
Incumbente	61656,26			
Político de carreira			4,37%	<0,01*
Não político de carreira	1			
Político de carreira	72685,91	<0,01*		

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente ^b coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão bruta (simples), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor ^b refere-se a significância da regressão.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 28 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA AS RECEITAS DOS CANDIDATOS 2016

TABELA 47 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA AS RECEITAS DOS CANDIDATOS 2016

Variáveis independentes	Variável dependente: receita 2016			
	Coeficiente ^b	p-valor ^a	R ² (%)	p-valor ^b
Sexo			0,68%	<0,01*
Masculino	1			
Feminino	-3503,27	<0,01*		
Idade	45,66	<0,01*	0,07%	<0,01*
Grau de Instrução			2,06%	<0,01*
Fundamental	1			
Médio	932,83	<0,01*		
Superior	6529,34	<0,01*		
Estado civil			0,29%	<0,01*
Solteiro	1			
Casado	2275,12	<0,01*		
Separado, divorciado, viúvo	846,92	<0,01*		
Ocupação			2,00%	<0,01*
Não especializado	1			
Especializado fundamental	1450,07	<0,01*		
Especializado médio	2282,22	<0,01*		
Especializado superior	7664,51	<0,01*		
Incumbente			9,68%	<0,01*
Desafiante	1			
Incumbente	28783,44	<0,01*		
Político de carreira			7,42%	<0,01*
Não político de carreira	1			
Político de carreira	30909,71	<0,01*		

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente ^b coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão bruta (simples), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor ^b refere-se a significância da regressão.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 29 – MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLO PARA A RECEITA DOS CANDIDATOS ELEIÇÕES 2008

TABELA 48– MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLO PARA A RECEITA DOS CANDIDATOS ELEIÇÕES 2008

Variáveis independentes	Coefficiente ^b	p-valor ^a	R ² (%)	p-valor ^b
			8,01%	<0,01*
Sexo				
Masculino	1			
Feminino	-1846,9	<0,01*		
Idade	49,2	<0,01*		
Escolaridade				
Analfabeto ou até o fundamental completo	1			
Ensino médio	2205,3	<0,01*		
Ensino superior	12168,4	<0,01*		
Estado civil				
Solteiro	1			
Casado	757,5	0,04*		
Separado, divorciado, viúvo	1059,4	0,04*		
Incumbente				
Desafiante	1			
Incumbente	29936	<0,01*		
Político de carreira				
Não político de carreira	1			
Político de carreira	25261,3	<0,01*		
Constante	4992,5	<0,01*		

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente ^A coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão ajustada (múltipla), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor ^b refere-se a significância da regressão. Modelo controlado para ocupação, fator de confusão do modelo.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 30 – MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLO PARA A RECEITA DOS CANDIDATOS ELEIÇÕES 2012

TABELA 49– MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLO PARA A RECEITA DOS CANDIDATOS 2012

Variáveis independentes	Coefficiente ^b	p -valor ^a	R ² (%)	p-valor ^b
			6,53%	<0,01*
Sexo				
Masculino	1			
Feminino	-2271,31	<0,01*		
Idade	21,55	0,175		
Grau de Instrução				
Fundamental	1			
Médio	1940,95	<0,01*		
Superior	9716,71	<0,01*		
Estado civil				
Solteiro	1			
Casado	1941,98	<0,01*		
Separado, divorciado, viúvo	1961,74	<0,01*		
Ocupação				
Não especializado	1			
Especializado fundamental	-1742,88	0,03*		
Especializado médio	-1676,87	0,04*		
Especializado superior	3346,9	<0,01*		
Incumbente				
Desafiante	1			
Incumbente	33270,19	<0,01*		
Político de carreira				
Não político de carreira	1			
Político de carreira	39624,1	<0,01*		
Constante	9984,91	<0,01*		

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente ^A coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão ajustada (múltipla), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor ^b refere-se a significância da regressão.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

APÊNDICE 31 – MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLO PARA A RECEITA DOS CANDIDATOS ELEIÇÕES 2016

TABELA 50 – MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLO PARA A RECEITA DOS CANDIDATOS 2016

Variáveis independentes	Coeficiente ^b	p-valor ^a	R ² (%)	p-valor ^b
			11,99%	<0,01*
Sexo				
Masculino	1			
Feminino	-2373,41	<0,01*		
Grau de Instrução				
Fundamental	1			
Médio	779,31	<0,01*		
Superior	3914,44	<0,01*		
Estado civil				
Solteiro	1			
Casado	906,74	<0,01*		
Separado, divorciado, viúvo	454,73	<0,01*		
Ocupação				
Não especializado	1			
Especializado fundamental	-364,7	0,174		
Especializado médio	-514,57	0,06		
Especializado superior	1783,38	<0,01*		
Incumbente				
Desafiante	1			
Incumbente	20291,58	<0,01*		
Político de carreira				
Não político de carreira	1			
Político de carreira	11193,17	<0,01*		
Constante	2715,2	<0,01*		

*Apresenta significância estatística (p-valor<0,05), coeficiente ^A coeficiente da variável explicativa no modelo de regressão ajustada (múltipla), R²coeficiente de explicação da regressão, p-valor^a refere-se a significância do coeficiente da variável explicativa, p-valor ^b refere-se a significância da regressão. Modelo controlado para idade, fator de confusão do modelo.

FONTE: A autora (2019), com base em dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).